



11/12)

NOTICIA HISTORICA

DAS

CIDADES, VILLAS E CASAS ILLUSTRES

DA

PROVINCIA DO MINHO

POR

ANTONIO LOPES DE FIGUEIREDO.

R.S. 1/4/69



Borcalione
Pernu.

BRAGA

TYPOGRAPHIA LUSITANA

Rua Nova, n.º 3

—
1873.

*Adquire-se a nobreza a poder
d'acções heroicas.*

*Conserva-se seguindo os exemplos e
as tradições honradas da sua classe.*

*Perde-se nos desvios do bom pro-
ceder.*

Teixeira de Vasconcellos. GLORIAS PORTUGUEZAS.

UMA SATISFAÇÃO.

Se ha tempos a esta parte alguem me dissesse, que havia de ter um dia necessidade de estudar os Limas Beserras, os Ferreiras de Verá, os Villas-Boas, e outros escriptores de boa nota, que tantos serviços prestaram á Heraldica em suas luzes e escripturas indagações ; rir-me-hia, como ainda agora me estou rindo, do atrevimento com que annunciei um trabalho meu em materia tão grave, tão difficil, e tão impossivel d'apurar com exactidão e inteira verdade.

E' preciso ser muito audacioso para emprender trabalho de tamanho alcance ; porém prometti escrever, e hei-de desempenhar a minha palavra, como poder e souber. E' certo, que quando me resolvi a fazer acompanhar o primeiro, e laborioso estudo, n'este genero de litteratura, do meu particular e estimavel amigo Vicente Pinheiro Lobo Machado de

Mello e Almada. d'uma breve noticia historica a respeito das cidades, villas, e differentes familias illustres da provincia do Minho, ignorava completamente o que promettia. Nunca me tinha dado á curiosidade de averiguar o que eram essas pedras que por ahi ha no topo de muitas casas, e a que geralmente se chama Brazão d'armas. O brazão para mim era... era...nem eu sei o que: era uma pedra em fórma d'escudo, onde haviam sido gravadas a capricho umas cruces, uns leões, umas estrellas, e outros emblemas, mas que nenhuma estimação mereciam: porque, d'outro modo, os seus possuidores seriam mais cautellosos em os conservar e venerar.

Enganara-me redondamente, mas tinha desculpa. Habitado desde a escola a ouvir dizer aos que sabiam mais, e pensavam melhor do que eu, que era uma ridicula pertença a prosapia da fidalguia — uma velharia carunchosa os pergaminhos e a genealogia, — uma frivolidade banal e pueril os brasões, e os outros symbolos da nobreza; olhava para tudo isto com desdem, e do alto da minha hereditaria democracia escarnecia sem sciencia, nem consciencia, de todas essas veneraveis manifestações da vida social.

Que me perdoem todos esses de quem me ri tão parvamente; — que me acceitem como penitencia as amargas decepções porque tenho passado, vendo quasi todos os dias desertar das fileiras do povo tantos e tão notaveis apostolos da democracia; — que me perdoem, em attenção e sinceridade d'uma crença, que assentava na propria origem, e era alimentada pela seductora linguagem de um grande numero d'aquelles, que hoje vemos por ahi a exhibir mais prosapia, que os descendentes mais proximos de antigos e verdadeiros fidalgos.

Muito me custaram estas metamorphoses; não porque tivesse pertenças a fidalgo, porque é escusado dizer que o não sou, mas porque é sempre desagradavel modificar uma opinião ou emendar um conceito.

Hoje que venham os democratas officiosos aturdir-me os ouvidos com os seus estirados discursos a respeito dos *socrosantos dogmas da liberdade, da egualdade e da fraternidade*, a ver se os acredito: não acredito, nem por um decreto, nem por uma bulla: estou farto de os ouvir pulverisar hoje tudo quanto significam distinções ou nobrezas, para amanha os vêr chrisnados com os pseudonymos de viscondes ou barões, ou com o peito acolchoado de fittas, e blindado de commendas.

Sejamos todos coherentes: e já que ao fragilissimo barro ajustam melhor as deslumbrantes roupagens do fidalgo, que os singellos mantos do pastor, ou as grosseiras coberturas do peão; não desdenhemos do herdeiro d'um nome illustre, que mandou abrir nos anneis, e nos sinetes, bordar nos reposteiros, entalhar nos tectos dourados dos salões, gravar nas lousas funerarias, pintar nos coches, e estampar nas baixellas os braços, os escudos, os timbres, todos os symbolos emfim da sua alta gerarchia. Elle usa d'um direito e cumpre um dever, reverenceando nomes e commemorando façanhas: o que devemos averiguar, é se é ou não digno continuador das virtudes de seus maiores. Se o fôr, muita veneração e respeito por elle, porque é um benemerito: mas se falsear a sua missão, não lhe perdoemos; porque não é filho, é bastardo: não é herdeiro, é destruidor de virtudes e glorias que não são exclusivamente suas, porque a patria tambem n'ellas tem avultado quinhão.

Diz o snr. A. A. Teixeira de Vasconcellos no mimoso preambulo do seu brilhante livro—*Glorias Portuguezas* que—fortalecem as tradições o homem. Inspiram-lhe brios. Estimulam as virtudes da familia, e servem-lhe de norte. Honram as nações. São-lhe gloria e exemplo.

Judicioso conceito é este, que tão eloquentemente traduz o valor e consideração em que se deve ter a herança d'um nome illustre.

Aquelles pois, que, esquecidos das tradições dos seus maiores, mancham de vícios immaculadas genealogias e intemeratas stirpes, são eguaes ao vandalo que derriba a quadrella da muralha, ou a torre do castello que conquistára. São eguaes áquelle que julga traduzir o seu amor pela patria, derribando as estatuas dos heroes e dos sabios, arrazando os templos e os monumentos, reduzindo emfim a ruinas tudo que nos liga o presente com passado pelas mais santas e legitimas recordações.

Não haja contemplação com estes, porque a não merecem: mas quando a fidalguia fôr estímulo e incitamento de acções generosas e verdadeiramente notaveis, então encontre o seu auctor, em todos nós preito e homenagem; porque no dizer tão verdadeiro e tão portuguez do nosso D. Fr. Amador Arrais de Mendonça, a nobreza é um tributo perpetuo devido á virtude, que os filhos dos nobres são obrigados a pagar em quanto vivem: e por isso não se alcança nascendo, mas vivendo e morrendo. (1) E eis a razão porque muitas fidalguias não servem no mundo senão para offuscar, eclipsar, e abater o lustre e gloria de antepassados, e lançar-lhes inculpas indeleveis; porisso pouco herda de seus antepassados, quem não herda a virtude com que elles esclareceram o nome, e perpetuaram a fama.

A rapida e curiosa leitura dos nobiliarchistas despertou em nosso espirito uma ordem de idéas differente das que tinhamos a respeito da nobreza. Aprendemos com elles que embora a nobreza não seja em rigor um facto inductivel, tambem não é uma coisa inteiramente vã; e que por isso manifestava patriotismo aquelle que de tempos a tempos relembresse os symbolos, os emblemas, os brazões emfim, que proclamam nomes que nobilitaram a patria, e deixaram após si opulentos thesouros de virtudes, que, se por infelicidade muitos

(1) Arrais Mendonç. Dialogo 7.º

se acham hoje perdidos, outros muitos se encontram ainda augmentados e melhorados.

Além d'isto a nobreza é uma realidade historica, de que a indagação desapaixonada fornece conhecimentos de subido valor; e finalmente é um monumento nacional que, como todos, merece respeito e veneração.

A nobreza sempre tem sido e hade continuar a ser, a despeito das pertenções injustificaveis da democracia revolucionaria, uma das mais sympaticas manifestações da vida social.

* Todos aspiramos a um logar distincto na sociedade, e todos estimamos traduzir por uma formula qualquer este sentimento tão natural e tão legitimo, que, se não é o unico, é pelo menos o typo de toda a nossa actividade.

Em exprimir esta justissima aspiração, podem realmente notar-se differenças; mas nem porisso o monge que deixa por unica memoria a sua vida de mortificações, o cilicio tingido pelo proprio sangue, ou a disciplina gasta pelo uzo, tem n'estes venerandos tropheos, symbolos menos respeitaveis do eminente logar que occupára na austera vida da religião; que o aguerrido general, que, após trabalhada carreira das armas, lega aos vindouros a lamina da sua espada enflorada de inscrições e datas que lhe relembram as façanhas e galardoam o valor.

E' certo que só a virtude é solido fundamento d'um nome illustre; mas as tradições boas ou más dos antepassados tambem exercem na vida uma poderosa influencia: a obrigação de transmitir puro e immaculado um nome que recebemos em herança, não é só uma força social, é tambem um dever e uma obrigação moral. Expressão d'aquella fôrça e d'esta obrigação, é a nobreza quér seja manifestada pela aristocracia do sangue ou do talento, quér pelos actos de heroica abnegação ou acrisolada caridade. E eis aqui a mais alta expressão da nobreza: mais alta sim, porque em todas as epocas, mas

muito principalmente em nossos dias, uma outra aristocracia se pertende implantar e crescer, e é a aristocracia do dinheiro, verdadeiramente fortuita e casual, sem base segura, sem motivos attendiveis, e sem resultados praticos de importancia alguma.

Nem se diga que legitima esta aristocracia o grandioso esteio do trabalho. E' loucura dizel-o.

O trabalho fôra sempre o timbre mais avantajado da verdadeira nobreza; e porisso jámais poderá um d'estes acontecimentos extraordinarios que se dão na vida dos individuos, e que nenhuma causalidade explica, determinar um fundamento digno para sobre elle assentar um nome, e perpetuar uma descendencia.

O proletario que se levanta ás emminencias do homem d'ouro, póde chamar-se um homem feliz, mas nunca o precursor valioso d'uma estirpe notavel. Nem são tão pobres de gloria militar e litteraria os fastos da nobreza de Portugal, como diz o snr. Teixeira e Vasconcellos, quér se abram na primeira pagina onde está escripto o nome de Egas Moniz, soldado e trovador, quér se leiam as ultimas onde já apparece a honrosa commemoração do primeiro duque de Palmella, prova que um simples acazo de fortuna seja origem e abra nova casa na lista dos fidalgos portuguezes. (1)

Dignos de se conhecerem, são o grande numero de notaveis brasões d'armas, que se encontram por toda esta vasta e formosissima provincia do Minho, primeira entre todas as provincias de Portugal; quér se estude nas suas tradicções; quér se admire nas suas bellezas, ou se gose na carinhosa hospitalidade dos seus habitantes; a provincia do Minho ostenta-se sempre curiosa e digna de accuradas meditações. São gigantescas as montanhas que a coroam; poeticos os valles que a rodeiam; limpidos os rios que a banham: parece emfim dotada

(1) Glorias Portuguezas, pag. 96.

pela providencia com todos os segredos do encanto, para que ninguem jámais por ella passasse, sem d'ella levar recordações que não morressem saudades que não findaram.

Nenhuma provincia de Portugal conta mais vetustas tradições, gosou mais amplos privilegios, nem mais antigos foros que a provincia do Minho. Berço da monarchia lusitana, patria de illustres personagens, e tumulo de varões eminentes em religião e patriotismo, a provincia do Minho offerece ao indagador curioso preciosos thesouros para largas investigações; e á conta de relevante serviço se deve tomar o minucioso trabalho do meu amigo Vicente Pinheiro Lobo Machado, colleccionando e apurando o melhor possivel os muitos brazões d'armas que se encontram por toda esta formosissima provincia.

E' para sentir, que não possam ser todos collocados n'um só quadro: mas como impossivel se deve considerar esta pretensão, ao saber-se que se eleva a mais de duzentos o numero de brasões das casas distintas da provincia do Minho.

Dous eram os meios que o distincto nobiliar-chista tinha a escolher para dar publicidade ao seu mimoso trabalho: ou reduzir a proporções microscopicas cada um dos escudos, ou completar em diversos quadros a sua trabalhosa galeria. Adoptou por melhor o ultimo arbitrio: e tomando como ponto de partida a melhor perspectiva, e a melhor distribuição de côres, ahi está o quadro para justificar a sua louvavel curiosidade e o seu infatigavel estudo.

Se o quadro se recommenda pelo cuidado com que foi apurado, tambem merece consideração pela maestria com que foi executado.

O snr. Silva Braga, distincto gravador d'esta cidade, mostrou n'este trabalho os muitos recursos de que dispoem, para se considerar collocado ao lado dos artistas distinctos do seu paiz.

*Para quem o sabe decifrar, o brasão é
uma algebra, o brasão é uma lingua.*

*A historia inteira da segunda parte da
idade media está escripta no brasão, como
a primeira parte no symbolismo das egrejas
romanas: são os hieroglyphicos do feuda-
lismo, depois dos theocraticos.*

Victor Hugo, NOSSA SENHORA DE PARIS.

NOTICIA HISTORICA

Cidade de Braga.

Entre os rios Cávado e Éste, no meio d'uma risonha planicie, cercada de frondosos arvoredos, está situada a antiga cidade de Braga, capital da formosa provincia do Minho, e o primeiro municipio romano que mais progrediu e floresceu na epocha da dominação d'aquelles povos na peninsula hispanica.

Attribue-se a fundação d'esta cidade aos Celtas, 296 annos antes da vinda de Christo. A etymologia da palavra Braga, é, segundo o melhor conceito, derivada de *braccas*, especie de saial curto de que usaram os seus primeiros povoadores — *Bracaros* —

Pelo espaço de mais de 40 annos foi esta cidade propriedade de Celtas, até que os Romanos a conquistaram, e lhe deram o nome de *Bracara Augusta*, em honra do imperador Romano Octaviano Augusto.

O tempo, corrompendo aquella expressão, a transformou em *Braga*, nome porque hoje é conhecida e denominada esta antiga e notavel cidade.

Nas longas e repetidas luctas travadas entre os principes descendentes dos Godos, e os Arabes conquistadores da peninsula, a sorte de Braga foi varia, sendo ora tomada pelos Christãos, ora reconquistada pelos Sarracenos; soffrendo n'estas alternativas todos os crueis flagicios porque as durezas da guerra fazem passar um povo.

Expulso da peninsula o jugo mauritano, Braga foi tributaria dos Reis de Leão e Castella, até á doação que d'ella fizera Affonso VI de Castella a sua

filha D. Thereza, esposa do conde D. Henrique, progenitores da primeira dynastia de Portugal.

Em todo este longo periodo Braga teve a honra de receber o primeiro ensino do Evangelho, da propria boca de S. Thiago, segundo reza a tradição, e de ser a primeira séde archiepiscopal da Hespanha.

Na invasão dos barbaros do norte, ao desmornar do imperio Romano, occuparam os Suevos a península da Galiza, conforme a demarcação d'então : Braga foi por diversas vezes a corte dos seus Reis. Extincta esta monarchia e encorporada com o restante da Hespanha na monarchia dos Godos, invadiram-lhe afinal os Arabes os dominios, vencendo o Rei D. Rodrigo na batalha do Guadalete.

Chegou então a Braga a vez de ser destruida e saqueada pelos Sarracenos, como as demais povoações da península.

Reconquistou-a D. Affonso o Catholico nos fins da primeira metade do seculo VIII: mas nos reinados de Silo e Mauregato fizeram os Arabes nova entrada n'esta península, e foi Braga outra vez arruinada e assolada; conservando-se apenas a antiga Egreja de Maximinos com os conventos de S. Victor, Dume, e S. Fructuoso, então subordinadas as egrejas de Lugo e Compostella, em quanto a cidade não era reedificada.

No reinado de D. Garcia nos principios da segunda metade do seculo XI começou Braga a ser de novo reedificada; e deu-se então principio á cathedral que fôra ultimada nos tempos do conde D. Henrique progenitor da primeira dynastia.

Gozára Braga do fôro de presidio, e aos seus habitantes foi concedido o de cidadãos romanos: n'ella estabeleceram seus conquistadores um Convento juridico, ou relação suprema com jurisdição sobre vinte e quatro cidades.

Muitas familias romanas da alta nobreza se vieram estabelecer n'esta cidade e a sua população che-

gou a 275:000 almas (1). O estado religioso de Braga fôra durante a dominação Romana a idolatria ; mas apenas raiou a luz do christianismo, Braga foi uma das cidades da península hispanica onde esta religião primeiro fôra prégada. Attribue-se ao apóstolo S. Thiago a fundação da Egreja Bracarense, primeira que houve em toda a Hespanha. Seja ou não verdadeira esta opinião, é certo que o christianismo fôra conhecido em Braga muito cedo.

O primeiro prelado que a tradição apresenta na egreja bracarense fôra S. Pedro de Rates, que a governára pelos annos de 37 até 44 da era christã. Ignora-se a patria, nascimento, e morte do primeiro pastor e protomartyr bracarense.

Não cabe nos limites d'este rapido esboço historico defender ou contestar a existencia de S. Pedro de Rates : limitar-nos-hemos a dizer que é antiquissima esta crença, e que até hoje se tem conservado fervorosa e ardente a piedade e devoção pela memoria do virtuoso prelado, que soube pela unção das suas cathechêses chamar á religião de Jesus Christo innumeraveis prosélytos do gentilismo, entre outros a filha da esposa d'um Regulo pagão, o que lhe grangeou o martyrio no logar de Rates para onde o virtuoso prelado se tinha escapado a fugir da perseguição dos inimigos da fé.

E' completamente desconhecida a historia que abraça o periodo decorrido entre o martyrio de S. Pedro de Rates, e a existencia do segundo prelado bracarense chamado Paterno.

Abraça este periodo 366 annos: e é provavel que sendo justamente esta a epocha das perseguições movidas pelos imperadores Romanos contra os Christãos, o christianismo em Braga tivesse uma vida occulta, como succedia em todas as partes onde esta religião tinha sido plantada.

Celebraram-se em Braga cinco concilios geraes

(1) Serie Chronol. dos Ar. de Braga, pag. 2.

além de muitos outros synodos provinciaes. Apenas se póde sustentar a existencia de quatro concilios bracarenses; pois que do primeiro, que se diz ter sido celebrado em 411 e presidido por Pancrácio, terceiro bispo de Braga, embora o notavel historiador Frei Bernardo de Brito na sua *Monarchia Lusitana* nos apresente as actas d'este concilio, é com tudo certo e averiguado pelos antiquarios, que semelhantes documentos são apochriphos, e que provavelmente essas actas não são mais do que algumas providencias tomadas em synodos provinciaes, e attribuidas ao tal primeiro concilio bracarense.

O primeiro concilio bracarense de que ha exacta noticia, é o celebrado em 563 e presidido por Lucrecio, 6.º bispo de Braga, e convocado a instancias do Rei Theodomiro. N'este concilio foram tomadas algumas providencias contra os Manicheus, e decretados varios artigos disciplinares e da lithurgia; a este concilio assistiu S. Martinho já então bispo de Dume.

O segundo concilio bracarense foi celebrado em 572 e presidido por S. Martinho, setimo bispo de Braga, convocada a instancias do Rei Ariamiro. N'este concilio foram decretadas differentes constituições ecclesiasticas, e ordenada a disciplina relativamente ás visitas nas egrejas, ao jejum, á celebração da paschoa e á sepultura das suicidas.

N'este concilio encontra-se pela primeira vez uzado pelos prelados bracarenses o titulo de metropolita. Esta dignidade porém já era reconhecida em 569 no reinado de Theodomiro, Rei dos Suevos como se evidencia pelo assentimento dos Bispos reunidos no primeiro concilio bracarense, em ser creada a metropole de Braga, por ser esta Egreja a mais antiga e notavel. (1)

O terceiro concilio bracarense foi celebrado em 675 presidido por Leodigizio Julião 12.º, bispo de

(1) Mansi, LIX, 841 not. c.

Braga no reinado de Vamba Rei Godo. D'este concilio apenas restou oito decretos.

O quarto concilio bracarense foi celebrado em 1566 pelo eminente prelado D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, 53.^o bispo e 37.^o arcebispo de Braga. Durou sete mezes este concilio, e a sua primeira secção teve logar a 8 de Setembro d'aquelle anno na Sé Cathedral: concorreram a elle todos os bispos sufraganeos, e foram decretados grande numero de canones disciplinares e resolvidos varios pontos de doutrina. Este concilio foi approvado pela Sé Apostolica e corre impresso em varias edições.

Braga é capital da provincia do Minho, e uma das cidades mais ricas em tradições e mais notavel em privilegios.

Foi concedido a esta cidade um dos privilegios que poucas se honram de possuir, qual foi o de cunhar moeda, concedido por D. Affonso Henriques aos arcebispos de Braga em 1128.

Este privilegio se conservou até aos fins do reinado de D. Affonso II. (1)

Por varias occasiões n'aquellas edades propectas foi côrte dos Reis de Portugal; e a sua gloriosa historia está tão intimamente ligada com a dos prelados que tem presidido aos destinos da Igreja bracarense, que é impossivel mencionar uma sem referir outra. Capital da mais vasta circumscripção ecclesiastica do reino de Portugal, encontram-se na longa serie de setenta prelados, tantos varões eximios em virtudes, saber e alta linhagem, que é difficil senão impossivel, apontar qual d'elles é mais digno de occupar o primeiro logar, na vasta e notabilissima galeria dos benemeritos do archiepiscopado bracarense.

O zelo ecclesiastico que manifestaram Paterno, Pancracio, Balconio e Profuturo teve em Lucrecio, 6.^o bispo de Braga, um continuador tão digno, que

(1) Ac. Real. das Sciencias. Tom. 12. pt. 1.^a

só a sanctidade de S. Martinho de Dume podia exceder. Figura este virtuoso prelado no kalendario dos sanctos bracarenses, tendo fallecido em Braga em 580 e sendo seu veneravel corpo sepultado na cathedral de Dume, e venerado no tempo dos Reis Godos. Tamanha era a fama dos seus milagres, que de todos os angulos do paiz corriam em multidão os povos a visitar o sepulcro do sancto pastor : e os Reis de Portugal D. João II, D. Manoel, e seu filho o infante D. Luiz, deram egualmente um testemunho da veneração e respeito que andava ligado ao sancto nome do virtuoso prelado bracarense, dignando-se ir visitar o seu sepulchro, e sobre a lápide que guardava as cinzas do eminente pastor, orar com fervor e piedade religiosa, que sempre distinguio os monarchas portuguezes.

Digno successor das virtudes d'este incomparavel prelado, foi S. Fructuoso, XI bispo de Braga, fundador de varios mosteiros, prelado de eminente saber, como attestam as opiniões que sustentára no decimo concilo de Toledo.

Este prelado fundou nos suburbios da cidade de Braga um mosteiro que dedicára ao Salvador, e que mais tarde tomou a invocação de S. Fructuoso que ainda hoje conserva.

Este mosteiro pertenceu aos religiosos menores reformados da provincia da Piedade, e n'elle teve sepultura por mais de quatro seculos o sagrado corpo do seu sancto fundador, até que o arcebispo de Compostella aproveitando-se da ausencia de S. Geraldo, 1.^o arcebispo de Braga, despojou o convento de S. Fructuoso dos preciosissimos thesouros que possuia, e trasladou clandestinamente d'este mosteiro para a sua Egreja de Compostella, o corpo de S. Fructuoso e outros sanctos martyres.

Foi profundamente sentida em Braga a perda de tão veneranda reliquia; mas como n'aquella epoca eram ainda da jurisdicção de Compostella me-

tade da cidade de Braga e os mosteiros de S. Victor e S. Salvador, não foi possível restaurar a posse, a que Braga tinha incontestavel direito, das reliquias do seu sancto pastor.

A S. Fructuoso succederam Leodigiso Julião, Liuva Faustino que depois foi bispo de Sevilha, e Felix a quem o clero bracarense tributa culto com rito solemne a 26 de Fevereiro, apesar de nunca ter sido canonisado nella egreja.

No pontificado d'este prelado teve logar a invasão dos arabes pela Hispanha; e Braga, depois de conquistada e destruida por elles, ficou completamente despovoada.

Durante a dominação dos arabes que foi de quasi tres seculos, a serie dos prelados bracarenses foi interrompida, havendo noticia unicamente d'alguns bispos titulares.

Depois da expulsão dos arabes, o prelado que occupou a cadeira de S. Pedro de Rates, foi D. Pedro II, nomeado bispo por D. Sancho II Rei de Castella. Este prelado trabalhou em restaurar os bens e privilegios de que a sua Egreja estava privada, mas não pôde levar a cabo a sua justissima empreza; porque, cahindo no desagrado de Afonso VI de Castella, este não só o privou do governo do bispado, mas o mandou encarcerar em um mosteiro no qual morreu em cheiro de sanctidade, ignorando-se o dia e logar em que fallecêra.

O decimo septimo bispo e primeiro arcebispo de Braga, foi S. Geraldo.

E' este sancto prelado o patrono da cidade, e a sua festa é celebrada pelo cabido a 5 de Dezembro na capella, denominada outr'ora de S. Nicolau, e hoje de S. Geraldo, mandada edificar pelo mesmo arcebispo. E' ainda hoje muito notavel a devoção que os bracarenses têm pelo seu patrono: grande concorrência de fieis frequenta o templo no dia 5 de Dezembro, que é guardado como sanctificado por toda a cidade, a agradecer ao Senhor o

alto patrocínio e valimento do seu sancto patrono. E' de antiquissima usança adornar n'este dia o throno e altar de S. Geraldo, com fructas de todas as qualidades, especialmente com uvas e melancias: é realmente poetica esta manifestação religiosa, cuja origem é inteiramente desconhecida.

Este virtuoso prelado é singularmente notavel nos fastos da nossa historia: de suas sagradas mãos recebeu o baptismo, em Guimarães, o fundador da monarchia portugueza, D. Affonso Henriques, na egreja de S. Miguel. Zeloso reformador dos costumes do seu rebanho, S. Geraldo apenas entrára no governo de sua diocese cuidou não só em recuperar os bens da sua Egreja injustamente aliannados, mas tambem em adquirir novas doações.

Foram secundados os seus esforços: importantes doações foram feitas á Egreja Bracarense pelos ricos senhores da provincia do Minho, e algumas tambem pelo conde D. Henrique e sua mulher.

Nos fins do anno de 1099, partiu S. Geraldo para Roma afim de alcançar de Paschoal II, o Pallio e dignidade de metropolitano que andava annexa á Egreja Bracarense: concedidas estas graças o venerando prelado se recolhia á sua diocese quando se celebrava em Palencia, cidade de Leão, um concilio provincial. S. Geraldo apresentando no concilio as lettras apostolicas que trazia de Roma, fez com que fosse reconhecido metropolitano pelos bispos de Mondonhede, Astorga, Lugo, Tuy, Orense, Lamego, Coimbra, Porto e Vizeu.

Enriqueceu notavelmente S. Geraldo a sua diocese com privilegios de hierarchia que ainda goza; e empregando o seu zelo apostolico na conservação da doutrina de Christo, na dilatação da fé e na moralisação do seu clero, falleceu em Bornes, na provincia Traz-os-Montes, a 5 de Dezembro de 1109: o seu cadaver conduzido para a Sé de Braga foi depositado na capella de S. Nicolau (hoje S. Geraldo) onde jaz.

Succedeu a S. Geraldo D. Mauricio Bordinio. Este prelado fôra d'uma estremada dedicação pela sua Egreja, promovendo incansavelmente todos os bens espirituaes e temporaes que pôde : obteve da rainha D. Thereza o titulo de Senhor de Braga, e seu termo ; porém mostrou na ultima quadra da vida uma ambição tão incommensuravel e uma soberba tão desmarcada, que pertendeu arrogar a si o governo e prelasia da Sé de Toledo, chegando a ir a Roma apresentar a Paschoal II accusações tão violentas contra o arcebispo de Toledo, que o pontifice o repelliu com desagrado e reprehendeu com severidade. Irritado por este procedimento consentiu D. Mauricio Bordinio em ser acclamado papa pelo imperador Henrique V, sancionando com o seu futilissimo assentimento todas as violencias e excessos que para este fim exercêra o scismatico e excommungado monarcha. Por tres annos gozou dos illegitimos privilegios de papa com o nome de Gregorio VIII ; porém, mandado prender por Callixto II, consta que morrêra encarcerado em um mosteiro, expiando em penitencias e mortificações os erros e delitos, a que a soberba e o orgulho o arrastaram.

Este prelado, em 1118 foi substituido na Egreja Bracarense por D. Paio Mendes, fidalgo portuguez descendente da rude e heroica familia dos Mendes da Maia, que tomou uma parte muito activa na revolução de D. Affonso Henriques.

Este prelado, embora não fosse dotado d'uma intelligencia tão illustrada como o exigia o alto ministerio que lhe estava confiado, era comtudo prudente e d'um character firme e resolutio.

Foi estremado defensor dos seus direitos ; e, ou porque n'esta defeza offendesse o genio altivo de D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, ou porque o fermento insurreccional que principiava a azedar os animos dos fidalgos portuguezes contra a amante de Fernão Peres de Trava, ou finalmente por que

D. Thereja tentava já prevenir a revolta que principiava manifestar-se; o arcebispo D. Paio foi preso, e do seu mysterioso captiveiro só foi livre depois que Callixto II obrigou com censuras D. Thereza a dar liberdade ao illustre captivo.

Este prelado sagrou a egreja de S. Victor e a de Coucieiro, e governou a diocese pelo espaço de dezenove annos.

Succedeu-lhe no governo do arcebispado D. Peculiar I, cuja nacionalidade é duvidosa; pertencendo uns que fosse portuguez, outro, francez da nação: o que é certo é que fôra ecclesiastico muito sabido em ambos os direitos; que foi bispo do Porto, e que no primeiro anno do seu pontificado ganhára o fundador da monarchia a celebre batalha do Campo d'Ourique em 1139.

Consta que fôra este prelado que coroára D. Affonso Henriques, Rei de Portugal, nas problemáticas côrtes de Lamego; firmára a escriptura pela qual D. Affonso Henriques, com fingida humildade declarára o seu reino tributario da Egreja Romana no censo annual de quatro onças d'ouro, e reconhecendo-se a si e aos seus successores como vassallo de S. Pedro, reclamando em compensação para a nova monarchia a protecção pontifical.

Este prelado morreu em 1175, tendo cem annos de idade e trinta e seis de feliz governo da sua diocese.

A D. João Peculiar succedeu D. Godinho, a este Martinho Pires, prelado de infatigavel zelo apostolico e de grandes virtudes.

As grandes calamidades que opprimiam o reino n'essa epoca, ás quaes a superstição popular dava por origem o castigo do céo, pelo incestuoso matrimonio de Affonso IX de Castella com a infanta de Portugal D. Thereza, deram occasião a que este prelado manifestasse o seu fervor religioso e paternal cuidado pelo bem espiritual das suas ovelhas.

Assistindo ao concilio de Salamanca presidido pelo legado de Callixto III, foi quem principalmente promoveu que se decretasse o divorcio do Rei e Rainha de Castella. A isempção de verdadeiro portuguez, e a coragem de verdadeiro apostolo com que este prelado se apresentou a tratar de negocio tão melindroso, em uma nação estranha, são provas eloquentes do seu grande merecimento. Governou a sua diocese por quasi vinte annos, deixando saudosas memorias da sua extremada caridade e solidas virtudes.

O successor d'este prelado fôra D. Pedro III que não chegou a governar a diocese, em consequencia dos embaraços que se levantaram na sua confirmação. Ignora-se o lugar e tempo em que este prelado fallecêra ; ha porém documentos de que vivia em 1212, e provavelmente foi n'este anno que teve lugar a sua morte, pois que no anno seguinte apparece eleito arcebispo de Braga D. Estevão Soares da Silva, descendente d'uma das mais illustres familias de Portugal, varão de summa virtude e grande sabedoria.

Este prelado assistiu ao quarto concilio de Latrão, onde sustentou com toda a energia a primazia da Sé de Braga.

Soffreu durante o seu governo os vexames com que Affonso II experimentou os ministros da religião.

Desnaturalisado e desterrado, o arcebispo de Braga viu usurpados os seus bens e violada a sua jurisdicção ; e apezar das censuras fulminadas pelo papa Honorio contra D. Affonso, e seus ministros, a Egreja Bracarense só restaurou os seus direitos no reinado de Sancho II.

Este prelado foi tambem verdadeiro patriota : os serviços que prestára a D. Sancho II, nas conquistas e batalhas que dera contra os mouros, e o seu concurso pessoal, e valiosos auxilios que lhe prestára na conquista e tomada d'Elvas, provam evidentemente, que no espirito esclarecido do emi-

nente pastor ardia por egual o fogo do amor da religião e da patria.

Succedeu a D. Estevão Soares, D. Silvestre Godinho, um dos procuradores que se apresentou em Roma a sollicitar a deposição de D. Sancho, e a nomeação de regente de Portugal e successor do seu legitimo Rei para o infante D. Affonso, conde de Bolonha ; falleceu na cidade Toscana antes de terminar a negociação de que estava encarregado, e que foi realisada por D. João Egas, 26.º arcebispo de Braga ; o qual partiu para Leão, logo depois da sua confirmação, a unir-se com os outros procuradores do reino, recebendo em Pariz e prestando em nome da nação o juramento de fidelidade ao conde de Bolonha.

Regressando ao reino em companhia do infante regente, concorreu com elle em todas as acções, e o aconselhou em todos os actos praticados contra os partidarios de D. Sancho II. Empunhando o sceptro portuguez D. Affonso III, pela morte de D. Sancho, o arcebispo de Braga, gozou sempre das attensões do novo monarcha, mas o homem que calcára aos pés deveres, affectos e obrigações mo-
raes, para subir ao throno atado de pés e mãos aos representantes do clero portuguez, havia de sentir-se mais tarde altamente embaraçado em cumprir as promessas que fizera em Pariz, e travar com o clero uma lucta que lhe poderia ser tão fatal, como o havia sido ao seu antecessor. Assim succedêra. Apesar da influencia do arcebispo de Braga estar do seu lado, não lhe valeu ella para o defender das aggressões que rebentaram pela falta indispensavel do cumprimento das suas palavras.

D. João Egas, que já tinha acceitado a missão pouco honrosa de sollicitar perante a curia Romana a deposição do seu Rei, foi tambem escolhido nas côrtes de Leiria para tomar sobre si a responsabilidade de impetrar do pontifice a dissolução do matrimonio de D. Affonso III, com a condessa de Bo-

lonha D. Matilde, afim de se poder verificar o sacrilego e escandaloso matrimonio do monarcha, com D. Beatriz, filha bastarda de D. Affonso X.

Era vergonhosa demais esta negociação para ser apresentada por um prelado : e por isso tão mal recebida foi pelos pontífices Innocencio 4.^o e Alexandre 4.^o, que o arcebispo de Braga teve que retirar-se de Roma, sem terminar a sua missão, recebendo unicamente dos pontífices Romanos provas de desagrado.

A bulla da excommunhão fulminada contra D. Affonso III durou até á morte de D. Mathilde : accordaram então os prelados do reino em supplicarem ao papa Urbano VI, a revalidação do matrimonio d'El-Rei com D. Brites, e a legitimação dos filhos havidos durante a sua criminosa união com o monarcha portuguez.

A supplica foi feita em nome do arcebispo de Braga D. Martinho Geraldês, e assignada por quasi todos os bispos de Portugal, e pelos respectivos cabidos. Esta supplica foi benignamente deferida pelo pontífice e levantado o interdicto. Restabeleceu-se a paz e a alegria no reino, e tudo promettia uma auspiciosa epoca de felicidade para a Igreja Lusitana ; mas D. Affonso III proseguia na sua astuciosa diplomacia, e as liberdades da igreja e dos seus ministros novamente foram offendidas. Por este motivo o arcebispo de Braga movendo com a sua auctoridade os prelados de Portugal, levaram pessoalmente suas queixas á presença do papa que então era Clemente 4.^o

A côrte de Roma estava n'essa epoca em Viterbo, onde o arcebispo de Braga, e os prelados se apresentaram, sendo recebidos pelo pontífice com inequívocas demonstrações d'agrado, promettendo-lhe remédio para tamanhos males. A morte do pontífice obstou á realisação d'estas promessas, e os prelados portuguezes se demoraram na Italia até á eleição do novo vigario de Christo, a qual levou bastante tempo, morrendo por essa occasião o arcebispo

D. Martinho Geraldês, cujo cadaver foi sepultado no cemiterio do convento de S. Domingos.

Sucedeu a este, D. Pedro Julião, ou mais conhecido Pedro Hispano. Este prelado era natural de Lisboa, e homem d'uma erudição e sabedoria extraordinaria relativamente ao seu tempo.

A fama do seu muito saber lhe grangeou a dignidade de cardeal bispo de Tusculo, que lhe fôra conferida por Gregorio X.

Este prelado é o segundo portuguez que singiu a theara pontificia. Não podemos passar por este vulto, sem nos demorarmos um instante com elle; porque a sua gloria reflecte em Portugal, que o tem esquecido e engeitado até d'entre o numero dos seus mais notaveis filhos.

E' para sentir que este homem seja conhecido e applaudido pelos escriptores estrangeiros, e tão pouca importancia tenha merecido aos nossos escriptores, que apenas apontam seu nome, sem lhe avivar o relevo, e altear a esculptura d'um vulto verdadeiramente grande e que honra a sua patria.

Pedro Hispano foi elevado ao pontificado em 18 d'Agosto de 1275 com o nome de João 21.

Entre os actos do seu pontificado distingue-se a execução da bulla de excommunhão fulminada por Gregorio X contra Affonso III, e que a morte d'este pontifice não deixou levar a effeito.

Pedro Hispano tentou por cartas benevolas, que dirigiu ao monarcha portuguez, forrar-se á dura necessidade de excommungar o seu monarcha; mas o genio pertinaz de Affonso III obrigou a João 21 a proceder tambem energicamente, fulminando com a celebre bulla *De Regno Portugaliae* o Rei Portuguez, desligando os seus subditos da obediencia e fidelidade que juraram ao Rei.

Os historiadores contemporaneos são unanimes em attestar que João 21 era um sabio, mas dotado d'um genio muito irascivel, muito imprudente, e pouco amigo dos frades.

Deixou por sua morte um grande numero de escriptos sobre medicina, sciencia que cultivava com especial predilecção, e em que fôra mestre. Entre as obras mais notaveis d'este pontifice contam-se o *Thesaurus Pauperum*, e as *Summulae logicales* que por muito tempo serviram de compendio nas escholas.

A Pedro Julião, succederam entre outros prelados o grande patriota D. Gonçalo Pereira, Avô do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, filho d'um que tivera, quando cursava as escholas em Salamanca.

Foi este preclarissimo prelado d'um patriotismo acrisolado e inexcedivel.

No legado que fizera ao cabido, da Capella que mandára erigir junto da cathedral sob o titulo de Senhora da Gloria, e onde jaz sepultado, ordena que a administração d'esta seja confiada ao Deão, na sua falta á dignidade immediata, e na falta d'esta ao conego mais antigo, com a condição de serem portuguezes, e descendentes de portuguezes: e se por ventura não existirem no cabido dignidade, ou conego portuguez, ordena e quer que a sua capella e tumulo sejam arrasados, para que nem sequer nas suas cinzas possam um dia dominar os castelhanos.

Digno ascendente fôra este prelado do incomparavel heroe d'Aljubarrota D. Nuno Alvares Pereira, verdadeira gloria nacional e nome respeitavel para a Hispanha. Relevantes serviços prestou este prelado á Igreja e ao Estado: acerrimo deffensor dos direitos e isenções d'aquella, o seu esclarecido espirito era inteiramente dedicado ao bem da sua patria. Na invasão dos castelhanos em 1336 pelo norte de Portugal, D. Gonçalo Pereira, unindo-se ao Bispo do Porto, e ao mestre da Ordem de Christo, organisaram um corpo de exercito tão aguerrido, que no primeiro encontro que tiveram com os castelhanos, estes deixaram no campo um general e mais de trezentos soldados mortos. Na memoravel batalha do Salado, assistindo ao lado d'El-Rei D. Affonso IV, praticou prodigios de valor.

Defendeu com uma estrategia superior aos conhecimentos da arte militar n'aquella epocha a cidade do Porto, contra os assaltos do principe D. Pedro, que, loucamente furioso pela cruel morte da sua extremecida amante D. Ignez de Castro, levava a ferro e fogo as terras e povoações de seu pae. D. Gonçalo Pereira falleceu pelos annos de 1348 pouco mais ou menos, e jaz sepultado em mausoleu de pedra, no meio da capella da Senhora da Gloria, ornado com figuras representando o apostolado: tem em cima d'elle o seu vulto em alto relevo vestido de pontifical.

Succederam-lhe no governo do arcebispado D. Guilherme, francez de nação; D. João Cordolaço cuja nacionalidade é castelhana, embora outros pretendam que fosse francez, e D. Vasco.

Estes prelados occupam o pequeno periodo de vinte e quatro annos, e apenas o segundo se torna notavel pelas varias dissensões que teve com El-Rei D. Pedro I, que o mandou prender no castello de Coimbra, e depois no de Leiria, d'onde fugiu para Burgos cidade de Castella, onde novamente foi preso por D. João, o cruel, pelas desconfianças que tivera de que o arcebispo favorecia o partido de D. Henrique.

O trigessimio oitavo arcebispo de Braga é o respeitabilissimo D. Lourenço Vicente, natural da Lourinhã.

Este prelado, cujo cadaver foi encontrado em muito bom estado de conservação, depois de mais de duzentos annos, e que o cabido ainda hoje conserva em um tumulo aberto na parede na capella denominada dos reis ao lado da epistola, é um dos vultos respeitaveis do episcopado bracarense. Como pontifice sustentou durante o calamitoso scisma do anti-papa Clemente, e seus successores, a fidelidade e obediencia ao legitimo successor de S. Pedro: e ao passo que varias nações da Europa quebraram os laços de união que a christandade deve ao pontifice

romano, D. Lourenço Vicente conseguiu pelos seus esforços, e pelos seus apostolicos trabalhos, que Portugal se conservasse firme na verdadeira fé.

Como cidadão amante da sua patria, D. Lourenço Vicente provou sempre nas occasiões de maior perigo, que depois de christão só era portuguez.

Na memoravel batalha de Aljubarrota operou prodigios de valor, pelejando no centro da cavalleria portugueza, e tanto se expoz ao combate, que recebeu na face direita um longo e profundo gilhaz, cuja cicatriz ainda hoje se vê muito distinctamente.

Custou caro este golpe ao castelhano que o arremessou, porque D. Lourenço Vicente lh'o fez pagar com a vida: e na celebre carta que escreveu ao D. Abbade de Tibães, dando-lhe noticia dos diversos episodios d'esta memoravel batalha, conta tambem o ferimento que recebêra; e com tal animosidade falla ainda do seu adversario, que evidentemente deixára transparecer nas suas expressões o entranhado odio que ainda votava aos inimigos.

Esta carta obstou de certo á canonisação d'este dignissimo prelado, pois que as instancias empregadas para este fim apenas foram satisfeitas, concedendo a curia Romana a graça da sua beatificação.

Foi este prelado que obrigou Braga e Guimarães a reconhecerem por legitimo Rei de Portugal a D. João I.

Foi um dos embaixadores que negociou o casamento de D. João I, com D. Filippa de Lencastre; e contra o seu voto se verificou a alliança de D. Brites, filha de D. Fernando, com D. João I, Rei de Castella, vindo depois o futuro a mostrar, quanto era attendivel e acertado o voto de D. Lourenço Vicente.

E' singularmente notavel, que no reinado de D. João I succedessem na cadeira archiepiscopal do grande patriota D. Lourenço Vicente, dous prelados castelhanos, D. João Garcia de Manrique, e D. Martinho Affonso Pires da Charneca: é certo que ambos estes prelados tinham escapado ás persegui-

ções de Castella, e haviam dado em Portugal provas iniquivocas d'amor e dedicação aos portuguezes, sendo conhecido o segundo pelo epitheto de *sombra d'El-Rei*, porque em nenhum feito d'armas D. João I se encontrou sem o ter ao lado, aparando-lhe os golpes dos inimigos e defendendo-o com ardor e valentia.

A estes prelados succedeu D. Fernando da Guerra, neto de D. Pedro Cru, por ser filho de D. Pedro da Guerra, filho do infante D. João, que fôra filho de D. Pedro e de D. Ignez de Castro.

O pontificado d'este prelado é rico em serviços prestados á Egreja. Duas vezes convocou e celebrou synodo diocesano com muita utilidade para a Egreja e proveitos dos fieis. Assistiu ás cortes que D. Duarte convocára para Leiria, afim de se resolver a importante questão do resgate do infante D. Fernando, pela entrega da praça de Ceuta: o arcebispo de Braga, esquecendo as affeições d'amisade que tributára ao virtuoso captivo, assim como os vinculos de parentesco, que a elle o ligavam, sustentou que se não entregasse aos inimigos a praça de Ceuta, embora jazesse no captiveiro o desditoso infante.

Depois de D. Fernando da Guerra, distingue-se principalmente o celebrado cardeal d'Apedrinha, primeiro cardeal da Egreja Bracarense, um dos maiores ornamentos da eloquencia sagrada do seu tempo.

Era alto o seu valimento perante D. Affonso V.

Depois da jornada que este monarcha fizera a França contra o voto do arcebispo, o principe D. João, desconfiado da muita privança que elle tinha com seu pae, cuidou no modo de se desfazer d'elle. Não passaram desapercibidas a D. Affonso V as malevolas intenções de seu filho, que, para salvar D. Jorge da Costa d'algum desgosto, o mandou para Roma com o pretexto de tratar de importantes negocios junto á curia Romana.

Pelo fallecimento de D. Affonso V, D. João II, já Rei de Portugal, pertendeu congraçar-se com D.

Jorge da Costa, nomeando-o arcebispo de Braga, graça que elle acceitou renunciando-a em seguida em seu irmão D. Jorge da Costa. Pela morte d'este reassumiu o cardeal o arcebispado, que ainda conservou por quatro annos, até á segunda renuncia que d'elle fez em D. Diogo de Souza.

Por duas vezes foi pois o cardeal d'Alpedrinha, arcebispo de Braga, sem D. João II lograr vel-o em Portugal, apesar das blandicias e esforços que empregára para o attrahir ao reino.

O cardeal d'Alpedrinha conhecia profundamente o chamado principe perfeito.

D. Jorge da Costa teve grande valimento na corte Romana, e grande influencia nos conclaves: se fosse ambicioso, podia ter cingido a theára pontificia, mas contentou-se em disfructar tranquillamente as suas immensas rendas, e em conseguir para a egreja de Braga muitas graças, e para os Reis e Reino de Portugal muitos privilegios.

Falleceu em Roma com 102 annos d'idade.

Seu irmão D. Jorge II cercou-se em Braga d'uma corte tão luzida, que, assistindo aos desposorios do principe D. Affonso, filho de D. João II com a princeza D. Izabel filha dos Reis Catholicos, celebrados em Evora em 1490, deslumbrou todos os senhores do reino, e poz em admiração os grandes de Hespanha.

Este prelado morreu em Roma em 30 d'Agosto de 1501, septe annos antes do cardeal Alpedrinha seu irmão.

Como deixamos dicto, em D. Diogo de Sousa renunciou o cardeal Alpedrinha pela segunda vez a mitra de Braga. Acertada escolha fôra esta, porque D. Diogo de Sousa reunia a uma solida virtude um profundo saber.

Aos sens arcebispos deve a capital da provincia do Minho todos os melhoramentos, que a tornaram notavel em outras eras, e a habilitaram com elementos para o seu moderno desenvolvimento.

Não cuidaram só os arcebispos de Braga, como

erradamente se apregôa, em disfructar no ocio a opulencia das suas rendas, ou em abastecer parentes e amigos : era justamente o contrario—todos tinham por timbre e divisa deixar de si memorias que lhes eternisassem o nome, e assignalassem o reinado.

Nenhum arcebispo porém se avantajou a D. Diogo de Sousa. A cidade de Braga deve a este emminente prelado tudo o que é, e tudo o que póde ser ; foi obreiro infatigavel, que soube edificar no passado com os olhos no futuro.

Eleito em 1505, D. Diogo de Sousa ampliou notavelmente a cidade de Braga, abrindo-lhe as melhores ruas, e as mais amplas praças, que nenhuma outra cidade de Portugal, a fóra Lisboa ou Porto, nos consta que as tenha melhores.

Além da rua e porta do Souto, que conduz para o bello campo de Santa Anna, abriu a porta e rua Nova de Sousa, em 1512, bem como a porta e rua de S. João. Edificou uma capella sob a invocação de Santa Anna no centro do campo d'este nome, e que foi demolida em 1768, passando então as lapides romanas que em volta d'ella foram mandadas collocar por este prelado, para o campo das Carvalheiras onde actualmente se acham.

Edificou as egrejas da Senhora a Branca e de S. Victor ; e deu principio ao templo do memoravel sanctuario do Bom Jesus do Monte, que mais tarde foi reedificado por D. Rodrigo de Moura Telles.

Reduziu a um só hospital, no edificio de S. João Marcos, os diversos hospitaes que até então exstiam espalhados por diversos logares da cidade com notavel detrimento dos enfermos.

Abasteceu de saborosissimas aguas a cidade, e fez muitas fontes publicas, sendo as principaes a da Senhora a Branca, a de traz do Hospital, e a denominada do Cavallinho, cujo formoso chafariz foi apeado em 1856, e que em breve vae ser levantado no novo mercado publico que a camara

municipal está mandando construir na cerca dos extinctos frades carmelitas.

Foi o primeiro que fundou em Braga estudos publicos ; e parece que fôra elle tambem quem mandára edeficar o convento de S. Paulo, proximo da egreja de S. Thiago, porisso que o seu braço d'armas apparece collocado nas costas da repartição chamada *geral dos casos*.

A estes estudos dera mais tarde mestres escolhidos o cardeal D. Henrique, 48.^o arcebispo, e segundo cardeal da Egreja Bracarense, ao depois Rei de Portugal.

D. Balthasar Limpo dotou estes estudos de rendas importantes ; e D. Fr. Barthomeu dos Martyres entregou á direcção da Companhia de Jesus este convento e estudos, que os regularam conforme a instituição d'esta corporação.

Edeficou D. Diogo de Sousa, na cathedral, a capella mór com o seu retabulo de pedra, as torres e os orgãos grandes, os primeiros de Portugal não só na variedade de sons e harmonias, como tambem na riqueza de architectura.

A D. Diogo de Sousa dá-lhe a historia com justissima razão o honroso titulo de novo fundador, e novo reedificador de Braga.

Morreu em 18 de Julho de 1532, durando o seu fecundo governo 27 annos. O cadaver d'este venerando pastor jaz sepultado na capella da Misericordia em mausoleu de pedra.

Succedeu a D. Diogo, o cardeal infante D. Henrique, filho d'El-Rei D. Manuel e da Rainha D. Maria.

Difficilmente tornará a occupar a cadeira primacial de Braga prelado de mais alta gerarchia, e de mais juvenil idade. Aos 22 annos foi eleito arcebispo de Braga (1), e fez a sua entrada n'esta cidade antes de ser sagrado nos principios d'Agosto de 1537: convocou immediatamente sinodo dio-

(1) Serie Chronol. dos Arc. Braga, pag. 60.

cesano, no qual propoz e fez approvar as constituições para o governo da diocese. Na grande fome que houve em Portugal durante o anno de 1539, mandou vir á sua custa de França muitas embarcações de pão que vendêra pelo preço que lhe tinha custado, abastecendo por esta fórma o commercio, e accudindo aos males que a fome ia causando. N'este mesmo anno foi sagrado bispo, em Lisboa, contando apenas 28 annos de idade. No anno immediato, sendo nomeado inquisidor geral reuunciou o arcebispado de Braga, succedendo-lhe D. Diogo da Silva que por pouco mais d'um anno occupou a Sé Primaz.

Outro prelado de estirpe real veio occupar a cadeira de S. Pedro de Rates, e foi D. Duarte filho legitimado d'El-Rei D. João III. Educado no convento da Costa junto a Guimarães, em companhia de D. Antonio prior do Crato, seu primo, por ser filho natural do infante D. Luiz, tantos progressos fez e tão rapidamente nas sciencias, que seu pae o nomeou arcebispo de Braga, contando apenas 21 annos d'idade. Um futuro brilhante aguardava o arcebispo Infante, mas a morte bem cedo lhe cortou a vida, porque em 11 de Novembro de 1543 fallecia em Lisboa o joven prelado, não tendo ainda completado 22 annos.

Não esteve um anno a Sé Primaz sem pastor; pois em 1544 já tinha tomado posse do arcebispado de Braga o bispo de Silves D. Manoel de Sousa, nomeado arcebispo de Braga logo depois da morte de D. Duarte. Por pouco mais d'um lustro regeu D. Manuel a Egreja Bracarense; e n'este curto periodo mandou edificar a casa da Relação e Audiencia e fez algumas reformas no Breviario Bracarense. Estando no Porto a tractar negocios de sua diocese, ahi falleceu a 18 de Julho de 1549.

Succedeu a este prelado, D. Balthazar Limpo, que tinha sido lente de Theologia na Universidade de Lisboa. Sendo confessor da Rainha D. Catharina, esposa de D. João III fôra nomeado bispo

do Porto, em attenções ao seu muito saber, e á especial consideração que por elle tinha sua esposa D. Catharina, de quem era confessor. Este prelado apenas governou o arcebispado por espaço de 8 annos; porisso a sua historia é mais notavel como bispo do Porto, do que como arcebispo de Braga.

Um vulto gigante estanceia agora na veneranda serie dos arcebispos de Braga. E' D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. E' o monge dominico. E' o ornamento do episcopado portuguez no concilio de Trento. E' o padre respeitabillissimo, cuja apostolica vida só a delicada pena do seu dulcissimo biographo, Fr. Luiz de Sousa, podia desenhar com verdade e exaltidão.

Era natural de Lisboa D. Fr. Bartholomeu dos Martyres; a fama das suas virtudes e saber, bem como as conveniencias politicas recommendaram esta gloria da religião de S. Domingos, para occupar um lugar distincto na herarchia ecclesiastica.

D. Catharina regente de Portugal durante a menoridade de D. Sebastião, conhecia a importancia politica que a mitra de Braga tinha dentro do paiz. A companhia de Jesus protegida pelo infante D. Henrique, empragava todos os esforços para dominar na cõrte e no reino, como já dominava no animo tibio do Cardeal Infante.

Empregava todos os esforços D. Catharina por se emancipar dos jesuitas por quem sentia ao mesmo tempo respeito e temor; os eloquentes discursos de S. Francisco de Borja, teriam vinculado aos interesses da companhia de Jesus, o animo varonil d'esta Senhora, se por ventura não temesse a ambição desmarcada que sempre caracterisou os filhos de Ignacio de Ligola: por isso Fr. Luiz de Granada provincial da ordem dominica, notavel sabio e grande escriptor mystico, tinha da parte da regente de Portugal uma protecção e favor que não solicitára mas tambem não desprezava.

A Fr. Luiz de Granada, recommendára D. Ca-

tharina que lhe escolhesse padre que fosse digno de cingir a importante e respeitavel mitra de Braga.

Foi D. Fr. Bartholomeu dos Martyres indegitado para tão elevado cargo; a humildade porém do preconisado arcebispo, foi o primeiro obstaculo que custou a remover e só as instancias do seu provincial poderam determinar o virtuoso frade dominico a trocar a estreita sella do seu convento pelo paço archiepiscopal do Primaz das Hespanhas.

Confirmado arcebispo pelo pontifice Paulo 4.^o e sagrado em S. Domingos de Lisboa a 3 de Setembro de 1559, D. Fr. Bartholomeu dos Matryres fazia a sua entrada solemne na sua diocese a 4 de outubro do mesmo anno. Apenas tomou posse do espinhoso cargo de arcebispo, o seu primeiro cuidado foi conhecer pessoalmente das necessidades espirituaes de todo o seu rebanho, para isso emprehenheu a primeira vesita ao arcebispado, não deixando lugar, por mais inacessivel ou distante que fosse, sem o conhecer de perto e lhe dispensar os beneficios da sua caridade e zelo apostolico. N'este mesmo anno de 1560 deu principio á fundação do Collegio de S. Paulo em Braga, que é hoje habitado pelas freiras ursullinas, e em Vianna ao convento de Santa Cruz, de religiosos da sua ordem. Publicada n'este anno a continuação do concilio de Trento, resolveu D. Fr. Bartholomeu dos Martyres assistir ao concilio, partindo para esse fim por terra para Roma a 24 de Março de 1561, chegando á cidade eterna a 18 de Maio do mesmo anno.

O importantissimo papel que representou no concilio de Trento, a erudicção que revelou nos discursos que pronunciára, e a independencia e liberdade com que se houve nas discussões, são os mais levantados elogios d'este ornamento do episcopado portuguez. Voltando ao reino cercado de gloria, e coberto de distincções e obzequios que o pontifice lhe dispersou, D. Fr. Bartholomeu dos Mar-

tyres apenas tomou conta da sua diocese cuidou logo na criação d'um Seminario, onde apurasse dignos auxiliaadores dos seus trabalhos pastoraes. Embora não seja uma obra que se recomende pela grandeza de architectura, nem por uma prespectiva agradável o Seminario de S. Pedro, é com tudo digno de menção, não só por ser o primeiro que existiu no arcebispado de Braga, mas tambem porque d'elle tem sahido sacerdotes respeitaveis pelo seu saber e religiosidade.

O Seminario de S. Pedro ainda é hoje o estabelecimento de disciplinas ecclesiasticas mais frequentado de alumnos, que tem o paiz. Embora não seja hoje mais que uma sombra a respeito da grande frequencia d'alumnos ao estado ecclesiastico, comtudo o seminario de S. Pedro ainda no presente anno lectivo foi cursado em todos os tres annos do curso theologico por quasi duzentos estudantes.

Celebrou e presidiu D. Fr. Bartholomeu dos Martyres ao quarto concilio Bracarense, que durou septe mezes e no qual foram tomadas muitas e salutaes providencias para o arcebispado.

Durante a peste que assolou esta cidade nos annos de 1569, bem como por occasião da fome que a assaltou em 1574, o virtuoso prelado juntando á abnegação do martyr a caridade do apostolo, imitando os Carlos de Milão e os Vicentes de Paula, animando com o exemplo mais eloquente sempre que a palavra, todos os corações dominados pelo pânico que inspiram aquelles flagelos, accudiu com a esmola, com o concelho com as palavras do conforto, todas as victimas dos terriveis males, não descancando depois de passada a calamidade, em cicatrizar as feridas que ellas tinham causado, e em remediar os profundos estragos, que são as dolorosas consequencias d'estes temiveis inimigos da humanidade. Como conselheiro da corôa, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres envidou todos os esforços para desviar D. Sebastião da sua desastrosa jornada a Africa, e não

podendo obstar a inevitavel perda que a louca temeridade do jovem monarcha tão pertinazmente quiz verificar, retirou-se para Tuy até aos fins do anno 1379, regressando a Braga quando já o ouro d'Hespanha tinha corrompido a maxima parte dos fidalgos portuguezes a tomarem partido por Filippe 2.^o d'Hispanha.

Accusa a historia D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, de que no celebrado suffragio com que consultou a sua diocese ácerca da eleição do monarcha para Portugal, elle interviesse com a sua poderosa influencia afim de que o suffragio proclamasse por immensa maioria D. Filippe 2.^o d'Hispanha. Queremos acreditar que o virtuoso prelado quizesse salvar as suas ovelhas dos perigos d'uma revolução cheia de incertezas, e que de nada aproveitaria para a causa nacional, já então perdida pela politica corruptora de Christovão de Moura, e pela venalidade do grande numero dos fidalgos portuguezes; e portanto se é exacto ter influido o arcebispo de Braga no resultado do suffragio a que se procedeu, as virtudes do seu nobilissimo character, o ardente patriotismo que manifestára na presença do principe desejado, a liberdade e a independencia com que se apresentou no concilio de Terento, devem antes fazer-nos crer que influiram mais no animo do prelado as razões da paz, e o desejo de salvar o seu rebanho da vingança dos hispanhoes, do que a falta de patriotismo: o procedimento futuro do arcebispo parece confirmar o nosso conceito; pois que, é difficil explicar, que um prelado, que tamanha prova de dedicação acabava de dar a Filippe 2.^o, não contasse com as suas graças, e impetrasse immediatamente a renuncia do seu arcebispado. Seja porém qual fôr a origem e causa d'esta sombra com que deparámos na honrosissima historia de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, é certo que ao seu nome está vinculado o respeito dos seculos e veneração de todos os fieis do arcebispado Bracarense.

Retirado ao seu convento de Vianna, ahí passou o ultimo quartel da vida como simples religioso, não admittindo nem acceitando a mais pequena distincção.

Falleceu a 16 de Julho de 1590, e o seu cadaver se acha sepultado n'um tumulo de marmore, collocado na parede da Capella Mór da Igreja de S. Domingos de Vianna.

Pela renuncia de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, succedeu no arcebispado de Braga D. João Affonso de Menezes, filho segundo do primeiro Conde de Penella. Raiava ainda sobre a cadeira de S. Pedro de Rates o esplendido clarão das virtudes do monge dominico, e por isso este pontificado pouco notavel é nos fastos da Igreja Bracarense; não assim o de D. Agostinho de Castro, eremita Calçado da ordem de Santo Agostinho, religioso de muito saber e virtudes. Escolhido pelo papa Gregoria XIII para remediar na Allemanha os estragos causados pelos hereges nos conventos d'aquella ordem, e mandado a Castella e Aragão por Filippe I para compôr as desordens que existiam entre os religiosos de diversas ordens, graugeou pela felicidade com que desempenhou estas importantes commissões, a honra de ser eleito arcebispo de Braca.

Recebido com enthusiasmo pelos seus diocesanos a 8 de Março de 1589, em que fez sua entrada solemne; applicou-se desde logo á administração do seu arcebispado, promovendo por todos os meios tudo quanto podesse concorrer para o seu bem temporal e espirital.

Abriu vesitas, convocou synodos, formou estudos ecclesiasticos, deu ordenações, fazendo-as preceder dos mais rigorosos exames.

Na Sé fez um dos pulpitos de marmore com balaustres de bronze, e transferiu da capella mór o Santissimo Sacramento para aquella em que hoje se acha, dotando-a com um capital que produzisse um juro de cem mil reis, para sustentar duas luzes de cera e duas d'azeite constante-

mente azezas, e para que houvesse sempre doze tochas de cera para allumiarem o sagrado Viatico quando fosse levado aos enfermos.

Sagrou a cathedral, fundou no campo da Vinha o sumptuoso templo do Pópulo; e para livrar dos insultos a que de continuo se viam expostas as religiosas de Victorino das Donas, que habitavam no termo de Ponte do Lima, fundou no mesmo campo da Vinha o convento do Salvador para onde foram transferidas, occorrendo por esse motivo um episodio curioso que é o seguinte: feito o convento, as religiosas que tinham de o habitar, recusaram sahir do seu mosteiro de Ponte do Lima; durante doze annos instou D. Agostinho de Jesus com as religiosas para que acceitassem o novo abrigo; esgotados porém todos os meios de brandura e prudencia, o arcebispo de Braga, acompanhado dos officiaes da sua justiça, e de homens armados de machado partiu de noite com todo o segredo de Braga para Ponte do Lima, e apparecendo pela madrugada em frente do mosteiro de Victorino das Donas, mandou-lhe arrombar as portas, e fez conduzir debaixo de prisão para Braga as freiras e recolhidas do mesmo convento.

Abriu o campo dos Touros; levantou as fontes de S. Vicente e campo das Hortas, o chafariz do campo de Santa Anna, e o estabelecimento da Alfandega para n'elle guardem os mercadores de fóra as fazendas que traziam. Tendo setenta e dous annos d'edade morreu a 25 de Novembro, e o seu cadaver é guardado n'um tumulo mandado fazer por gratidão pelos habitantes de Braga, na capella mór da egreja do Pópulo.

Fronteia este tumulo o de D. Aleixo de Menezes seu successor, descendente dos condes de Cantanhede; varão de grande humildade, que recusou acceitar a honrosa mercê de reitor da universidade, que Filippe I instantemente lhe rogou que acceitasse. Apezar das escusas com que rejei-

tou a mitra de Gôa, não pôde deixar de acceitar esta graça pela expressa declaração que Filippe II lhe fizera, de que entendia necessaria nos Estados da India a presença d'um Primaz, que fosse como elle authorisado em virtude e saber.

Acceitou resignado o pesado encargo que lhe fôra confiado, e durante quinze annos governou o arcebispado de Gôa, empregando-se como verdadeiro apostolo na conversão dos gentios.

A instancias de Filippe II, acceitou a nomeação de arcebispo de Braga, e despedindo-se no meio de lagrimas das suas ovelhas, partiu para Portugal tão pobre, que nem dinheiro tinha para pagar as despesas indispensaveis da sua jornada!

Tomou conta da nova diocese, que apezar das grandes rendas que n'essa epoca disfrutava, a encontrou completamente vazia; não obistou porém esta penuria a que o virtuoso pastor exercesse a sua fervorosa caridade; tomando d'emprestimo o dinheiro que julgou necessario, sem ter outros meios além da Providencia para satisfazer ás obrigações que contraira, com mão larga soccorria todos os neccessitados, chegando a dar secretamente o anel do dedo, os pratos da meza e a roupa da propria cama. Todos os dias eram seus hospedes ao jantar doze pobres; e nas quintas feiras lhe lavava e beijava os pés. Partindo para Madrid em 1613 a fim de conseguir de Filippe II accrescentamento ás rendas ou a resignação da mitra, foi recebido com extraordinarias honras e o mais cordeal affecto. Por 4 annos se demorou pela Hespanha sendo as suas virtudes premiadas em Madrid com a bemaventurança, a 3 de Maio de 1617, em que falleceu. Quatro annos depois da sua morte reclamando os religiosos de Portugal o cadaver do seu confrade, foi aberta a sepultura a 10 de Março de 1621, e achando-se incorrupto foi trasladado para Braga e collocado como já dissemos na capella mór da egreja do Populo.

Sucedeu a D. Aleixo de Menezes, D. Affonso Furtado de Mendonça, descendente da mais distincta nobreza de Portugal. Doutor na faculdade de Canones na universidade de Coimbra, reitor da mesma, conselheiro d'estado do conselho de Portugal, era um theologo de grande saber, engenho agudo e prodigiosa memoria.

Dotado d'uma inteireza de character, e d'uma rectidão do espirito inexcedivel, tornou-se desagradavel aos grandes personagens de Hespanha, o que fez com que fosse politicamente transferido de conselheiro d'estado de Filippe II, para presidente da meza da consciencia e ordens, cargo aliás muito honroso, mas que o afastava da côrte, onde a sua presença era um obstaculo ás pretensões dos aulicos de Filippe II.

Em 1609 foi eleito bispo da Guarda, onde se conservou até aos fins do anno de 1616, em que foi transferido para bispo de Coimbra, diocese que governou até aos fins de 1618 em que foi nomeado arcebispo Primaz. Apenas tomou posse do governo d'esta diocese, foi chamado ás côrtes que Filippe II mandára celebrar em Lisboa. Constante e zeloso defensor dos direitos da Primazia, D. Affonso Furtado de Mendonça, nunca entrou no paço nem assistiu a acto algum official sem se fazer preceder da cruz Primacial arvorada.

Não se considere uma simples veleidade este procedimento do arcebispo de Braga. Tinham uma grande importancia politica estas manifestações, que significavam direitos, e recordavam posses.

Pela sua inflexibilidade e constante independencia, D. Affonso Furtado de Mendonça soffreu graves opposições da parte dos grandes d'Hespanha, e tambem d'alguns portuguezes e principalmente do patriarcha das Indias, e até d'El-Rei, que lhe participou que era de seu agrado, que o arcebispo de Lisboa lhe tomasse juramento, ao que D. Affonso resistiu, declarando que não só não assistiria ás côrtes

se o obrigassem a semilhante subordinação, e lhe não dessem o logar e as funcções que por direito lhe pertenciam na qualidade de arcebispo de Braga, mas até protestaria contra a nulidade das mesmas. Motivos politicos determinaram Filippe III a nomeal-o arcebispo de Lisboa, mas antes de chegarem as bullas de trasladação, foi-lhe outhorgada a patente de governador do reino, cargo que desempenhou honrosissimamente durante as luctas que se deram no reino, em virtude dos vexames fiscaes com que o governo hespanhol opprimia os portuguezes. Este prelado morreu em 2 de Junho de 1630 carregado d'annos e de serviços.

O successor d'este eximio prelado foi D. Rodrigo da Cunha, o auctor do erudito tractado da historia ecclesiastica de Braga, do catalogo dos bispos do Porto e muitas outras obras de interesse as quaes mereceram o distincto nome de Republica Litteraria. Reformou o breviario Bracarense, e é para sentir que se deixasse embuir das fabulosas noticias e erradas tradicções com que encheu esta sua obra; pouco tempo governou a diocese de Braga por ser nomeado arcebispo de Lisboa em 1635 onde falleceu em 1643.

Foi D. Sebastião de Mattos de Noronha espanhol de nação, natural de Madrid, o prelado que veio succeder a D. Rodrigo da Cunha. Este prelado ordenou as constituições porque ainda se governa o arcebispado, não obstante os grandes defeitos e as inumeraveis excommunhões de que se acham recheados. Por occasião da acclamação de D. João IV D. Sebastião de Mattos de Noronha, correu emminente risco de ser assassinado pelos fidalgos, que promoveram a gloriosa revolução do 1.º de Dezembro de 1640.

Concorreu para lhe salvar a vida a opinião de que era melhor attrail-o com honras e demonstrações de confiança, do que desfazerem-se d'elle por meios violentos; por este motivo depois da ac-

clamação de D. João IV, D. Sebastião de Mattos foi nomeado governador do reino, enquanto El-Rei não chegava de Villa Viçosa; mas bem depressa se descobriu a conspiração urdida por elle para matar o Rei, e D. Sebastião de Mattos Noronha foi encarcerado nos segredos do forte do Paço, depois passado para a torre de Belem, e ultimamente para a de S. Julião onde fallecera em 1641, convencido réo de regicidio e pedindo na hora extrema uma sepultura razeira para que do seu nome não ficasse memoria depois da sua morte.

Por espaço de trinta annos esteve vaga a mitra de Braga, até que o principe regente D. Pedro nomeou D. Verissimo de Lencastre descendente da extincta casa dos duques d'Aveiro. Eleito arcebispo em 1671 fez a sua entrada solemne no meio de entusiasticas acclamações a 3 de Novembro do mesmo anno. Durante o seu curto pontificado de seis annos visitou a diocese e resignou o arcebispado em 1677, ignorando-se ainda hoje os motivos que o levaram a semelhante resolução, que foi recebida pelos Bracarenses com surpresa, espanto e sentimento. Falleceu em Lisboa a 13 de Dezembro de 1692.

Pela renuncia de D. Verissimo de Alencastre, succedeu na cadeira de S. Pedro de Rates, D. Luiz de Souza, que foi eleito arcebispo de Braga em remuneração da maneira honrosa porque se houve na embaixada, de que foi encarregado pelo principe D. Pedro junto da côrte de Roma, para se oppôr ás pretensões dos christãos novos. Como arcebispo de Braga o seu governo foi justo e cheio de moderação. Reedificou e reduziu ao estado em que agora se acha a egreja de S. Victor, que fôra mosteiro como já tivemos occasião de dizer; era este prelado d'uma organização muito delicada, extremamente doente, e por isso o seu pontificado não é tão rico de memorias como certamente o seria se não se dessem estas circumstancias.

Falleceu a 29 de Abril de 1690, e jaz sepultado no centro da capella mór da Sé.

O seu successor D. José de Menezes, varão muito erudito e amante da justiça; foi eleito arcebispo de Braga em 1692. Entrou n'esta cidade inesperadamente na tarde de 14 de Setembro de 1694, dirigindo-se immediatamente ao Paço d'onde nunca sahio em consequencia dos graves padecimentos que soffria, e dos quaes morreu.

Succedeu no dia immediato da sua chegada amutinar-se o povo em virtude da carestia do pão, sendo necessario a intervenção de força armada, e d'um levantamento d'alçada para castigar os discolos e restabelecer a ordem. Como este prelado não fez entrada solemne na sua cathedral, a suprestição e fanatismo popular attribuiram a este facto todos os males, que os affligiram. Na occasião da morte do prelado, á porta do Paço suscitou-se entre o povo e os criados do arcebispo um grave conflicto do qual resultou a morte do porteiro com uma facada que recebeu. Um outro episodio que concorreu para incitar a indignação publica contra o inofensivo prelado, foi o conflicto travado entre o cabido e o abbade de S. João, por este pertender acompanhar como parochio da freguezia, onde estava situado o paço archiepiscopal, o cadaver de D. José de Menezes; os conegos rasgaram a capa ao abbade de S. João procedimento pouco digno e que foi causa de grande alvoroço. O cadaver do arcebispo cahira rapidamente em decomposição, e este naturalissimo acontecimento junto a todos os episodios anteriores que se tinham dado, occasionaram inpercações e fizeram despertar no povo aversão e horror ao arcebispo.

Era digno D. José de Menezes de melhor opinião, o que provou exuberantemente pelo testamento com que fallecêra, e no qual dispoz de perto de vinte mil cruzados para actos de beneficencia e piedade.

A caridade verdadeiramente evangelica d'este

pastor foi imitada e perfeitamente seguida pelo seu successor D. João de Souza. Este prelado acceitou a instancias do padre Bartholomeu do Quental, seu director espiritual a mitra do Porto, donde foi transferido para o arcebispado de Braga em 17 de Abril de 1696. Por pouco mais d'um lustro governou o arcebispado de Braga, e n'este curto espaço de tempo confirmou por actos repetidos quanto era caritativo e bondoso. Distribuia pelos pobres a maior parte das suas rendas, e quando estas não chegavam para satisfazer a todas as esmolas não poupava os proprios bens patrimoniaes. Sobrio para consigo, liberal para com os outros, D. João de Sousa deixou vivissimas saudades, quando El-Rei D. Pedro II o transferiu de Braga para o arcebispado de Lisboa.

E' dádiva d'este prelado um precioso paramento que ainda existe na Sé Cathedral; fez a sacristia do thesouro, e n'ella mandou collocar a sua sepultura com um modesto epitaphio.

Tomando conta do arcebispado de Lisboa, foi elleito cardeal, mas a morte veio trocar-lhe a purpura pela mortalha, fallecendo em Lisboa em 29 de Setembro de 1710, sendo sepultado em sepultura raza e no logar onde eram enterrados os pobres.

Digno successor d'este varão piedoso fôra o respeitabilissimo D. Rodrigo de Moura Telles, da caza dos condes de Val de Reis, reitor e reformador da universidade, e bispo da Guarda. A este eminente prelado deve Braga relevantes serviços, o seu pontificado foi fecundo, não só em actos de piedade, como em melhoramentos materiaes.

Reformou o breviario Bracarense, obra que podia ser de singular merecimento, se a ella presidisse uma critica mais apurada; infelizmente porém D. Rodrigo de Moura Telles, ou porque não quizesse combater de frente a superstição da sua epocha, ou porque acceitasse sem reflexão as muitas fabulas com que Flavio Dextero enchera as

as suas obras, o que é certo, é, que o breviário Bracarense está recheado de lendas tão inverosímeis que seria hoje um grande serviço expurgal-o d'ellas, substituindo-as por outras fieis e authorisadas pela egreja.

Era este prelado d'uma estatura abaixo de mediana, e para chegar ao altar usava d'uns sapatos, cujo salto tinham d'altura dez centímetros aproximadamente; e, singular contradição, não ordenou em todo o seu pontificado, sacerdote algum que não tivesse uma altura regular!

Compensou a natureza este pequeno corpo com uma grande alma; e as obras que deixou por sua morte, são um padrão indelevel do seu alto merecimento.

Na Cathedral reedificou a capella de S. Geraldo, fez de novo as duas torres; reformou os órgãos; estucou o tecto do templo; pintou e dourou as cadeiras capitulares do coro grande, que é inquestionavelmente uma das primeiras obras em talha, e belleza que existe em todo o reino; fez a caza do cabido, e dotou a fabrica, além d'outras preciosidades, com um riquissimo pontifical lardado a ouro do valor superior a tres contos de reis.

No paço archiepiscopal fez a capella do Sacramento, a sala da relação, a caza para o provisor, com frente para a galeria e o rico chafariz que ainda alli se vê.

Na cidade fez a capella de S. Sebastião das Carvalheiras; e criou o recolhimento das Convertidas, que hoje não prehenche os fins da sua civilisadora instituição, pois que actualmente são recebidas n'este estabelecimento pessoas que deviam ter entrada n'outras cazas de religiosas, deixando esta para ser unicamente habitada por aquellas a quem um erro levou á miseria. Edificou tambem este prelado o convento da Penha, respeitavel pela austeridade de vida que as religiosas alli passam; e o aljube da cidade que hoje está

convertido em prisão publica. Além de todas estas obras a que forma o remate e coroa os serviços prestados por D. Rodrigo de Moura Telles á cidade de Braga, é a edificação do formoso templo de Santa Cruz, e o acabamento do notabilissimo santuario do Bom Jesus do Monte, verdadeiro Eden lançado na formosissima provincia do Minho, para orgulho de nacionaes, e inveja dos estrangeiros.

Governando o arcebispado por vinte e quatro annos, falleceu o eminente pastor a 4 de Setembro de 1728, e jaz sepultado junto ao altar da capella de S. Geraldo. Succedeu-lhe o Senhor D. José I filho legitimado de D. Pedro II. Este prelado e seu irmão o Senhor D. Miguel foram o tronco da notabilissima caza de Lafões, El-Rei D. João V os reconheceu por irmãos, e nomeou o Senhor D. José arcebispo de Braga.

Entrou em Braga o regio pastor a 23 de Julho de 1741, e jámais se farão n'esta cidade mais pomposas festas do que por essa occasião se fizeram para receber o novo prelado; o seu governo foi perturbado por dissensões que teve com o cabido; na quinta feira santa do anno immediato mandou prender dezeseite conegos, por não quere-rem pegar nas massas, ou septros conforme havia ordenado na vespera. Este procedimento violento abriu entre o cabido e o prelado uma indisposição tão profunda, que em virtude das repetidas queixas apresentadas a El-Rei pelo cabido contra o arcebispo, este recebeu ordem para se retirar de Braga a pretexto de visitar a sua diocese.

Estando em Chaves recebeu a noticia da morte de seu irmão, e recolhendo a Braga lhe mandou fazer pomposas exequias na sua Cathedral, partindo em seguida para Ponte do Lima, a continuar a visita pastoral, onde falleceu. Pouco sentida foi a morte d'este prelado, e para isso concorreram as dissensões que tivera com o cabido e as reformas que tentou fazer nos muitos empregos que disfru-

tavam parentes e amigos dos conegos. Era um caracter sério e firme nas suas resoluções, intransigente com as ambições do cabido, com ignorancia do clero e com os escandalos de todos os seus diocesanos.

Um homem com esta firmeza de caracter e com a energia que o caracterisava, não admira que creasse descontentes. Este prelado desmembrou da vigairaria de S. Victor a parte que hoje constitue a freguezia de S. José de S. Lazaro; completou a parte do paço que faz frente para o campo dos Touros, e que o incendio de 15 de Abril de 1866 devorou; e reedificou a capella do mesmo paço: abasteceu d'aguas a cidade, fazendo o encanamento d'ellas desde a sua origem no ponto chamado das Sete Fontes. Outro principe viu succeder a sua alteza o Senhor D. José, e foi o Senhor D. Gaspar filho legitimado d'El-Rei D. João V. O pontificado d'este prelado foi perturbado pelos estrondosos acontecimentos succedidos pelo rompimento de Portugal com a curia Romana, pela conspiração tramada contra a vida d'El-Rei seu irmão D. José I, pela expulsão dos Jesuitas e finalmente pelo governo despotico do marquez do Pombal. No meio porém d'estas vicissitudes, o arcebispo de Braga com tal prudencia se houve, que pôde vencer sem se comprometter todas as difficuldades e perigos, a que n'essa epoca estiveram sujeitos os fidalgos portuguezes. Este prelado viveu em Braga com uma pompa e sumptuosidade verdadeiramente dignas do irmão do faustoso monarcha D. João V.

A veneranda série dos arcebispos de Braga conta nomes tão respeitaveis, e varões tão eminentes que basta pronunciar-lhes o nome para se lhes fazer á apothese; um d'estes vultos gigantes que se avanta pela sua sciencia, e pelas mais extremadas virtudes, é inquestionavelmente D. Fr. Caetano Brandão.

Uma das paginas mais brilhantes dos fastos da

Egreja Bracarense é sem duvida aquella que este respeitabilissimo nome illustra.

A religião o estado, a egreja e a sociedade proclamam ainda hoje bem alto as eminentes virtudes e relevantes serviços do apostolo do Pará e do anjo da caridade, o arcebispo Primaz. No novo mundo D. Fr. Caetano Brandão passou como diz o apostolo, fazendo o bem; no extremo do occidente, em Braga a historia de D. Fr. Caetano Brandão não precisa commentarios porque é apregoadada pelos grandiosos poemas que nos deixou, e que relembram a todas as horas a sua grande caridade.

Os dous estabelecimentos S. Caetano e S. Domingos da Tamanca, vincularão eternamente o reconhecimento e admiração das gerações á memoria veneranda d'este santo prelado. Estes dous estabelecimentos são dous grandiosos poemas, cujas estrophes são quotidianamente traduzidas por labios infantis em preces de reconhecida gratidão, pela memoria d'aquelle que sobre a terra tão bem comprehendeu e exemplificou a mais sublime virtude da religião de que era ministro.

No grandioso coração de D. Fr. Caetano Brandão aninhavam-se todas as virtudes do homem da religião e do homem da sociedade.

O seu elevado talento prevendo as conquistas da civilização e do progresso d'hoje, não se limitou á pratica das virtudes christãs, não se contentou no lidar do derramamento da religião e da moral; este grande genio procurou alliar as virtudes mores ás sociaes, e estreitar em intimo amplexo, o progresso das sciencias das artes e das industrias, com o progresso da religião e da moral.

Esforçando-se pela moralidade do seu rebanho não esqueceu a sua instrucção e progresso material. Criou escholas para ambos os sexos, estimulando por meio de premios o adiantamento dos alumnos; estabeleceu collegios onde a par do pão de

que carecia a orfandade, se ministrasse o alimento moral e intellectual. Mas o que hoje mais maravilha os que attentam nas portentosas obras d'este santo e illustrado arcebispo, os que mais confiam no resultado das lutas pacificas do progresso, nas contendas grandiosas da civilisação, no caminhar dos povos pela senda da regeneração social; é que ha oitenta annos o seu talento transcendente providenciasse a respeito do fomento das industrias, do desenvolvimento das artes, do progresso das sciencias, por uma fórma nova e altamente civilisadora.

As providencias exaradas nos editaes publicados nos principios do anno de 1792, são o documento mais notavel da vasta illustração e subido alcance do eximio D. Fr. Caetano Brandão. Pelo primeiro, creando escholas para meninos nas freguezias de S. Jeronymo de Real, Maximinos e S. Lazaro d'esta cidade, procurava ao mesmo tempo por meio de vestuarios, e premios, estimular as creanças d'ambos os sexos ao estudo.

Pelo segundo, tendo em vista segundo as proprias expressões do referido edital—«fomentar a industria popular, tanto pelo que respeita á agricultura, que é a arte mais antiga, e mais util do homem, como pelo que respeita ao commercio e ao adiantamento das artes mechanicas, por meio das quaes subsistem a maior parte dos pobres, e se desterra a ociosidade, origem particular de muitos vicios, tem determinado premiar e favorecer no presente anno (1792), até 25 de Março do anno que hade vir (1793), quatro lavradores ou lavradeiras que se animarem á cultura das oliveiras e linho, na fórma que abaixo se declara; bem como a dezeseis aprendizes das artes mechanicas, oito moços e oito moças, que fizerem maiores progressos nas suas respectivas occupações, dando a cada um o premio de cincoenta mil reis, fazendo estes constar com provas decisivas e competentes exames o seu adiantamento: e no dia 25 de março de 1793

se entregarão os referidos premios áquelle ou aquellas que em competencia mostrar o seu maior merecimento, e o nome dos premiados se fará publico.» (1)

Era assim que ha oitenta annos um insigne prelado Primaz das Hespanhas procurava, premiando o trabalho, estimulando a actividade intelligente, desenvolver as industrias e as artes. Eram as primeiras exposições agricolas e industriaes solemnisadas na cidade de Braga, pelas corporações domesticas regularmente organisadas por aquelle virtuoso e eximio prelado. (2)

Entre as escholas fundadas por D. Fr. Caetano Brandão, entendemos merecer especial menção a de cirurgia ministrante fundada no hospital de S. Marcos, e da qual sahiram abalisados facultativos, como foram o afamado José Joaquim Gomes da Costa, geralmente conhecido pelo—defuncto, o doutor Paulo de Chaves, e Antonio Lopes da Silva, character de reconhecida probidade, de muito merecimento e profundas sympathias n'esta terra, O ultimo discipulo d'esta eschola, que nos consta existir ainda, é o senhor Francisco da Silva Caravana, facultativo de muitos credits no concelho de Barcellos, e character respeitabilissimo.

D. Fr. Caetano Brandão falleceu a 15 de Dezembro de 1805, tendo governado a sua diocese por pouco mais de 15 annos.

D. José da Costa Torres veio succeder a D. Fr. Caetano Brandão. Governou por pouco mais de 9 annos a diocese do Funchal até aos principios do anno de 1806, em que foi nomeado arcebispo de Braga por D. João VI ainda então principe regente.

Durante a sua administração succedeu a inva-

(1) Mem. da hist. da vid. do Ven. Arc. de Braga D. Fr. Caet. Brand., tom. 2.^o cap. 16.

(2) Diar. de Lisb., n.^o 153 de Julho 1861—Programma para a exposição de Londres.

são franceza em Portugal, das tropas de Napoleão I, e a imprudente e desastrosa resistencia que o povo de Braga e suas cercanias fizera á divisão commandada pelo general Soult, na serra do Carvalho, que deu origem a que a tropa invasora exercesse em Braga toda a ordem de devastação, roubando as casas particulares e as pratas das egrejas: felizmente a cidade estava completamente despovoada, e por isso só houve a lamentar perdas materiaes e não de vidas.

A opposição tenaz que a nação inteira offereceu ás tropas invasoras, levou este arcebispo ao indiscreto designio d'organisar um regimento de ecclesiasticos, tanto seculares como regulares, á frente dos quaes se apresentou como general. Entendemos desculpavel este procedimento do arcebispo: e á conta d'ardente patriotismo o julgamos dever considerar, a despeito das desordens que o seu notavel regimento causou.

D. José da Costa Torres falleceu com 72 annos de idade e 7 de arcebispo, e o seu cadaver jaz sepultado na capella mór da Sé. Succedeu-lhe D. Miguel da Madre de Deus, bispo de S. Paulo no Rio de Janeiro, e nomeado arcebispo de Braga pelo principe regente D. João VI em 1814. A sua muita idade, e os dolorosos padecimentos que soffria, o inabilitaram para administrar directamente o seu arcebispado. Em consequencia da primeira manifestação liberal que rebentou no Porto em 24 de Agosto de 1820, foi este prelado prêso e conduzido para o convento do Bussaco entre uma escolta de cavallaria: a sua idade e padecimentos causaram receio de que não chegasse vivo ao captiveiro, não succedeu porém assim: apoz uma trabalhosa jornada de 9 dias, chegou ao Bussaco, onde esteve prêso dous mezes e meio, e sendo solto recolheu a Braga, onde foi recebido no meio de vivo enthusiasmo e festivas acclamações: ainda viveu alguns annos sempre enfermo,

fallecendo a 20 de Março de 1827 com perto de 89 annos de idade.

Por alguns annos esteve vaga a mitra de Braga: as occurencias politicas do paiz, e a transformação do systema governativo, deram causa a esta interrupção dos arcebispos de Braga. Restabelecida porém a ordem publica, cuidou o governo de Sua Magestade D. Maria II em prover de pastores as egrejas que se achavam vagas. Para o arcebispado de Braga foi escolhido pela notoria fama de suas virtudes e saber, D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello, sendo ainda subdiacono. Eleito arcebispo foi nomeado cardeal presbytero da Santa Egreja Romana.

O governo d'este prelado é especialmente notavel pela prudencia e sabedoria, com que providenciou ao restabelecimento da paz e tranquillidade das consciencias perturbadas pelo notavel schisma, que dividia os fieis Bracarenses. A religião e a politica debatiam-se na epocha em que Sua Eminencia tomára conta da Egreja Bracarense, em toda a provincia do Minho, por um modo violento e medonho.

As dissensões politicas tinham creado um schisma religioso: as festividades eram celebradas furtivamente pelas casas dos particulares; os fieis retiravam-se das egrejas na occasião em que alguns sacerdotes elevavam á adoração publica a sagrada hostia; aos parochos era negada a obediencia, vendo-se as auctoridades ecclesiasticas na necessidade de recorrerem ao poder civil para este lhes fazer respeitar as suas ordens; finalmente a paixão obsecára os espiritos por tal fórma, que muitas vezes succedera fecharem-se as janellas das casas particulares, e commetterem-se outras irreverencias, ao atravessar as ruas alguns sacerdotes, quando conduziam o SS. Sacramento em Viatico aos enfermos.

D. Pedro Paulo tão acertadas providencias tomou, com tanta suavidade attrahiu os animos dos seus diocesanos, que conseguiu restabelecer a paz

da sua egreja, dissipar a procella, e dominar em todos os corações pelo respeito, pelo amor, e principalmente pela sua emminente caridade.

Do profundo saber d'este virtuoso prelado temos á vista duas pastoraes, e a resposta que déra á carta encyclica que Pio IX dirigiu ao episcopado portuguez, consultando-o a respeito da crença sobre a Immaculada Conceição da SS. Virgem: estes documentos são uns verdadeiros primores de litteratura christã.

O nome de D. Pedro Paulo ainda hoje é pronunciado com respeito e veneração: da sua caridade dão testemunho todos aquelles que recorreram ao seu bondoso coração: ainda hoje se vêem correr lagrimas de saudade por muitas faces, e este tributo é a joia mais preciosa que se póde engastar no diadema do homem, que elevado ao festejo do poder, desceu á sepultura sem deixar meios sufficientes para um modesto enterro.

Fecha em nossos dias a veneranda serie dos arcebispos de Braga, que se compõe como vimos de muitos santos, um pontifice, principes, cardeaes, e outros varões insignes em letras e virtudes, o Senhor D. José Joaquim d'Azevedo e Moura.

Este prelado foi bispo de Vizeu, e ministro e secretario d'estado durante o reinado da Senhora D. Maria II de gloriosa memoria: por mais de tres lustros governa já este conhecido ancião a sua vasta diocese do arcebispado de Braga; e entendemos dever nosso não ferir a reconhecida modestia d'este nosso laborioso pastor, apontando aqui os actos que mais se distinguem no seu longo pontificado.

A população de Braga é superior a vinte e duas mil almas segundo o censo official: laboriosos, hospitaleiros e essencialmente religiosos, os habitantes de Braga, são extremadamente delicados, e a sua morigeração corre parelhas com as dos povos olhados como modelo de civilização. Os mais principaes estabelecimentos de Braga

são, além dos já mencionados de S. Caetano e S. Domingos da Tamanca, o asylo de S. José destinado a receber entrevados, e o asylo da Infancia Desvalida dedicado á memoria de D. Pedro V. Os principaes estabelecimentos de instrucção publica são—o seminario de S. Pedro frequentado annualmente por mais de duzentos alumnos que se dedicam ao estado ecclesiastico; o Lyceu Nacional tambem consideravelmente frequentado por alumnos tanto da provincia do Minho como da de Traz-os-Montes; e a bibliotheca publica estabelecida no convento dos extinctos padres oratorianos.

A divisão ecclesiastica de Braga consta de seis freguezias que são—S. Pedro de Maximinos, S. Thiago, Sé, S. João do Souto, S. José de S. Lázaro e S. Victor. Tem Braga um cemiterio publico, que funciona só ha 2 annos. e onde já se encontram alguns jazigos de custosa architectura e finos labores, assim como um formoso passeio publico adornado de muitas e delicadas arvores, com dous bonitos lagos, e um airozo chalet, com largas e vistosas praças, e ricos monumentos.

Os arrabaldes de Braga são o mais pittorescos que é possivel. Cortada de estradas por todos os lados, a cidade de Braga tem passeios notaveis, sendo o mais concorrido e curioso o do Bom Jesus do Monte, a distancia de 3 kilometros, e onde o visitante encontra boas hospedarias para gozar as delicias em que abunda esta poetica mansão, da qual ninguem ainda se despediu sem sentir gratas recordações e vivissimas saudades.

As armas de Braga são: em campo azul castellos lavrados de prata, com duas torres, no meio d'ellas a imagem da Virgem com o Redemptor nos braços; timbre, a mitra episcopal, com a legenda *Insignis Fidelis et Antiquae Bracarae*.

Formoso timbre, como synthese historica e philosophica d'uma cidade notavel pelas suas tradições, religiosidade, e civilisação!

Cidade de Guimarães.

Entre os dous rios Ave e Vizella, e proximo do monte Latito, hoje dividido em dous, conhecidos um pelo nome de Santa Maria e outro pelo de Monte-largo, houve, segundo reza a tradição, em remotissimas eras um pequeno burgo denominado Araduca. Defendia esta pequena povoação uma torre, em cuja porta fôra gravada no lado esquerdo em uma pedra a seguinte inscripção—*Via maris*.

A esta inscripção attribuem alguns auctores a ethymologia da palavra Guimarães: e pelo foral que lhe dera o conde D. Henrique, creem deverem acceitar que fôra aquella inscripção quem dera origem ao nome de Vimarães, que hoje por corrupção se diz Guimarães.

Com diversos nomes tem sido nomeada pelos antiquarios esta muito nobre, antiga e leal povoação: querem uns que o seu verdadeiro nome fosse Araduca, que sôa o mesmo que cidade de letras; outros Leobriga que significa cidade forte, outros Latita, que quer dizer cidade escondida; alguns a nomearam Columbina; e muitos lhe chamam cidade de Santa Maria, em consequencia da Sagrada Imagem de Nossa Senhora d'Oliveira, milagrosamente possuida por Guimarães.

A' parte as fabulas que cercam estas classificações, é certo que, antes de existir a actual cidade de Guimarães, honve alguma povoação : e tudo nos leva a crêr que fôra a primitiva Araduca, situada no lugar que hoje occupa a rua de Santa Barbara, outr'ora rua do Castello, em consequencia dos restos de edificações que tem sido encontrados pelos quintaes que visinham, e cercam aquella rua e o Castello : e esta opinião mais se confirma por ter a condessa Mumadona edificado por aquellas immediações, no anno 927 da era christã, o seu mosteiro na quinta chamada de Guimarães : e portanto nada mais natural, que uma povoação se viesse estabelecer, ou já estivesse estabelccida, nas proximidades d'aquelle mosteiro.

A' condessa Mumadona, esposa de D. Hermenigildo, cabe a honra de ser a fundadora da muito nobre e leal villa de Guimarães.

Morrêra D. Hermenigildo com testamento, no qual recommendava a sua mulher, que distribuisse pelos pobres, peregrinos, orfãos, viúvas e egreja, a quinta parte dos seus bens.

Apenas entrada em viuvez, a condessa Mumadona tractou de cumprir fielmente a ultima vontade de seu esposo : feito o inventario do riquissimo espolio, coube em partilhas a D. Oneca ou Urraca a quinta chamada de Guimarães, e a Mumadona as terras de Creixomil : julgando porém aquella virtuosa senhora as terras de sua filha mais accomodadas aos piedosos fins que intentára, a convidou a trocarem entre si a parte que lhes tinha pertencido da herança. Foi celebrado o contracto e reduzido a instrumento publico, o qual anda annexo ao livro de Mumadona, que a real collegiada de Guimarães guarda cuidadosamente no seu curiosissimo archivo. Sollicitadas as necessarias licenças, deu principio Mumadona ao seu mosteiro, dedicando-o em honra e louvor do Salvador do Mundo, da SS. Virgem, e dos Santos Apostolos.

Este mosteiro era dividido em duas partes distinctas e separadas, e simultaneamente habitado por freiras e religiosas da ordem de S. Bento, cuja regra observavam.

Dotára Mumadona o seu mosteiro com as ricas alfaias que possuia, e com todos os bens de que podia dispôr: e não satisfeita com tão generosa liberalidade, quiz ainda distinguir-se pela sua modestia, vestindo o habito de monja de S. Bento, e vivendo entre as suas irmãs, não como senhora d'aquella caza, mas como serva fidelissima do seu santo patriarcha.

Era defendido este mosteiro por um forte castello, que lhe dava protecção, e ao pequeno burgo que principiava a estabelecer-se alli, contra as frequentes perseguições movidas pelos inimigos da religião do Crucificado. Este Castello com as suas altas muralhas, flanqueado por sete torres, coroado de inexpugnaveis ameias, este Castello a que está ligada uma historia notabilissima, e que fôra o theatro dos criminosos amores d'essa mulher formosa e garrida, que, cerrando os ouvidos aos murmurios do seu povo, e desdenhando do torvo aspecto dos briosos fidalgos portuguezes, reclinava a cabeça opulenta de loiros cabellos sobre os peitos arquejantes d'orgulho e sensualidade do conde de Trava; este Castello, que fôra acanhada habitação d'um dos maiores vultos de fidelidade que a historia portugueza aponta, e que nenhuma historia d'outro paiz vingou ainda esculpturar por maior nem igual; que fôra testemunha do valor e coragem d'um mancebo de dezeseite annos, que acompanhado de alguns fidalgos portuguezes, e do arcebispo de Braga, castigára na celebrada batalha de S. Mamede a affronta que os criminosos amores do conde de Trava e sua mãe D. Thereza haviam atirado sobre as honradas cinzas do conde de Borgenha; esse Castello enfim, que fôra o berço do fundador da monarchia, é hoje apenas o abrigo e o ninho

das aves nocturnas que o habitam!!! Lastimosa sorte que persegue todos os nossos monumentos nacionaes! criminoso desleixo d'um povo, que, vivendo hoje mais do passado que do presente, deixa cahir a pedaços, uma por uma, todas as paginas gloriosas dos seus feitos heroicos, para se entreter unicamente em demonstrações pueris e banaes d'um patriotismo esteril! N'um paiz, onde houvesse verdadeiro espirito de nacionalidade, já ha muito que essas ruinas teriam merecido attenção dos poderes publicos: e já um d'esses mil engenheiros que por ahi vemos todos os dias a gizar estradas, e estudar variantes de campanario, teria sido mandado a Guimarães, para supprir com os beneficios da arte, o que a natureza tem feito alli com os auxilios da herá providencial.

Desgraçadamente porém essas muralhas carcomidas, esses pillares arruinados, essas arcarias musgosas, não são eleitores nem elegiveis: e a patria lucra mais com as fadigas de qualquer galopim eleitoral, ou com os inconscientes apoiados de qualquer deputado instinctivamente ministerial, do que com a guarda e conservação dos monumentos do passado.

Conservou-se o mosteiro de Mumadona, com a dupla communitade de frades e freiras segundo o uzo da primitiva egreja, até ao pontificado de S. Gregorio, em que fôra præscripto este costume por perigoso e menos decente, como se póde vêr da bulla = *Jam nullo loco*. Não esperaram os monges segunda ademoestação, para se separarem da communitade em que por quasi dous seculos tinham vivido na mais austera virtude: e quando a bulla do Paschoal II datada de Latrão no anno de 1103 foi expedida contra o costume d'aquella promiscua communitade, já os religiosos beneditinos viviam em casa propria, inteiramente separados das suas irmãs.

No mosteiro de Mumadona está hoje erecta a

notabilissima e real collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, que goza d'honras e distinções quasi eguaes ás de cathedral : o templo foi mandado demolir no reinado d'El-Rei D. João I e então reconstruido, mas não como hoje existe com as deturpações e arrebiques, com que os conegos mascararam de estuques e doiraduras as venerandas feições goticas que distinguiam este monumento.

N'este templo recebe veneração e culto a milagrosa imagem de Nossa Senhora da Oliveira, que segundo reza a tradição fôra conduzida para Guimarães pelo apostolo S. Thiago, quando prégava o Evangelho na Luzitania. Em frente da egreja da Collegiada, ergue-se um curioso padrão chamado da victoria, obra começada e acabada no reinado de D. Affonso IV, e que consiste em uma abobada de pedra sobre quatro arcos de estilo gotico, apoiada em quatro columnas. Em frente d'este padrão, e, aos pés do Crucificado que alli se encontra, teem sido operados muitos milagres por intervenção da SS. Virgem da Oliveira : e alguns se encontram referidos nos celebres pergaminhos que a Real Collegiada guarda no seu archivo, e que foram escriptos pelo tabellião da villa Affonso Peres.

E' curta a historia militar de Guimarães, mas nem por isso deixa de ter um subido valor. Por duas vezes a velha capital da monarchia viu retirar-se deante de suas muralhas, ovantes e incolumes, as forças castelhanas.

Da primeira vez salvára-a Egas Moniz, e o monarcha repellido fôra Affonso VII; da segunda vez salvára-a a coragem dos seus habitantes, e o rei que partia com a vergonha do successo infeliz, era Henrique II, o vencedor de Monteel ! Porém honra maior ainda, do que a de repellir um soberano destimido, foi quebrar-se nas suas barbacans a furia impetuosa do condestavel Bertrand Duguesclin, um d'esses vultos homericos da idade media, um d'esses Alcides a quem a antiguidade

grega de certo daria em premio a purpura olympica dos semi-deuses.

Honra pois á velha cidade, que hoje, reclinada tristemente no sombrio cochim dos seus verdjantes arvoredos, ergue a fronte descorada, mas onde scintila ainda, como relampago fugaz, um reflexo da sua antiga gloria. (1)

As discordias que rebentaram entre D. Diniz e seu filho D. Affonso, deram occasião a que este principe devastasse as terras d'entre Douro e Minho. Tendo-se apoderado de Coimbra, Monte-mór velho, Gaia, Feira e Porto, marchou sobre Guimarães com o proposito de tomar d'assalto esta villa: investido durante dez dias pelas tropas do infante, o solar de D. Affonso Henriques com tanta energia e valor resistiu, com tanta paciencia e resignação supportou os estragos, e com tanta firmeza reppeliu as aggressões, que o infante se viu forçado a abandonar o seu louco proposito.

Durante as guerras da independencia tambem a notavel villa de Guimarães foi theatro de heroicas feitos: e apezar dos repetidos circos e frequentes assaltos que lhe foram dirigidos, nunca os inimigos da patria vingaram fazer tremular sobre o Castello de S. Mamede outra bandeira, que as dos legitimos reis de Portugal.

A situação de Guimarães é realmente formosa, occupando uma pequena elevação nas faldas do monte de Santa Catharina: coroada pelo seu vetusto Castello, cintada por graciosos e ricos valles, marchetada de elegantes palacetes, a cidade de Guimarães seria a primeira do Minho, se tivesse sido dotada com os melhoramentos que a civilisação d'este seculo aconselha, e para os quaes lhe sobram copiosos recursos.

Entre as preciosidades que se encontram em Gui-

(1) Hist. Port. por uma sociedade d'homens de letras, vol. 1.º pag. 216.

marães, apontaremos como mais dignas de serem memoradas o rico altar de prata, recolhido na celebre batalha d'Aljubarrota entre os despojos do exercito castelhano: esta preciosidade, e tambem gloria nacional está infelizmente hoje falsificada; porque, com o frivolo pretexto de não ser mais tarde reconhecida a sua procedencia, houve mão sacrilega que lhe substituiu o brazão d'armas de D. João I de Castella, que a coroava, pelo do nosso mestre d'Aviz!

E' realmente para sentir, que tão inqualificavel temor desse causa a que fosse destruido o sêllo glorioso d'este monumento nacional.

Entre as antiguidades de Guimaraes, figuram principalmente a pia baptismal em que o arcebispo de Braga S. Geraldo administrára o Sacramento do baptismo ao fundador da monarchia Portugueza; e o pelote ou cota de malha, e a lança com que D. João I entrou na batalha d'Aljubarrota.

E' Guimarães a cidade da provincia do Minho, e talvez de todo o paiz, onde se encontram solares mais antigos e de mais illustre nobreza: é o berço da monarchia, patria de varões illustres em virtude e santidade, e alcaçar de notabilissimos capitães e extremados homens d'armas.

Em santidade apontaremos um nome que é uma gloria para Guimarães e para Portugal, e este nome é o do Papa S. Damaso: amigo particular de S. Jeronymo, e que conseguiu d'este venerando padre da Egreja o traduzir para lingua vulgar o texto original da Escriptura Sagrada, (trabalho este, além de importante, d'uma difficuldade e melindre singularissimo), S. Damaso foi o primeiro portuguez que alcançou a elevada honra de cingir a theara pontificia.

Distinctos em lettras foram o jurisconsulto Manuel Barbosa, que escrevera a ordenação do reino; o doutor Gonçalo Dias de Carvalho, primeiro lente de leis no convento de Santa Maria da Costa, e

o primeiro bacharel que tomou capello na faculdade de direito na cidade de Coimbra.

Distinctos nas armas foram Diogo de Mesquita, capitão da fortaleza de Malaca na India; Salvador da Costa e Almada, que nas costas de Ceilão pelejára contra os mouros com tal ardor e valentia, que só poderam vencel-o, e aos seus poucos companheiros, as grandes forças que advieram ao inimigo quasi desesperado da victoria; João de Sousa Alcoforado, capitão de Sofala e Malaca; André Pinto Barbosa, João Machado de Miranda, Jeronymo de Figueiredo, e outros mais.

Todos os monarchas portuguezes liberalisaram a' Guimarães honras e singulares distincções. Desde o primeiro privilegio concedido pelo conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza, e confirmado por D. Affonso Henriques em 1166, pelo qual eram dispensados os moradores de Guimarães de pagarem portagens em todo o reino, até á ultima graça que lhe concedêra a Snr.^a D. Maria II elevando á cathegoria de cidade a villa de Guimarães; poucos são os monarchas portuguezes, que não mostrassem especial consideração pela terra natal dos vencedores de Cerneja, Arcos de Val-de-Vez e Ourique. Avultam principalmente entre os privilegios concedidos a Guimarães, as isempções dadas por D. Diniz, D. Affonso IV, D. Leonor, D. João I, D. Fernando, D. Affonso V e D. João III.

A cidade Guimarães é dividida nas cinco freguezias de Nossa Senhora da Oliveira, S. Miguel, S. Sebastião, S. Paio e S. Thiago.

A primeira é a collegiada, onde se guarda um precioso thesouro de joias, doações e votos dirigidos á milagrosa imagem de Nossa Senhora. A igreja de S. Miguel do Castello era a matriz da antiga villa, e onde foi baptisado o primeiro Rei de Portugal. A igreja de S. Thiago consta que fôra templo pagão, delicado á deusa Ceres; mas os melhoramentos que tem experimentado apagaram os vestigios d'esta tradi-

ção, apoiada unicamente n'uma inscripção que foi encontrada n'uma pedra, que se achou quando se procedeu á reedificação do templo.

Além d'estas egrejas conta ainda Guimarães muitos outros templos, sendo os mais importantes o da Misericordia fundado em 1585; o de Nossa Senhora da Consolação; a igreja de S. Damaso erigida em 1641; o de S. Domingos fundado em 1397; o de S. Francisco principiado em 1290; e o de Santo Antonio construido em 1644.

Ha em Guimarães quatro conventos de freiras: o de Santa Clara fundado em 1561; de Santa Rosa fundado em 1680; das Capuchas em 1681; e o de Santa Thereza em 1685.

Os estabelecimentos de caridade que se encontram em Guimarães, são, além do hospital de Santo Antonio ainda em construcção, os dous magnificos hospitaes das irmandades de S. Francisco e S. Domingos, inquestionavelmente os mais luxuosos e ricos de todo o reino; e o asylo de Santa Estephania que rivaliza com os melhores estabelecimentos d'esta ordem, existentes no paiz.

A praça mais bonita e regular de Guimarães é o Toural: as ruas da cidade são tortuosas, estreitas e mal calçadas: a guarnição da cidade é feita hoje pelo regimento d'infanteria n.º 3, que tem o seu quartel no castello: e a população da cidade é superior a nove mil almas. Tem um bonito theatro, denominado de D. Affonso Henriques, e uma assembléa recreativa.

Guimarães absolutamente fallando é a cidade mais rica de Portugal: encontram-se alli fortunas consideraveis, não só para este paiz mas até para o estrangeiro.

Não se julgue parcial este nosso conceito, por que Guimarães aponta algumas casas millionarias, e muitas d'algumas centenas de contos de reis.

O clima de Guimarães é sadio e abundante: as suas armas são—em campo de prata a imagem

de Nossa Senhora da Oliveira com o Redemptor nos braços, vestida de vermelho com o manto azul: timbre um coronel de duque.

Formoso brazão d'uma terra, essencialmente religiosa e notavelmente rica!

A uma legua de Guimarães ficam para o sul as famosas Caldas de Vizella, *thermas* frequentadissimas na estação propria de banhos, e umas das mais proficuas do paiz, e das mais nomeadas da Europa, com optimos hoteis no gosto moderno, e lindissimos arredores nas margens pittorescas do rio Vizella, com excellentes fabricas de papel, e cipos archeologicos de ruinas romanas.

A igual distancia para norte ficam egualmente as amenas Caldas das Taipas, *thermas* de muita frequentação na epocha propria de banhos, especialmente como local de distracção hygienica de verão, com arredores apraziveis nas margens do rio Ave, de que é confluyente o rio Vizella, e onde ha sobterradas algumas ruinas romanas como nas Caldas de Vizella.

Cidade de Vianna do Castello.

Na margem direita do formoso e crystallino Lima, está hoje situada a vistosa e risonha cidade de Vianna do Castello. E' geralmente attribuida aos Celtas a fundação d'uma povoação pelos annos 296 antes da vinda de Christo, no monte denominado de Santa Luzia, onde actualmente existe ainda uma ermida da invocação d'esta santa. As ruinas dos edificios que ainda hoje se descobrem n'este monte, levam a crêr que esse antigo e primitivo burgo occupára alli a sua situação. E' muito contestada a ethymologia da palavra Vianna: querem uns que este nome fosse dado áquella povoação em memoria de Vianna, cidade da França, situada nas margens do Rhodano; outros que Vianna fosse a antiga Britonia, cidade romana; outros finalmente que fosse a cidade chamada Calpe, que estava situada junto ao rio Lethes, mas que em consequencia das frequentes invasões d'este rio fôra transferida para o alto do monte de Santa Luzia, dando-se-lhe alli o nome de Vianna.

O que é certo, é que Vianna é uma das mais antigas terras da provincia do Minho, e que a sua formosa situação na margem direita e encantadora foz do rio Lima, bem como a importancia commercial que tivera em outras épocas, a tornaram sem-

pre notavel e credora dos grandes foros privilegios e isempções, com que a dotaram quasi todos os monarchas portuguezes desde D. Affonso III.

A antiga villa de Vianna fôra primitivamente séde episcopal até ao anno 610, em que foi reunida ao bispado de Tuy, e ultimamente encorporada no arcebispado de Braga.

A invasão dos arabes pela peninsula, nos começos do seculo VIII, fôra uma tremenda catastrophe para Vianna: o alfange mauritano pezou sobre ella com toda a violencia do seu prepotente dominio, e a reduziu a um montão de ruinas, e n'este estado se conservou até 1260, em que D. Affonso III a mandára reedificar. Era Vianna, até á época da dominação de Castella, a villa mais commercial da provincia do Minho: depois, os peizados tributos lançados sobre a navegação, as invasões e conquistas dos hollandezes no Brazil, e por ultimo as crescidas emigrações, a fizeram decahir da sua florescencia.

Desde o reinado de D. João I até ao de El-Rei D. João IV, póde dizer-se que Vianna fôra uma villa morta: a industria da pescaria que exercia em larga escala, estava completamente paralyzada: e o seu porto outr'ora coalhado de navios que o demandavam com ricas e custosas carregações do Brazil, Terra Nova, França, Flandres, Inglaterra e Allemanha, apenas recolhia um ou outro barco de pesca, dos que percorriam as costas do norte de Portugal. As acertadas providencias tomadas pelo emminente ministro de El-Rei D. José I, o marquez de Pombal, relativamente ao commercio maritimo altamente vexado n'esses tempos, pelos demasiados privilegios que os negociantes inglezes gosavam em Portugal, fizeram restaurar a Vianna a sua antiga importancia: ao seu porto acudiram novamente navios de todos os pontos do norte e meio dia da Europa, bem como dos portos do Brazil, restabelecendo o commercio

e industria d'esta villa, elevando-a segunda vez a ser na provincia do Minho o emporio de todos os generos coloniaes e estrangeiros. Um desastre veio embaraçar o crescido desenvolvimento que a villa de Vianna principiava a ter n'essa época, e foi a independencia do Brazil em 1822, que, franqueando ao commercio de todas as nações da Europa os ricos portos d'aquelle opulento imperio, paralyzou a vida e movimento dos portos de Portugal, não só pela incapacidade, mas porque Portugal não podia competir com elles nem pela importancia das suas transacções, nem pelo numero e capacidade de seus navios.

A esta contradicção, seguiu-se para Vianna outra que lhe cavou a sua completa ruina, e foi o entupimento da barra, causado pelos enormes volumes de areia arrojados sobre ella pelo rio Lima.

D'este revez ainda hoje soffre a cidade de Vianna as funestas consequencias; pois que no seu Porto ainda não podem dar entrada embarcações de superior lotação; felizmente porém as dispendiosas obras feitas n'estes ultimos annos na barra; as reformas salutaes nascidas no systema que nos rege; a creação de novas industrias; e o progressivo desenvolvimento que a agricultura tem tomado ultimamente em quasi toda a provincia do Minho, promettem um auspicioso futuro á formosa princeza do Lima.

O movimento annual do porto de Vianna já hoje sobe de 500 a 600 navios, com uma lotação aproximada a 80:000 toneladas: a sua importação consta principalmente de linho, pannos, manufacturas, carvão, cordame e bacalhau; a sua exportação é de laranja, madeiras e cereaes. No encaixotamento de laranja occupam-se em Vianna mais de 2:000 pessoas, sendo o maior numero mulheres e menores; no corte da madeira do grande pinhal que lhe fica fronteiro, estão diariamente empregados grande numero de serradores.

No espaçoso estaleiro situado no Cabedello se constroem actualmente navios de bonita construcção e segurança, alguns dos quaes se empregam na carreira do Brazil, outros percorrem as costas de Portugal e Galliza.

Não é Vianna uma cidade unicamente commercial e marítima; é tambem uma praça militar, e a sua historia altamente honrosa.

A esquadra franceza, que dos portos da Mancha sahira em 1574 para bater e tomar as costas do Norte de Portugal, appareceu na madrugada de 8 de Setembro d'aquelle anno em frente de Vianna. Compunha-se de 8 embarcações de guerra bem aprestadas e tripuladas, e a guarnição do castello, pequena em numero e desprovida dos utensilios e munições de guerra necessarias para sustentar uma defeza energica, correu risco de deixar penetrar dentro do porto a esquadra invasora; o cansaço e a fadiga do combate, acompanhando do panico e terror que costuma assaltar uma guarnição que não tem esperanças de superar as forças inimigas, tinha assaltado os animos de todos, determinando-os já ao rendimento da praça. N'estas circumstancias os habitantes de Vianna, vendo o desanimo dos combatentes e o risco em que se achavam, tentaram um esforço supremo; e correndo em auxilio da fortaleza com tal denodo se empenharam na lucta, que dentro de poucas horas a esquadra franceza foi obrigada a demandar o alto, e a desistir dos seus temerarios intentos.

E' notavel ainda o patriotismo com que os viannenses expulsaram em 1640 as auctoridades e guarnição castelhanas. Os 40 fidalgos que na madrugada de 1 de Dezembro de 1640 proclamaram em Lisboa a independencia de Portugal, tiveram nos habitantes de Vianna dignos imitadores do seu patriotico valor. Bernardino Golanço Santilhena era governador da praça de Vianna, e apenas lhe constára a noticia de que a domina-

ção de Castella havia chegado ao seu termo, empregou todos os esforços para conservar fiel a Filippe III o castello, e a provincia que lhe tinham sido confiados.

Era nobre a pretensão do governador hespanhol; mais nobre porém e legitimo era o amor da patria que inflamava o coração dos viannenses. Reunidos com os povos das freguezias vizinhas n'um corpo de exercito, assaltaram a fortaleza, que só se rendeu depois de profiada lucta, e em consequencia d'um reducto construido durante uma noite, com o qual lhe fôra cortada toda a comunicação pelo mar. Este feito militar é singularmente notavel, não só pela estrategia com que foi dirigido, como pela rapidez com que foi executado, não dando tempo a que os castelhanos se podessem prevenir, nem escapar das mãos dos viannenses. Em presença de tão perigosa situação D. Bernardino Golanço Santilhena capitulou no dia 20 de Dezembro, acceitando todas as condições que lhe impozeram, sendo entre outras, a mais honrosa para Portugal, a de abandonar o castello com todos os aprestes e provisões de guerra, e assistir pessoalmente aos festejos com que n'esse dia foi proclamada em Vianna a independencia de Portugal.

O anno de 1646 proporcionou aos viannenses nova occasião para provarem o seu reconhecido valor. Partíra do Porto para Vianna em Outubro d'esse anno uma caravela carregada d'artilharia para guarnecer as praças das fronteiras do Minho. Uns corsarios francezes de Dunquerque, que por essa occasião infestavam os nossos mares, assaltaram em frente de Espozende um navio portuguez, e o aprisionaram.

A noticia d'este attentado indignou profundamente os viannenses: e aprestando uma caravela, e um navio hamburguez que então se achavam ancorados no porto, os guarneceram de gente

armada, e seguiram em perseguição dos corsarios. Foi coroada de feliz exito esta perigosa tentativa; porque, encontrando depois de poucos dias de viagem os piratas, os pozeram em fuga, e restauraram a caravela com toda a artilheria. Existem guardados no archivo municipal de Vianna dois honrosos documentos d'este arrojado feito, que são duas cartas de El-Rei D. João IV, a elogiar e agradecer aos viannenses tanto valor e intrepidez.

Durante a guerra civil que assolou o reino nos annos de 1846 a 1848, a villa de Vianna conservou-se sempre fiel á causa da rainha a Senhora D. Maria II, não podendo as tropas da Junta do Porto entrar nunca a fortaleza e castello, apesar dos repetidos assaltos e apertado cêrco que lhe fizeram.

Em reconhecimento da sua dedicação e fidelidade, a Senhora D. Maria II elevou á cathedra de cidade de Vianna do Castello esta antiga e notavel villa da foz do Lima.

A cidade de Vianna é capital do segundo districto administrativo da Provincia do Minho, e séde d'um governador civil, e mais auctoridades e corporações administrativas, d'um juiz de direito, d'um lyceu de segunda ordem, e uma alfandega. A guarnição da praça de Vianna é actualmente feita por artilheria n.º 3, que tem o seu aquartelamento na fortaleza.

A divisão administrativa na cidade de Vianna é formada por oito bairros, que comprehendem a antiga circumvalação da villa, a saber: Monserrate, a Bandeira, Carreira, Ribeira, S. Bom Homem, Postigo, S. Bento, Campo do Forno. A divisão ecclesiastica é formada por duas parochias — Nossa Senhora d'Assumpção, e Nossa Senhora de Monserrate: o parochio da primeira é Arcipreste da comarca ecclesiastica, e presidente da Collegiada que alli foi erecta com approvação de Xisto IV, por D. Justo Baldino, Bispo de Ceuta.

Dos oito bairros em que se divide a cidade de Vianna, alguns tomam seu nome das praças que lhes servem de centro, como são o de S. Bom Homem, o do Postigo, onde se faz o mercado publico de todos os generos, á excepção do peixe que é vendido em praça propria; o campo do Forno, hoje praça da Rainha, largo bonito, cercado de edificios importantes, entre os quaes sobresaem o da Camara Municipal, e egreja da Misericordia com seu hospital fundado por El-Rei D. Manoel.

N'esta praça está levantado um formoso chariz, cujas aguas excellentes e saborosas abastecem toda a cidade.

Tem a cidade de Vianna quatro conventos de religiosas, dois da ordem Benedictina, que são o de Santa Anna, situado no bairro da Carreira, e fundado por El-Rei D. Manoel pelos annos 1512; o de S. Bento, fundado em 1550 por 42 cavalleiros importantes e ricos de Vianna; o de Nossa Senhora do Carmo, da ordem dos Carmelitas, situado na rua da Bandeira, e fundado em 1647; (este mosteiro pertencêra primitivamente a frades que tinham por obrigação ensinar nas praças a doutrina christã ás crianças, e missionarem pela villa e seus termos): e o das Ursulinas, que occupam o antigo convento das Chagas, e que hoje é casa de educação.

Ha ainda em Vianna outro estabelecimento religioso, que se torna singunlar pelos fins para que fôra criado: é o recolhimento das mulheres nobres sob a invocação de S. Thiago, que viviam das tenças proprias, como se fossem professoras, e estavam sujeitas a uma austera e apertada clausura. Ignora-se o que dera origem á fundação d'este estabelecimento, tão pouco frequentado n'estes ultimos tempos: é de crêr que o espirito religioso dos seculos passados fizesse sentir a necessidade da creação d'este refugio, que tanto honra os nossos fidalgos portuguezes.

Teve a cidade de Vianna 3 conventos de frades: o de S. Domingos, de rica fabrica e vasta largueza, fundado em 1563 por D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo de Braga. Na capella mór d'este sumptuoso convento está sepultado o seu fundador em um tumulo de marmore branco e vermelho: é uma reliquia preciosa, que a cidade de Vianna guarda com profunda veneração e subido respeito, porque o emminente prelado não fôra só a honra do episcopado portuguez, fôra tambem uma gloria nacional. O edificio de S. Domingos é hoje occupado pelo governo civil, administração do concelho, e outras repartições publicas.

O convento de S. Theotonio da ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho, situado no bairro da Carreira, fundado a expensas dos mesmos conegos; a inauguração d'este convento foi feita a 5 de Agosto de 1631 com muita solemnidade pelo arcebispo de Braga, D. Rodrigo da Cunha, sendo presentes muitos prelados das ordens religiosas, o clero, e toda a nobreza de Vianna.

O convento de Santo Antonio dos Capuchos, cuja apparatusa fabrica mal se poderá conciliar com a modestia d'um cenobio destinado para ser o refugio seguro, onde varões piedosos iam conquistar no silencio da clausura, e na austeridade da penitencia, a auréola do justo.

Os estabelecimentos de caridade que adereçam a cidade de Vianna do Castello actualmente, são: o Asylo da infancia desvalida, e o Hospital dos entrevados: e projeta-se a fundação d'um hospital para invalidos, do qual foram ultimamente remetidas ao governo algumas plantas, descrevendo o risco e acomodações que deve ter, aberto previamente concurso e adjudicado premio ao auctor da planta que satisfizer melhor as condições d'um estabelecimento d'esta ordem, e que deve ser no futuro um monumento perduravel da civilisação e religiosidade dos viannenses.

Ha em Vianna uma feira annual, que é não só a primeira da provincia do Minho, mas tambem uma das melhores de todo o reino: principia no dia 20 d'Agosto e termina no fim d'esse mez, e é feita no vasto e bello campo de Nossa Senhora da Agonia.

De todos os locaes onde se usa fazer feiras, nenhum campo ha em Portugal tão espaçoso e tão bonito como o d'Agonia: mais extenso e mais largo que o campo grande de Lisboa e cava de Viriato em Vizeu, o campo da Senhora d'Agonia sobre-excede a qualquer d'estes pela belleza da sua elegante situação: assentado á beira do oceano e nas fraldas do monte d'Agonia sob um ceo claro e limpido, guarnecido pela comprida e abundante alameda do palacio dos viscondes de Gêraz do Lima, é a perspectiva d'este campo indiscriptivel nas noutes dos dias 23, 24 e 25 de Agosto, em que tem logar o arraial e festa da Senhora da Agonia.

Como todas as romarias e arraiaes da provincia do Minho, o da Senhora d'Agonia é esplendidamente poetico. E' difficil descrever a maga impressão que produzem no Minho estas festas essencialmente populares. Não se encontram ahi, é verdade, os esplendores do diamante, nem os artisticos enfeites da *toilette*; mas, em troca, sobejam alli as inspirações sinceras e francas d'um povo, que na sua nobilissima e espartenciosa simplicidade só cuida e pensa no modo de traduzir com mais cordealidade as suas affectuosas caricias, e a exprimir como sabe e póde todos os sentimentos singelos e francos, que tão facilmente se perdem no agitado tumultuar das cidades, mas que o bonançoso viver do campo apura e conserva.

Ascende a mais de 50:000 o numero deromeiros que todos os annos concorrem á festividade da Senhora d'Agonia: e apesar de tão subida concorrência, e no meio dos variados e incessan-

tes folguedos a que se entregam durante os 3 ultimos dias da romagem, a ordem publica nem sequer é ligeiramente alterada.

Em quasi todas as provincias um arraial dá sempre uma occasião e pretexto para desordens, e rara é a vez em que a fôrça publica não tenha de intervir para obstar a excessos e corrigir os discolos. Nos muitos arraiaes da provincia do Minho é o contrario: alli só ha expansão, liberdade, folguedos innocentes; e a fôrça publica estaciona tranquilla e socegada, cuidando mais em gosar os variados divertimentos que alli se passam, do que em vigiar pela segurança dos frequentadores.

Tem a cidade de Vianna um bonito theatro construido ha poucos annos, onde funciona frequentes vezes uma companhia de curiosos; um passeio publico lindamente ornado de copadas arvores e mimosas flores; duas assembleas recreativas onde se dão frequentes bailes: emfim, todas as commodidades essenciaes á vida, e todos os passatempos honestos e civilisadores.

Os arrabaldes de Vianna são d'uma belleza arrebatadora. As pittorescas margens do Lima dão a esta cidade a sua maior e mais decantada louçania. E' o Lima um dos rios mais poeticos de Portugal: como o inspirador Mondego tem na mansidão da sua corrente, e nos ferteis e viçosos campos que atravessa e banha, os segredos d'essa melancolia suave e meiga, que tão bem sabem traduzir nos seus magoados gorgeios os mimosos cantores dos salgueiraes.

Nas montanhas que assombream os seus vergeis; nos palacetes e torres quadrangulares que lhe rendem vassalagem; nos antigos castellos que lhe fazem sentinella; nos vetustos solares que lhe apregoam nobreza; as margens do Lima excedem o soberbo e opulento Douro, e roubam ao gentil e indolente Minho as suas mais distinctas e risonhas perspectivas.

Quem uma vez desceu por manhã da primavera pela mansa corrente do feiticeiro Lima, facilmente comprehenderá, que ao «rio tão socegado que até parece arrependido de levar agua doce ao mar salgado» (1), «ao rio que tem tanta virtude de esquecer» (2), dessem os antigos o nome de Lethes; porque o dormente murmurio das suas aguas, o brando movimento da sua corrente, os frondentes arvoredos que o orlam, as uberrimas campinas que d'elle se alimentam, tantas bellezas segredam, e tão alegremente encantam, que sem o esperar nos achamos esquecidos dos cuidados e fadigas da vida, para só nos mirarmos nas delicias d'estas graciosas paragens.

A população de Vianna sobe a mais de 10:000 pessoas: o clima é saudavel, e a praça abundante: do Lima se abastece a população de magnifico e abundante peixe, entre o qual occupam o primeiro lugar o salmão, a truta e a lamprêa.

Na sua foz o Lima é apertado pelo cabedello, e guarnecido por ambos os lados de solidas muralhas de cantaria. Esta obra foi principiada em 1805, interrompida pela invasão franceza em 1807, e posteriormente recomeçada, ainda hoje continuam alli obras importantes, das quaes se espera o completo melhoramento da barra.

As armas da cidade de Vianna são em campo de prata uma nau d'ouro sobre mar azul, tendo na vela grande do mastro de ré as armas reaes portuguezas, e na proa uma ancora pendente.

Timbre um coronel de marquez.

Formoso brazão d'uma terra commercial, maritima, e guerreira!

(1) Bernardes, Eglog XV.

(2) Sá de Miranda.

Quem uma vez deitou por nascer da terra
 vem pela terra corrente do lesteiro Lima, ta-
 cilmente comprehendendo, que se não se souber
 do que ali parece atrevido de estar sem do-
 ar ao mar salgado (1), ao rio que tem tanta
 virtude de espumoso (2), de sem os antigos e no-
 me de Lethes; porque o elemento marinho das
 suas águas, o grande movimento da sua corrente,
 os fiavellos ardores que o coram, as aberturas
 campinas que d'elle se abrem, tantas bellas
 secretarias, e tão elegantemente encantam, que sem
 o esperar nos achamos capachos dos cuidados e
 fadigas da vida, para se nos nadas nas dellas
 e as d'estas graciosas paragens.

A população de Lima sobe a mais de 10000
 pessoas: o clima é saudável e a terra abundante;
 de Lima se abastecer a população de magnifico e
 abundante paiz, entre o qual occupam o primeiro
 lugar o salmão a truta e a lampia.

Na sua foz o Lima é apertado pelo cabedal-
 lo, e guardado por ambos os lados de solidas
 muralhas de canham. Esta obra foi principiada em
 1805, interrompida pela invasão franceza em 1807,
 e posteriormente reconhecida, ainda hoje con-
 tinham alli obras importantes, das quaes se espera o
 completo melhoramento da barra.

As aguas da cidade de Lima são em cam-
 po de grão uma nas d'outra sobre mar azul, ten-
 do na vela grande do mastro de ré as armas reais
 portuguezas, e na proa uma ancora pendente.

Tambem um coronel de mardex.
 Formoso praeio d'uma terra comercial, ma-
 ritima, e guerreira!

(1) Bernardes, Elogio XV.

(2) 24 de Miranda.

Villa de Barcellos

E' tão difficil marcar a epocha da fundação da notavel villa de Barcellos, como a origem ethymologica do nome com que é conhecida desde a mais remota antiguidade.

N'esta duplicada incerteza, como bem diz o snr. dr. Pereira Caldas, na Noticia geral a respeito á villa de Barcellos, com que precede a *Raridade bibliographica do licenciado Manuel da Rocha Freire*, está o titulo mais gloriado e o documento mais venerando da grande antiguidade de Barcellos.

Nas notas feitas pelo marquez de Monte-Bello ao Nobiliario do conde D. Pedro (1) se encontra que de Barra Celanis, barra do rio Celano, como no tempo dos romanos era chamado o rio Cávado, cuja margem direita occupa a notavel villa de Barcellos, fôra dada aos seus habitantes a denominação de Barracelanos, nome que por corrupção se converteu em o de Barcellos.

Outra origem dão alguns curiosos a este nome, derivando-a da existencia d'uma barca que transportava os viandantes d'uma a outra margem do rio Celano (Cavado), antes da existencia da ponte

(1) Nobil. Cond. D. Pedro, plan. 303.

que hoje liga estas margens, e que era conhecida pelo nome de Barca Celi: abonam esta explicação com o bem conhecido verso latino — A Barca Coeli Barcellos nomine dicunt.

Pela similitude que este nome tem com o de Barcellona na Catalunha, e Barcella na Galliza, alguns auctores querem attribuir aos arabes a origem d'esta denominação (1).

Seja qual fôr a sua origem, crê-se que a villa de Barcellos fôra antigamente cidade episcopal chamada Aguas Celenas, e que El-Rei D. Affonso Henriques lhe dera foral que mais tarde foi reformado por El-Rei D. Manuel. É Barcellos uma das villas mais formosas da provincia do Minho: sentada como rainha donairosa sobre um throno adereçado de feiticeiras gallas, banham-lhe os pés os limpidos crystaes do dormente Cavado: tem por vassalagem uberrimas e vistosas campinas, por docel um ceruleo céu: as auras que a bafejam, são embalsamadas, e os horisontes que a limitam, são amplos, opulentos e deleitosos.

Erguidas sobre uma pequena elevação, fronteiavam a vetusta ponte de Barcellos as ruínas do historico palacio do 9.º conde de Barcellos e primeiro duque de Bragança, D. Affonso, filho legitimado d'El-Rei D. João I, e genro do grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

Causa dó vêr o abandono a que se acham votadas estas preciosas reliquias da pristina nobreza d'esta notavel villa.

É para lamentar que a mão do tempo tenha esboroado essas paredes, que se levantaram orgulhosas sobre um solo que guardava saudosas recordações dos deliciosos colloquios com que por alli sonhára o bastardo do Rei lavrador. Que sentidas trovas, inspiradas pelo manso murmurio do Cavado, não escutariam aquellas paragens?! Que segredos

(1) Corograph. Portg., tomo 1.º tratado 5.º

d'alma, e mysterios do coração, ouviriam d'alli as formosas nymphas do provento Celano ? !

Nada consta com verdade do que sentira e fizera junto do Cavado o principe poeta, e innocente cumplice do rebelde filho de D. Diniz: hoje, o viajante sabe apenas que por alli morára algum tempo o terceiro conde de Barcellos, e que as ruinas do palacio de D. Affonso pertencem hoje á caza de Bragança.

O primeiro condado que existiu em Portugal, foi o de Barcellos; e o primeiro titular d'este nome foi D. João Affonso de Menezes, mordomomór d'El-Rei D. Diniz.

No reinado d'El-Rei D. Sebastião foi elevado a ducado o condado de Barcellos, em favor dos primogenitos da dynastia de Bragança.

O ultimo duque de Barcellos foi D. João IV, acclamado rei em 1 de Dezembro de 1640. Na respeitavel série dos condes de Barcellos é digno de memoria o terceiro duque de Bragança, e 11.^o conde de Barcellos D. Fernando, a quem D. João II decepára a cabeça em 1483, no cadafalso que lhe mandára levantar na praça d'Evora. O desgraçado fim d'este illustre personagem alteia o relêvo da perfida e sinistra hypocrisia do assassino do duque de Vizeu. Se o candido veo da innocencia não cobre o procedimento traidor, e entranhado odio que se votavam reciprocamente o duque de Bragança e D. João II; comtudo o monstruoso processo ordenado pelo monarcha contra a sua victima covardemente apanhada dentro do palacio real, o cynismo revoltante com que o fez conduzir ao cadafalso, as fementidas lagrimas que vertêra depois da execução, e as suspeitas de que o proprio rei fôra o celebre mascarado algoz que fizera rolar pelo chão a cabeça do conde de Barcellos; lançam uma nodoa indelevel na historia d'esse homem a quem o temor, ou a adulação, fizeram dar na historia a cognome de principe perfeito.

Esta funebre e sanguinaria tragedia proporcionou occasião a que um notavel filho de Barcellos grangeasse na historia um logar honrosissimo. Foi D. Diogo Pinheiro, descendente de Tristão Gomes Pinheiro, e o mais douto jurisconsulto do seu tempo.

Este respeitabilissimo vulto, que tanta honra deu á egreja de que fôra ministro; ás leis em que era mestre abalisado; e á patria de quem fôra filho benemerito; foi a unica voz que se ergueu na côrte de D. João II a favor de D. Fernando, e tambem a unica, ao ouvir proferir a iniqua sentença que condemnara á morte o duque de Bragança, que protestou com toda a independencia do seu nobilissimo character contra a crueldade do monarcha, e a corrupção dos juizes.

Nem se queira amesquinhar tão nobre proceder, pela posição official que D. Diogo tinha junto do infeliz D. Fernando, de quem era advogado.

N'esses tempos, n'essa côrte, e na presença d'um rei da indole e têmpera de D. João II, semelhante independencia importava uma sorte igual á que estava marcada para o infeliz duque de Bragança.

A villa de Barcellos era guarnecida por grossas muralhas e elevadas torres, quatro pontes* e tres postigos: d'esta fortificação ainda se encontram hoje vestigios, que evidentemente denunciam a solidez e magnificencia com que D. João I mandára executar esta obra.

Tem a villa de Barcellos uma só parochia, cujo parochio é o dom prior da collegiada, erecta a instancias e pedidos do 9.^o conde de Barcellos D. Afonso, feitos ao arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra.

E' uma das collegiadas mais antigas do reino, creada em 1433, e confirmada pelo summo pontifice Paulo II. No reinado do Snr. D. Pedro V foi reformada por carta de lei de 8 de Agosto de 1859:

* pontes

e os Estatutos que actualmente a regem, são datados de 17 de Novembro de 1864.

Entre os monumentos mais notaveis de Barcellos occupam o primeiro logar, depois da igreja matriz, o templo do Senhor da Cruz e a formosa igreja do hospital. Situado no vasto campo da feira, aquelle templo fôra começado em 1504, segundo reza a inscripção que se lê no lado esquerdo ao entrar a porta principal. Déra origem a esta primorosa construcção a seguinte lenda: Pelas 9 horas do dia 20 de Dezembro de 1504, que era uma sexta feira, recolhendo-se para sua casa, de volta da missa a que fôra assistir na ermida do Salvador, attentára o sapateiro João Pires para o solo, e n'elle víra insculpida pela natureza uma cruz. Maravilhado e absorto com similhante apparição, irrompeu em piedosas exclamações, que fizeram aglomerar em volta d'elle grande multidão de povo, para verem e presenciarem o milagre da natureza.

Como aviso do ceo foi considerado o feliz encontro que tivera o sapateiro, e desde logo foi assentado fundar-se alli sobre aquella cruz uma capella. Vedado immediatamente o logar, por algum taboado foi principiada a obra com vivo enthusiasmo e devota piedade. A capella fôra o prefacio d'esse magestoso templo construido em forma de cruz, que hoje ahi vemos ostentar as suas galas no formoso e vasto Campo da feira. Santuario da mais viva piedade e fervente devoção, n'este templo que fôra ampliado em 1705, celebram os habitantes de Barcellos no dia 3 de Maio a festividade da invenção de Santa Cruz. E' orago do templo uma veneranda e inspiradora imagem do Redemptor, *in via crucis* -- que um mercador de Barcellos trouxera de Flandres em 1505, e que se acha exposta á veneração publica n'um altar do lado esquerdo: esta imagem é não só um primor d'arte, como um monumento d'antiguidade.

A administração d'este templo está confiada a

uma irmandade, da qual é juiz perpetuo El-Rei o Snr. D. Fernando.

Não devemos deixar em esquecimento a piedosa crença, que tem os barcellenses, da apparição de cruces nos tres primeiros dias do mez de Maio. N'essa epocha percorrem os habitantes da villa aquelle logar em procura do sacrosanto emblema da nossa fé: encontram-se effectivamente uns cruzamentos de veias denegridas, algum tanto duras, e em alguns pontos em forma de cruz: este phenomeno tem sido considerado pelos naturalistas, como ramificações concomitantes dos schistos carbonosos do terreno chamado Terra-negra, por onde atravessa a estrada que segue do Porto a Braga. Seja ou não esta apparição um facto miraculoso, é certo que os habitantes de Barcellos, e os romeiros que por essa epocha vão em peregrinação ao Bom Jesus, teem por estas cruces muito respeito.

São egualmente dignos de menção o templo e o hospital da Mizericordia situado no mesmo Campo da feira.

Alguns metros acima do logar onde hoje está o templo e hospital da Mizericordia, déra-se durante a vida do duque de Barcellos D. Theodozio II, e a expensas d'alguns particulares, a edificação de um convento sob a invocação da Conceição. N'este convento deviam ser no futuro admittidas as pessoas das familias d'aquelles donatarios, que desejassem seguir a vida religiosa. Deu-se principio á obra, que depois d'algum tempo cessou, ignorando-se ainda hoje os motivos que occasionaram isto: passados tempos foi reconhecida a conveniencia, para a villa, d'um convento de religiosos, e aproveitadas as paredes e mais obras feitas, o abbade do convento de Santa Maria de Fiães, da ordem de S. Bernardo, tomou conta da obra feita, obrigando-se a completar o edificio, e transferir para elle de 15 a 20 religiosos da sua ordem—obrigação que lhe fôra imposta pelo alvará de 8 de Março de 1641.

Não se aproveitou o abbade de Fiães d'esta auctorisação ; e por esse motivo foram convidados os frades capuchos do convento do Bom Jesus da Franqueira, visinhos de Barcellos, a mudaram para alli a sua residencia.

Acceitaram os frades o convite ; e obtida a concessão do local e obras por provisão regia de 13 de Março de 1649, foram completadas tres annos depois as obras do edificio, e celebrada a primeira missa no dia 11 de Fevereiro de 1652. Até 1834 era este convento um dos melhores que no Minho tinha a provincia da Soledade.

Pela extincção das ordens religiosas deu o governo de S. M. á irmandade da Mizericordia a egreja, convento e cêrca, para o estabelecimento do hospital que actualmente existe, e no qual são tratados com toda a caridade e esmero, um grande numero de doentes de todo o conselho e fóra d'elle. Além do abundante mercado que se faz todos os dias na graciosa praça de D. pedro V, construida em 1867, tem Barcellos uma feira semanal em todas as quintas feiras do anno, inquestionavelmente a mais concorrida de quantas se fazem no Minho, e uma feira annual que principia no dia 1 e acaba no dia 3 de Maio.

A população de Barcellos é aproximadamente de 4:000 almas : a indole d'esta população é bonosa, e a sua convivencia é sempre generosa e extremamente amavel. Tem Barcellos uma bonita casa de assemblea, onde se dão frequentes e luzidos bailes, e em uma sala pertencente á camara municipal, costumam alguns mancebos improvisar um gracioso theatro, no qual cultivam com reconhecido aproveitamento a difficultosa e civilisadora arte dramatica.

A perspectiva de Barcellos é arrebatadora : o puro e limpido ceo que a cobre : o saluberrimo ar que se respira alli, espraiado por extensos po-

mares de castanheiros, dão vida e alento, enchendo o coração de gratas alegrias.

As armas d'esta villa são : em campo azul a ponte de prata da mesma villa de Barcellos, tendo na extremidade do lado direito uma arvore de sua côr junto d'uma capella, e do lado esquerdo os paços dos condes de Barcellos. Em chefe, entre dous escudetes das quinas, o escudo dos duques de Bragança.

Villa de Ponte do Lima.

Não sendo facil marcar a antiguidade da villa de Ponte do Lima, e não sendo egualmente bastante fundamentadas as opiniões d'aquelles que lhe attribuem uma origem muito anterior ao nascimento de Christo, crê-se como certo que Ponte do Lima já existia no principio do seculo 2.^o da era christã com o nome de *Forum Limicorum*, segundo o Itinerario do imperador Antonino Pio.

De muita importancia foi durante a denominação Romana esta villa, pela situação que occupava na via militar aberta pelos Romanos desde Braga á cidade d'Astorga por Tuy e Lugo : e é de crêr, que, attendendo á perfeição e grandeza com que os Romanos construiam as estradas militares, fosse lançada sobre o rio Lima alguma ponte. Não se encontram vestigios alguns d'esta obra : podêmos com tudo conjecturar que ella existíra ; por quanto, achando-se Ponte do Lima nos principios do seculo 12.^o bastante arruinada e quasi despovoada, a rainha D. Thereza e seu filho D. Aflonso Henriques a mandáram reedificar e povoar, chamando-lhe, no foral que lhe deram em 1125, Ponte do Lima.

Foi este foral confirmado por D. Affonso II, e a villa protegida com novas e notaveis regalias: apesar d'estes favores e das vantagens da sua situação, e dos terrenos fertilissimos que a cercam, Ponte do Lima decaiu novamente, a' ponto de se achar nos meados do seculo 14 reduzida a um pequeno numero de cabanas de palha.

No reinado de D. Pedro I foi novamente restaurada, e transferida do local onde estava situada para o que actualmente occupa: e para que nada se lhe oppozesse ao seu desenvolvimento e prosperidade, foi edificada a curiosa e importante ponte que hoje tem, e que ainda se conserva em magnifico estado.

A villa de Ponte do Lima é cercada por uma grossa muralha com varias torres ameiadas, barbacãs, e cinco portas denominadas do Postigo, da Ponte de S. João, do Souto, e de Braga, hoje nomeada palacio dos viscondes. Um mau fado tem perseguido esta linda povoação: apesar dos esforços empregados para a levantar ao maior auge do seu desenvolvimento, uma força occulta pesou sobre ella, a ponto de no seculo 16 ser tal a decadencia a [que se achava reduzida que, reformando D. Manuel os foraes do reino, teve que accrescentar o d'esta villa com novos privilegios, e entre outros com o de isentar os moradores d'ella de pagarem direitos e portagem em todo o paiz.

Os beneficios da civilisação moderna, e os melhoramentos que actualmente vae experimentando a villa de Ponte do Lima, levam-nos a crêr que esta donairoza filha do Lima occupará em breve o logar que lhe pertence, entre as importantes povoações da provincia do Minho.

Tem Ponte do Lima uma só parochia, sob a invocação de N. Senhora da Assumpção. E' um bom templo edificado nos meados do seculo 18.^o

A capella de S. Sebastião, situada fóra da por-

ta do Souto, é também curiosa, por ter sido alli, segundo consta, a synagoga dos judeos.

Os estabelecimentos de caridade d'esta villa são, além da Mizericordia, dous hospitaes, onde se recolhem e são tratados numerosos doentes de todo o concelho e fóra d'elle.

Distinguem-se dentro da villa dous edificios notaveis, que são a ponte, e o palacio dos ex.^{mos} marquezes de Ponte do Lima. O primeiro é um curioso monumento de architectura gotica formada por 24 arcos, sendo 16 ogivaes apezar d'algumas obras que alli tem sido feitas, e que bastante lhe tem falsificado o estilo: apezar d'isto conserva-se ainda a verdadeira feição architectonica d'este monumento. Nas extremidades da ponte erguem-se duas torres que dão entrada e sahida para a villa, e muito concorrem para o seu aformoseamento.

O segundo é o solar da illustre familia dos Limas, que El-Rei D. Affonso V nobilitára com as honras de visconde de Villa Nova de Cerveira, e que a Rainha D. Maria I elevára ás honras de marquezes de Ponte do Lima.

As margens do Lima são seductoras e bellas: assentada na margem esquerda, a villa vê espreguiçar-se sobre amplo leito d'alvissima arêa, e orlado de frondosos arvoredos, o celebrado rio Lethes, que tantos sustos causou á legião Romana capitaneada pelo pro-consul Junio Bruto, receando atravessal-o, pelo temor de se esquecerem, na margem opposta, da patria a que tanto amavam.

As cercanias de Ponte do Lima são o mais arrebatadoras que é possivel: campos sempre viçosos, semeados de torres ameiadas, solares antiquissimos, edificios antigos, e palacetes modernos, eis a perspectiva brilhante, que extasia a todos que tem a ventura de percorrer aquellas mimosas paragens.

Seguindo a estrada parallela ao rio, e que conduz a Vianna. encontram-se duas deliciosas quintas,

cujos palacios situados entre jardins, e meios occultos na espessura de densos bosques, se miram como a furto nas crystatinas aguas do Lima (1).

Estes palacios e quintas são dos ex.^{mos} condes de Bertiandos e Almada.

Nos suburbios da villa de Ponte do Lima, existe o convento de Santo Antonio que fôra de frades cupuchos, fundado por D. Leonel de Lima, primeiro visconde de Villa Nova de Cerveira; e o de S. Francisco de Val de Pereiras, fundado em 1360, e occupado desde 1515 por freiras de Santa Clara.

A população de Ponte do Lima é superior a 2:000 almas.

As armas de Ponte do Lima são: em campo de prata uma ponte, terminada por duas torres perfiladas de preto.

(1) Vilh. Barb., vol. 2.^o pag. 146.

Villa da Ponte da Barca.

A' antiga terra de Nóbrega, assim chamada pelo castello que fôra edificado em um alto monte que cobre a villa da Ponte da Barca, dá-se hoje este nome em consequencia d'uma barca de passagem que atravessava o rio Lima, antes da edificação da ponte que hoje alli vemos: é curiosa a origem da primeira população que alli se veio collocar.

Depois de construida a ponte, foram alli levantadas algumas casas de mesquinha apparencia: entre ellas a primeira de sobrado que fôra edificada, pertenceu a Maria Lopes da Costa, que bem se póde chamar a verdadeira Eva d'aquelle novo mundo; pois que, fallecendo de 110 annos de idade, contrahíra dous matrimonios, e conheceu 120 filhos, netos e bisnetos, de que contava todos os dias 80, por viverem na sua companhia.

Quando El-Rei D. Manuel foi a S. Thiago de Galliza, hospedou-se em casa da filha d'esta Maria Lopes da Costa, por nome Izabel Gonçalves da Costa, e fez muitas mercês a seus filhos, como que para premiar n'elles a abençoada fecundidade de sua avó; que fôra a origem da povoação que hoje vemos tão crescida [como melhorada.

Teve esta villa entre outros filhos distinctos, os notaveis Jeronymo Pimenta, desembargador do paço, D. João Pimenta seu irmão, bispo d'Angra, e o celebrado poeta Diogo Bernardes Pimenta.

Ao notabilissimo diplomata Antonio d'Araujo, da illustre casa de Sá, cujo brazão d'armas exorna o nosso quadro, deve a villa da Ponte da Barca honrar-se, como gloria que lhe servira para titulo com que a distinguiu o principe Regente D. João VI, em premio da singular habilidade com que se houve na missão diplomatica de que fôra encarregado junto da Republica Franceza em 1797.

Tem esta villa um espaçoso campo, e as suas cercanias são abundantes em cereaes e muitos gados. Do rio Lima se abastece a villa de magnificos salmões e saborosas trutas, lampreias, salmonezes, e saveis.

Fôra no antigo regimen séde de um juiz ordinario, e tres vereadores: e o seu termo era composto de cinco companhias, de que era capitão-mór a camara na ausencia do Senhor da terra.

Na ponte houve um recontro entre as tropas liberaes e as de D. Miguel, em que ambos os pleiteantes operaram prodigios de valor.

A população d'esta villa é aproximadamente de 800 almas. A indole d'esta povoação é pacifica e laboriosa, de trato affavel, e verdadeiramente hospitaleira.

As armas d'esta villa são: em campo de prata as armas de Portugal sobre uma barca d'ouro: timbre, um coronel ducal.

Villa da Povia de Lanhoso.

A distancia de 16 kilometros de Guimarães para o norte, e cêrca de 14 de Braga, tem assento a villa da Povia de Lanhoso, a quem El-Rei D. Diniz, estando em Coimbra, dera foral em 25 d'Abril de 1292.

Banhada pelo rio Ave que a atravessa, esta villa foi no antigo regimen séde de juiz ordinario, tres vereadores, juiz dos orfãos com seu escrivão, e contador e meirinho. Foi senhorio dos Cunhas, e mais tarde dos condes de Sabugal — meirinhomór do reino. Actualmente é a capital do concelho de Lanhoso, cabeça de comarca.

Os suburbios d'esta importante villa são ricos e abundantes de vinho, azeite e fructas.

As mulheres d'este concelho gozam desde longas eras a fama de formosas (1).

A' distancia de meia legua d'esta villa, destaca-se no alto d'um pequeno monte o riquissimo e apregoado santuario da Senhora do Porto d'Ave.

(1) Corogr. de Carv., vol. 1.^o, pag. 149.

Sítio ameno, páramo delicioso e viridente, Thebaida isolada entre montes, e regada pelo innocente Ave, este santuario inspira a devoção, afervora a fé, e enleva a alma.

E' concorridissima a romaria, que durante os primeiros oito dias do mez de Setembro se faz a este santuario: e para admirar é a veneração e respeito, com que sobre os altares da Virgem os seus innumeraveis devotos depositam, rendidos de gratidão, os votos emittidos na hora solemne da afflicção.

Proximo da Povia de Lanhoso, pela estrada que de Braga segue a esta villa, levanta-se sombrio e triste o afamado castello, onde a progenitora do fundador da nossa monarchia se crê expiar as culpas dos seus criminosos amores. Conhecido pelo castello de D. Thereza, esta vetusta sentinella relembra do alto das suas ameias os misterios dos segredos intimos de que fôra testemunha e confidente.

A população d'esta villa ascende a 1:500 almas: o seu clima, embora frio, é saudavel: a indole dos seus habitantes é intrepida e laboriosa: são respeitadores das leis, mas corajosos, e sempre promptos a sacrificarem-se pelas nobres ideias.

As suas armas são: escudo partido em palla, tendo na primeira as armas de Portugal, e na segunda em campo vermelho um castello d'ouro sobre um rochedo de prata. Timbre, um coronel mural.

Villa e praça de Valença.

E' impossivel marcar a epocha da fundação d'esta villa, ou quem foram os seus fundadores. Ha quem pertenda attribuir a uns soldados veteranos, das fileiras de Viriato, a fundação d'esta praça : as razões que apontam para sustentar esta asserção, procedem da conciliação feita entre este grande capitão da antiga Luzitania com Decio Junio Bruto, em virtude da qual este consul Romano lhes dera aquelle sitio para edificarem uma povoação, pelos annos 186 antes de Christo.

Não parecem acceitaveis estes fundamentos, em face do silencio que se nota a respeito da existencia d'esta povoação, no Itinerario Romano que segue de Braga á cidade d'Astorga, e no qual se acham mencionadas muitas outras povoações de pequena importancia, ao passo que nada se diz a respeito de Valença.

Sendo certo que D. Sancho I déra foral a esta villa, póde razoavelmente conjecturar-se, que a sua fundação data do reinado antecedente : e é mesmo natural que assim fosse, pois que as repetidas luctas que se deram entre Portugal e Leão,

necessariamente lembrariam a D. Affonso Henriques a necessidade de fortificar um ponto importante como é Valença, para lhe defender a fronteira do reino.

Valença é uma praça de guerra, assentada sobre terreno bastante elevado, junto da margem esquerda do rio Minho, a quatro leguas de distancia pouco mais ou menos da sua foz. Fronteira esta praça a cidade episcopal de Tuy, que serve de limite á Galliza pelo norte de Portugal.

A praça de Valença atravessára repetidas contradicções desde o reinado de D. Sancho I até a de D. Affonso V. No reinado d'aquelle monarcha, em virtude das continuas invasões dos Leonezes, Valença foi arruinada e despovoada, a ponto de D. Sancho I a mandar povoar no anno de 1200.

Passados dezesepte mezes, D. Affonso II reformou-lhe o foral, e a dotou com muitos privilegios, no intuito de attrahir alli maior numero de habitantes.

Em consequencia das guerras suscitadas entre este soberano e suas irmãs, recorrendo estas ao auxilio dos Leonezes, foi Valença novamente invadida e queimada.

Mandou-a reedificar D. Affonso III, e por essa occasião lhe poz o nome de *Contrasta*, que segundo alguns antiquarios quer dizer valentia.

A historia militar d'esta praça não é n'estes ultimos tempos notavel: até na segunda invasão franceza commandada pelo marchal Soult, o exercito invasor julgou mais prudente atravessar o rio Minho n'outro ponto, sem forçar a passagem pela praça de Valença.

Na lucta da liberdade e restauração do throno da Senhora D. Maria II, a praça de Valença foi tomada em 1834 pelas tropas liberaes commandadas pelo almirante Napier.

O senhorio d'esta villa, devolvido para a corôa no reinado d'El-Rei D. Manuel, foi concedido por este monarcha em 1499 a D. Fernando de

Menezes, em cuja casa se conservou até á sua extincção em Agosto de 1641, em que foram sentenciados á morte, e executados como cúmplices na conspiração contra a vida d'El-Rei D. João IV, o ultimo marquez de Villa Real, e seu filho o duque de Caminha.

Valença é uma praça fechada por septe baluartes que prendem com a muralha antiga, augmentada d'algumas cortinas feitas de novo: as primeiras fortificações consistiam em uma cinta de muralhas com tres portas; porém o que fez elevar a praca de Valença a um ponto importante de defesa, foram as obras que se lhe fizeram por occasião das guerras da restauração no reinado de D. João IV.

Em consequencia da muralha antiga ser muito alta e os fossos muito profundos, foram-lhe acrescentados tres baluartes *a cavalleiro*, uns sobre outros: em volta tem tres revelins, dous que defendem as portas e protegem os arredores que são profundos; e o terceiro defende a frente e varre a planice que se estende ao rio.

Em uma pequena elevação chamada do Bom Jesus, ha ainda um outro forte que consta de tres baluartes, dous meios baluartes, e dous revelins. Dão entrada para a praça tres portas, a do Postigo, a do poço de S. Vicente, e a do poço de S. Tiago que é a principal. Tem Valença uma só egreja parochial, que é collegiada erecta no reinado de D. João I, em consequencia do scisma que grassou na egreja em virtude da eleição de Clemente VII para Papa, sendo ainda vivo Urbano VI.

Varias potencias da Europa, e entre outras Portugal acceitaram e reconheceram valida á eleição de Clemente VII: porém em 1581, no reinado d'El-Rei D. Fernando, Portugal reconheceu o legitimo Papa Urbano VI.

Alguns conegos da cathedral de Tuy que tinham seguido o partido de Urbano VI, perseguidos

pelo seu bispo, refugiaram-se em Valença; e favorecidos por El-Rei D. João I, constituíram-se em capitulo, disfrutando as rendas que a mitra de Tuy possuia em Portugal.

Na menor idade d'El-Rei D. Affonso V, o infante D. Pedro, regente do reino, conseguiu a desannexação das egrejas entre Douro e Minho tributarias de Tuy, e com as rendas d'ellas instituiu a collegiada de Santo Estevão de Valença.

Ha n'esta villa dous hospitaes, um militar, e outro civil: casa de Mizericordia, e varias ermidas. Tem um pequeno theatro, uma casa de assemblea, e todas as accomodações d'uma praça de guerra. A guarnição é feita actualmente pelo batalhão de caçadores 7 e um destacamento de artilheria n.º 3.

Fóra da villa, a distancia de meia legua, existe em ruinas o mosteiro de S. Salvador de Ganfey, cuja fundação é inteiramente desconhecida, dando unicamente as chronicas noticia da sua existencia no anno de 691. Proximo d'este mosteiro existe a ermida dedicada a S. Theotonio, primeiro prior da Santa Cruz de Coimbra, e que muito se distinguio no reinado de D. Affonso Henriques: segundo reza a tradição, esta ermida está situada no mesmo lugar em que outr'ora fôra a casa, onde nascêra aquelle santo prelado.

Valença é abundante em todos os generos indispensaveis para alimentação: fornece-se d'agua de uma cisterna que tem dentro dos muros, e d'uma fonte que fica proxima a uma das suas portas. A população d'esta villa é aproximadamente de 3:000 almas.

As suas armas são: em campo azul dous crescentes de prata em chefe, no centro um escudete das quinas, e na base duas estrellas de prata de cinco pontas.

Villa de Caminha.

Ignora-se inteiramente a epocha da fundação d'esta villa, e apenas se sabe com certeza que El-Rei D. Affonso III a mandára reedificar e povoar pelos annos de 1265, e que El-Rei D. Diniz lhe dera foral em 1284.

E' Caminha uma das villas mais agradavelmente situadas que se encontram na provincia do Minho. A tres leguas distante de Vianna, pela mais formosa estrada macadamisada que tem o paiz, esta villa destaca-se arrebatadoramente, assentada entre o rio Minho que lhe fórma o porto, e o Coura, que proximo d'ella se encorpora no Minho, e vae desaguar no oceano a meia legua de distancia.

Por tres vezes fôra esta villa cercada de fortificações: a primeira no reinado de D. Diniz, segundo parece; a segunda em tempos mais modernos; e a terceira no tempo da acclamação d'El-Rei D. João IV.

Esta ultima fortificação abraça quasi toda a povoação, e consta de seis portas.

Esta villa foi condado no reinado de D. Affonso V, graça que este monarcha concedeu a Pedro Alvares de Sotto-Maior, visconde de Tuy, e fidalgo gallego que passou a Portugal, onde entrou em serviço dos seus monarchas.

Filippe IV de Hespanha elevou esta villa a ducado em favor de D. Miguel de Menezes, primogenito dos marquezes de Villa Real, e que foi sentenciado e morto conjuntamente com seu pae e outros fidalgos, em consequencia da conspiração tramada contra a vida de D. João IV.

A egreja matriz da villa de Caminha é indubitavelmente um dos mais bellos monumentos de architectura gotica existentes no paiz. Foi principiado em 1488 no reinado de D. João II; e estando as obras muito atrasadas no reinado d'El-Rei D. Manuel, este monarcha concedeu largas esmolas para a sua continuação e complemento. Tem ricas e preciosas alfaias: e entre as imagens sagradas que alli se veneram, é sem duvida a primeira pela excellencia da esculptura a do Redemptor no *Ecce Homo*, vinda de Inglaterra, em consequencia da perseguição movida por Henrique VIII contra os christãos.

Tem a villa de Caminha um hospital que fôra fundado em 1551: houve dentro da villa um convento de frades capuchos, da invocação de Santo Antonio, mandado edificar em 1618 pelo marquez de Villa Real D. Miguel de Noronha: actualmente existe alli o convento de freiras sob a invocação de Nossa Senhora da Mizericordia, mandado edificar por D. André de Noronha, bispo de Portalegre em 1561.

Ha em Caminha uma larga e vistosa praça, ornada de casas magnificas e de varias ermidas. No seu rio se pesca grande abundancia de salmões, que são exportados para quasi todo o reino: e o seu porto, apezar de muito damnificado, ainda assim é frequentado por um grande numero de hiates

Os arrabaldes de Caminha são encantadores.

A população de Caminha sobe a mais de 4:000 almas: e as suas armas são—em campo vermelho sobre mar uma torre de tres torriões de prata.

Villa dos Arcos de Val de Vez.

E' antiquissima a origem d'esta povoação : e pertendem alguns antiquarios que ella fosse a antiga Arcobrica dos Romanos.

O que é certo, é que já existia no reinado de D. Affonso Henriques a que se attribue a construção dos seus arcos, e que por serem lançados sobre o valle que está proximo ao rio Vez, deram a esta povoação o nome de Arcos de Val de Vez.

Ha quem pertenda que estes arcos foram levantados por occasião da passagem por alli d'El-Rei D. Manuel na sua peregrinação a S. Thiago de Galliza, occasião em que lhe déra foral.*

Possuiu esta villa um convento de frades capuchos, da provincia de Santo Antonio, dedicado a S. Bento. Tem uma egreja parochial dedicada ao Salvador do Mundo, a egreja da Mizericordia fundada em 1595, e que passa por uma das melhores da provincia. Tem esta villa tres espaçosos campos : o primeiro entre a egreja parochial, e a do Espirito Santo, o segundo no centro da povoação, e que frontea com a casa da camara, e o terceiro proximo da porta de S. Braz. Esta villa foi condado desde Filippe IV de Castella ; e o primeiro conde de Arcos de Val de Vez foi D. Lourenço de Brito e Lima, cuja descendencia se

extinguiu em seu filho. O terceiro conde de Arcos de Val de Vez, foi D. Thomaz de Noronha.

Os arrabaldes d'esta villa são formosos, e muito abundantes em cereaes e caça.

A sua população é superior a 2:000 almas : e as suas armas são—em campo de prata, no centro do escudo, um escudete das quinas, tendo á direita uma cruz de vermelho, e á esquerda a esphera armilar.

Villa de Melgaço.

A mais antiga noticia que se encontra da fundação d'esta villa, data do reinado de D. Affonso Henriques, que em 1170 a mandára povoar, cercandô-a d'uma fortaleza no lugar em que outr'ora existia uma chamada Minho.

Anteriormente a esta noticia, nada se sabe a respeito da povoação que alli existia, e que necessariamente fôra praça de guerra, visto ter uma fortaleza ou baluarte.

Esta villa é uma das raiaes que dividem Portugal da Galliza pelo poente. Foi-lhe dado foral, ao que parece, por D. Sancho II. No entanto o titulo pelo qual El-Rei D. Sancho I déra a um mosteiro de S. João de Longos Valles bens e coutos, em mercê do assignalado serviço que lhe fizera D. Pedro Pires, prior que então governava o convento, mandando construir á sua custa a torre e fortaleza de Melgaço, parece indicar que fôra este monarcha, que mandando reformar a villa lhe déra tambem foral.

O monarcha que mais foros e privilegios concedeu a Melgaço, foi effectivamente D. Sancho II: e por tanto é de crêr que fosse elle tambem quem lhe dêsse o mais distincto de todos, que é o foral.

D'El-Rei D. Diniz recebeu Melgaço tambem mui-

tas graças e favores, entre outros o cercal-a de novos muros, e o escolher alcaide para o castello.

Tem Melgaço casa de Mizericordia e hospital, e as egrejas de Santa Maria e S. Paio, que são os edificios mais importantes da villa: aquella, era apresentada alternadamente pela casa de Bragança e mosteiro de Fiães, e está situada a pequena distancia da ermida de Nossa Senhora da Orada, imagem de muita devoção. O templo de S. Paio a que Sandoval chama mosteiro de S. Paio de Paderno, é um edificio curioso pela sua origem: pois segundo alguém pretende pertencêra aos arabes, até que a infanta D. Urraca, filha d'El-Rei D. Fernando Magno, o concedera á Sé de Tuy, e ao seu bispo D. Jorge no anno de 1071.

A rainha D. Thereza, e seu filho D. Affonso Henriques, confirmaram-lhe esta doação na parte a que tinham direito.

Os arrabaldes de Melgaço são ferteis em cereaes e pastagens: no rio Minho que a banha, se pescam magnificas lampreias e salmões: e entre as produções de Melgaço é a mais importante, sem duvida, o saborosissimo presunto.

Nas suas cercanias tem Melgaço muito honrosas casas e quintas, sobresahindo entre todas as dos Castros e Sousas, tronco de muitas familias illustres.

A população da villa ascende hoje a mais de 2:000 almas: e as suas armas são — em campo de prata um Pelicano de sua côr, amamentando os filhos com sangue que tira do proprio peito.

Villa de Monção.

Conforme a opinião do nosso Padre Carvalho na sua Corographia, seria a villa de Monção a antiga povoação chamada *Obobriga*, fundada por El-Rei Brigo, e que, arruinada, mais tarde os gregos reedificaram, pondo-lhe o nome de *Orozion*, até que S. Thiago prégou o Evangelho na provincia Iberica, em que já existia uma povoação ou cidade chamada Mamia.

Esta diversidade de opiniões é o mais honroso documento da antiguidade da villa de Monção.

A origem etimologica d'esta palavra, póde dizer-se que é Mons Sanctus, nome com que nos tempos dos Godos a chamavam.

El-Rei D. Affonso III deu o foral a esta villa; e seu filho D. Diniz lhe edificou o castello e a cercou de muros, sendo accrescentados aquelles mais tarde por D. João II, com uma cinta de muralhas e barbacãs.

Presume-se que esta obra fôra de D. João II, em consequencia do Pelicano que se vê esculpido na porta do baluarte: pois que fôra, como se sabe, a divisa d'este monarcha.

A guerra suscitada entre D. Fernando de Portugal, e Henrique II de Castella, occasionou o aper-

tado cêrco que o exercito castelhano pôz á praça de Monção ; pois fôra em todas as epochas divisa do exercito portuguez, o soffrer com a resignação do martyr e o batalhar com o denodo do heroe ; e o cêrco de Monção é um eloquente testemunho d'estas nobilissimas virtudes do nosso exercito.

Os repetidos assaltos do exercito castelhano, a desproporção das fôrças, o apertado do cêrco, e finalmente os grandes estragos causados nos defensores da praça de Monção, nunca puderam quebrantar os animos, nem abalar os esforços d'estes corajosos defensores.

A fome, porém, veio reduzir aos mais dolorosos extremos os aguerridos soldados portuguezes.

Durante a luta houve uma mulher que praticára prodigios de heroismo, animando com a sua coragem os combatentes : acudia aos pontos mais arriscados, ora arrojando sobre os assaltantes pedras e materiaes de guerra inflammados, ora soccorrendo os feridos, ora emfim encorajando os tibios, levando-os ás muralhas a morrerem como heroes.

Esta mulher era a esposa do capitão-mór de Monção, Vasco Gomes de Abreu, por nome Deusadeu Martins : e ella fôra a salvadora da praça de Monção, pela inspirada ideia que teve de atirar para os arraiaes dos castelhanos com uns poucos de pães, fabricados com a ultima farinha que encontrou nos seus exhaustos celleiros.

O maior mal que os defensores da praça de Monção estavam soffrendo, era a fome. Compreendiam os castelhanos esta dolorosa situação, e tinham bem fundadas esperanças de fazer render pela fome, aquelles que não fôra possivel submeter pela força. Havia entre os castelhanos falta de mantimentos, mas esta penuria não era sensivel como dentro da praça : e com espanto e surpresa viram elles subir á mais alta ameia da fortaleza a illustre matrona Deusadeu Martins, e atirar para elles inimigos com alguns pães cozidos de fresco, exclamando

mando em alta voz : Não podendo vós conquistar-nos pela força das armas, haveis-nos querido render pela fome : nós, mais humanos, e porque graças a Deus nos achamos bem providos, sabendo que tendes fome, enviamos-vos, esses pães, para vós vos fartardes ; e vos daremos ainda mais, se os vós pedirdes.

Esta estrategica resolução fez imaginar aos castelhanos, que a praça de Monção estava ainda provida de viveres : e como sentissem já a falta d'elles, levantaram o cêrco ; e Monção d'esta forma, que durante poucos dias mais se podia conservar inexpugnável, viu retirar-se diante de seus muros aquelles que, com mais um pouco de firmeza e constancia, teriam sido os seus conquistadores.

Este honroso successo foi entusiasticamente solemnizado pelos habitantes de Monção : e durante muitos annos depois da morte de Deusadeu, a camara municipal ia junto da sepultura d'esta illustre matrona commemorar a memoria, e honrar as cinzas da heroica defensora d'esta villa.

Um outro feito illustre d'armas se operou na praça de Monção ; e foi a capitulação honrosa que os defensores d'esta praça obtiveram do exercito castelhano nas lutas da restauração em 1640.

Sitiada por quatro mezes e meio pelas tropas de Filippe III de Portugal, e IV de Castella, a praça de Monção resistiu tenazmente aos rijos combates, e continuados assaltos que ellas lhe dirigiram : perdidas porém as esperanças de tomarem esta praça á força d'armas, foi d'ellas acceite a capitulação, com todas as vantagens e honras para os portuguezes. Assignado o dia e hora para a sahida dos defensores de Monção, consta que o general castelhano, admirado do pequeno numero de combatentes que sahia, exclamára assim : *Estos son los Leones, que con tanto valor se han defendido ? si el Gran Leon de España tuviera muchos d'estos Leones, fuera señor de todo el mundo.*

A villa de Monção tem uma só egreja paro-

chial intitulada Santa Maria, em uma das capellas da qual está a sepultura de Deusadeu Martins : tem egreja e hospital da Mizericordia, e varias capellas, entre as quaes figura como mais digna de menção a de Nossa Senhora do Outeiro, situada no espaçoso campo do Cano. Teve em epochas não muito distantes dous conventos de freiras.

Entre a villa, e o rio Minho, existe uma nascente d'aguas sulfureas, das quaes se fazem muitas applicações medicinaes.

N'um logar chamado Agrello existe uma curiosidade natural, que é uma gruta espaçosa, na qual se pode commodamente alojar mais de uma duzia de pessoas.

A meia legua de distancia de Monção, está situado o formosissimo palacio da Berjoeira, ricamente aderessado no interior, e rodeado de esplendidos jardins, e com uma magnifica quinta de regalo. Este sumptuoso palacio foi começado em 1806 por Luiz Pereira Velho de Muscoso; e actualmente é possuido por seu filho o snr. Simão Pereira Velho de Muscoso.

A população da villa de Monção é de 2:000 almas aproximadamente : as suas armas são — em campo de prata uma torre de prata perfilada de preto, tendo sobre as ameias uma mulher que representa a Deusadeu Martins, com os braços abertos, e em cada uma das mãos em pão, com a legenda «Deuladeu».

Villa Nova de Cerveira.

Esta villa foi fundada por El-Rei D. Diniz no anno de 1320, n'um sitio geralmente chamado a Cerveira, em consequencia de ser muito frequentado de Cervos: e por este motivo se nomeou a nova povoação Villa Nova da Cerveira. Esta villa é praça d'armas; porém a sua historia guerreira não offerece algum facto importante.

Na parte mais antiga da povoação, é que estão situados os edificios mais importantes, como são a egreja da Mizericordia, caza da camara, cadêa, armazens, e officinas proprias de guerra.

A parte mais moderna da villa é cercada por uma muralha, com seus baluartes e fosso.

A egreja matriz é dedicada a S. Cypriano, e está situada n'um bonito largo, que tem um abundante chafariz de saborosa agua: tem diversas portas, sendo as principaes as da *Campanha*, Santo Antonio de Lorigo, e Porta Nova, que dá sahida para a estrada que conduz a Caminha e Vianna.

A população de Villa Nova da Cerveira é approximadamente de 2:000 almas: as suas armas são—em campo verde um veado ou cervo, sustentando nas pontas um escudo com as quinas portuguezas.

RÊSUMO GENEALOGICO-NOBILIARCHICO

DAS

CASAS NOBRES

DA

PROVINCIA DO MINHO

QUE ENTRAM NA COMPOSIÇÃO DO PRIMEIRO
QUADRO.

Mais, dans tous les temps et sous tous les gouvernements possibles, la noblesse de sang et de race est un fait persistant qui, en l'absence de toute distinction honorifique, de tout privilège, de tout droit exclusif, peut encore, même sous l'empire du droit commun et de l'égalité publique et civile, marcher en tête de la civilisation et modifier notablement les institutions, les lois, et les mœurs sociales.

LE VICONTE DE MAGNY :

Nobiliaire Universel, Primeiro volume.

ESTUDO

DE

Vicente Pinheiro Lobo Machado de Mello e Almada

III

Solar dos Pinheiros.

Solar coevo da casa de Bragança, foi fundado por Tristão Gomes Pinheiro em Barcellos. E' fertil em varões distinctos. De passagem commemorarêmos em armas: Gaspar Pinheiro, Commendador da Ordem de Christo, que militou em Flandres e no Brazil com grande fama, sendo honrado por elevados postos e grandes distincções nos reinados de Filippe III e D. João IV. Illustre em letras foi D. Rodrigo Pinheiro, varão doutíssimo, 2.^o bispo d'Angra em 1542, 51.^o do Porto em 1552. E' auctor da Carta á Rainha D. Catharina, viuva d'El-Rei D. João III, escripta no Porto a 13 de Fevereiro de 1561, para que não deixe a regencia do reino na menoridade de seu neto D. Sebastião. Grande ornamento d'esta familia foi D. Diogo Pinheiro, capellão e fidalgo da casa de Bragança, 1.^o commendatario do mosteiro de S. Simão da Junqueira, conselheiro d'Estado e desembargador do Paço, prelado de Thomar como vigario do mestrado da Ordem de Christo, 35.^o D. Prior da Collegiada de Guimarães, e 1.^o bispo do Funchal em 1514. D. Antonio Caetano de Sousa nas Provas da Historia Genealogica da Casa Real, tomo 3.^o livro 6.^o, dá-nos copia do seu consciencioso e nobilissimo = Mani-

festos em que se mostra a innocencia do duque de Bragança D. Fernando II, a falta de provas da sua accusação, e a nullidade da sua sentença condemnatoria. = O elogio mais pomposo d'este grande fidalgo, está no modo grande com que elle protestou na sala do senado, *deante de El-Rei D. João II*, no acto do julgamento do Duque de Bragança, contra a infamia da sua accusação !

Senhores de Vieira.

El-Rei D. João I em 1436 deu a Gonçalo Pires Coelho, de jure e herdade, o senhorio de Felgueiras e Vieira. João Pinto Coelho, seu filho varão mais velho, pelo seu casamento com D. Marianna Francisca Pereira da Silva herdou a antiquissima casa de Fermedo, que descende por varonia d'Alvaro Pereira, 3.^o marechal de Portugal no tempo d'El-Rei D. João I, e tronco da casa dos condes da Feira.

E' nobilissima a linhagem d'estas duas casas, na primeira das quaes está a representação do nosso honrado D. Egas Moniz Coelho: e a segunda tem por sua nobreza, não só a contagem de muitos seculos de existencia, mas de muitos distinctos fidalgos.

Coutos d'Abbadim e Negrellos.

O Dr. Diogo Lopes de Carvalho, desembargador do Paço, é o instituidor d'estes morgados. Seu sobrinho o Dr. Gaspar de Carvalho, chanceller-mór do reino, testamenteiro d'El-Rei D. João III, edificou com soberbas madeiras de ebano, que este monarcha lhe deu, os seus famosos paços com grande torre ornada d'ameias, na cidade de Guimarães. D'esta familia foi um dos illustres progenitores Afonso Lourenço de Carvalho, cavalleiro que fez com que El-Rei D. João I conquistasse Guimarães, quan-

do estava em poder de Castella. Não menos illustre foi o Dr. Diogo Affonso de Carvalho, corregedor das provincias de entre Douro e Minho e Trazos-Montes, e desembargador do Paço, em tempo de El-Rei D. Affonso V.

A côr azul, que em nobiliarchia quer dizer nobreza ganha por lettras, nunca assentou tão bem como n'esta sabia familia.

Casa de Pousada.

Morgado instituido por Gonçalo Gonçalves Peixoto, conego na Sé de Braga e na Collegiada de Guimarães, abbade de Tolões e de Unhão, em 1222. Gosou sempre, desde sua remota antiguidade, as honras de casa de primeira nobreza de Guimarães.

Casa dos Moscôso.

Antiga casa da villa de Monção, de que é varonia o appellido de Moscôso, que muitos dos nossos mais afamados Genealogicos, e Nobiliarchistas, dão como de maior nobreza, em razão dos versos que trazem por legenda:

Non nos á sanguine Regum venimus, at nostro veniunt á sanguine Reges.

Casa de Lamôso.

Casa nobre perto de Braga, de que é senhor e representante Domingos Manuel de Mello Freire Barata.

Casa de Barreiros.

Antigo morgado perto da villa de Ponte do Lima. Os seus senhores tem *de jure* o fôro de fidalgos da casa real. Ha n'esta casa nobres casamentos, que mais lhe esmaltam a sua linhagem.

Entre elles mencionaremos o de D. Maria Lui-

za Sarmento de Sotto-Maior, filha de D. Diogo Sarmento de Sotto-Maior, senhor do Petão, e de muitas outras terras em Galliza.

Torre da Passagem.

Esta distincta torre está situada na freguezia de Victorino das Donas. O seu actual senhor é Joaquim d'Azevedo d'Araujo e Gama, 1.^o visconde da Torre das Donas, governador civil de Vianna do Castello.

Ha n'esta casa o fôro de fidalgos da casa real, e é de primeira nobreza das margens do rio Lima.

Honra de Farelães.

Sem duvida é esta a casa mais antiga da provincia do Minho. Senhor d'ella foi D. Paio Soares Correia, bisarro cavalleiro que se achou na conquista de Sevilha, e de que foi filho Pedro Paes Correia, pae, segundo diz o Conde D. Pedro no titulo 62.^o, de D. Paio Correia, tronco d'esta familia em Portugal. Foi D. Paio Correia Mestre da ordem de S. Thiago em 1242, que em serra Morena á similhança de Josué em Jerichó fez parar o sol. D'onde lhe vem o chamarem-lhe o Josué Portuguez, segundo entre outros afirma Villas-Boas na sua Nobiliarchia. Illustre e numerosissima é a estirpe d'esta casa, que anda celebrada nas obras do conde D. Pedro, de Duarte Nunes de Leão, e de Frei Antonio Brandão na quinta parte da Monarchia Luzitana, etc. etc.

Esta casa está hoje unida ás da Torre da Marca e de S. Gil de Perre, de que é senhora a exc.^{ma} marquezia de Monfalin e de Terena.

Casa do Ameal.

Illustre ramo dos nobres Abreus de Lima, al-

caides-móres de Lapella e senhores de Regalados, que n'este reino tanto se distinguiram desde remota idade.

Paço de Victorino das Donas.

Casa nobre na freguezia de Victorino das Donas junto de Ponte do Lima. Tem fôro de fidalgos da casa real. D'ella foram ultimamente senhores Manuel Coutinho d'Abreu, mestre de campo de Auxiliares e Familiar do santo Officio, Francisco d'Abreu Pereira Coutinho, capitão d'infanteria, e Gonçalo d'Abreu Coutinho, caudel-mór de Vianna.

Casa dos Casaes.

Casa antiga, e de notada nobreza, na villa de Ponte do Lima.

Torre de Quintella.

Está situada esta mui antiga torre na freguezia de S. Romão de Nogueira, no julgado da Barca. Da familia d'esta casa diz-nos o Padre Antonio Carvalho da Costa na sua Corographia Portugueza: — Não alcancei de que familia fosse solar: passou aos Pereiras, e a estes, dizem, que por casamento de D. Ignez Rodrigues Pereira, filha de Ruy Vasques Pereira, senhor de Paiva e Balthar, com Rodrigo Annes d'Araujo, senhor da casa de Araujo. Depois se uniram a esta familia os Lacerdas, que hoje são senhores d'esta torre. Xisto Gomes Pereira foi cavalleiro valoroso d'esta casa, que morreu no sitio de Monção.

Casa das Fontes das Gatas.

Casa illustre junto á villa da Ponte da Barca, de que foi senhora D. Maria Clara Coelho de Cas-

tro e Araujo, que casára com Fernando Lobo Leite de Villas-Boas, capitão de infantaria, que a uniu á de Leiras em Caminha. E' hoje seu representante João Coelho de Castro de Villas-Boas e Sá.

Casa de Tresmonde.

Casa nobre e de antiga familia perto da cidade de Guimarães, onde os seus senhores teem o palacete do Tournal. N'esta casa houve desde longa antiguidade o fôro de fidalgos da casa real; e entre outros d'ella foram senhores mais modernamente Jeronimo Vaz Vieira da Silva e Mello, alcaide-mór de Villa do Conde, e João Antonio Vaz Vieira de Mello e Alvim, mestre de campo dos Auxiliares de Guimarães.

Casa de N. Senhora da Conceição.

Casa nobre e muito antiga na rua de S. João em Braga, annexa á do Pinheiro em Sanhoane, de que é senhor D. Antonio de Queiroz Camenho e Lencastre, fidalgo de illustre linhagem.

Paço de Oliveira.

Antiga casa, unida á nobre casa do Tanque. E' da familia dos melhores Vasconcellos da provincia, e reconhecida como tal de boa nobreza.

Torre da Cunha.

D'esta casa, no concelho de Coura, foram senhores, entre outros mais remotos: Antonio Pereira da Cunha, cavalleiro da Ordem de Christo, governador de Caminha, mestre de campo dos Auxiliares, e fidalgo da casa real; e Sebastião Pereira da Cunha e Castro, capitão de cavallos, e fidalgo da casa real. D'este foi filho Antonio Pereira da

Cunha e Castro, fidalgo da casa real e capitão-mór de Coura, avô do seu actual representante o distincto prosador e inspirado poeta Antonio Pereira da Cunha.

São senhores egualmente do não só nobre, mas formoso palacete de Santa Martha na margem esquerda do rio Lima, perto de Vianna, onde tem por armas um escudo de Pereira cercado d'uma bordadura de cruces.

Casa de Semelhe.

Morgado antigo e de boa linhagem, hoje unido á casa dos Bandeiras de Traz da Sé (Porto), por casamento de D. Maria Felizarda Pereira do Lago Porto Carreiro, actual senhora e representante d'esta casa de Semelhe, com Henrique Freire d'Andrade Coutinho Bandeira, fidalgo da estirpe dos Freires d'Andrades, de Leomil.

Casa de Sende.

Casa nobre no Alto-Minho. No numero dos seus ultimos distinctos senhores, notaremos Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, cavalleiro da Ordem de Christo, brigadeiro dos Reaes Exercitos, governador do Maranhão, e seu filho Gonçalo Pereira Caldas, commendador da Ordem de Christo, tenente general dos Reaes Exercitos, e governador das armas do Minho.

Paço de Calheiros.

Esta casa está situada na freguezia de Santa Eufemia de Calheiros, perto de Ponte do Lima. E' antiquissimo este solar dos Calheiros. Foi seu senhor Pedro Martim de Chacim Calheiros, descendente do muito celebre D. Arnaldo de Baiam, que tanto celebram os nossos genealogicos da peninsu-

la, e de que fallam sempre, quando tem de provar a antiguidade de pomposas estirpes. Muitas questões se tem levantado, para saber-se onde está a representação d'este famoso cavalleiro: questão que não vem agora a proposito, e que por tanto não ventilamos, limitando-nos apenas a asseverar a descendencia dos Calheiros de D. Arnaldo.

Casa do Anquião.

D. Rodrigo de Mello de Lima, commendatario de Refojos do Lima, filho segundo de D. Leonel de Lima, primeiro visconde de Villa Nova da Cerveira, deu esta casa do Anquião em dote a sua filha D. Joanna de Mello, que casou com João Gomes d'Abreu, filho tambem segundo de Leonel d'Abreu, senhor de Regalados. D'esta casa procedem muitas familias nobres do Minho.

Paço de Nespereira.

Foi instituidor d'este morgado Pedro Cardoso do Amaral, contador mór do Reino, a quem foi passada Carta de brazão em 1538, por provar ser legitimo descendente da familia de Cardozo, que n'este reino teve sempre grandes privilegios de esclarecida nobreza. D'esta casa era fidalgo Pedro Cardozo do Amaral de Menezes, que na India foi o primeiro a levantar o grito da independencia em 1640. Representa hoje esta casa João Lobo Machado Cardozo do Amaral de Menezes, filho de D. Maria Amelia Cardozo Pinheiro de Menezes, filha do vinconde de Pindella.

Couto de Nogueira.

Eram senhores d'este Couto os viscondes de Villa Nova de Cerveira, marqueses de Ponte do Lima. N'este Couto está a torre de Nogueira, solar d'esta familia, cuja varonia representam.

E' cabeça do viscondado feito por D. Affonso V a D. Leonel de Lima, por Carta dada em Tóro a 4 de Março de 1476.

D. Leonel de Lima era distincto fidalgo da familia dos Limas, illustrada por uma numerosissima ascendencia.

No pequenissimo resumo genealogico, que tentamos fazer, não podêmos alargar-nos muito em cada casa ; mas nem mesmo é necessario, quando, como esta, a sua nobreza fica compendiada bem apenas no seu nome. Os fidalgos d'esta casa serviram os maiores cargos d'estes reinos, e receberam as suas maiores dignidades.

Couto de Gestaço.

El-Rei D. João I fez mercê d'este Couto a Gil Vasques da Cunha, seu alferes-mór, filho segundo de D. Vasco Martins da Cunha, senhor de Taboa, septimo neto de D. Goterres da Cunha, companheiro do conde D. Henrique, que o conde D. Pedro faz tronco dos Cunhas. Gil Vasques foi avô de Nuno da Cunha, camareiro-mór do infante D. Fernando, filho d'El-Rei D. Duarte, bisavô de Tristão da Cunha, camareiro-mór do duque de Vizeu D. Diogo, embaixador d'El-Rei D. Manuel a Roma. Nuno da Cunha, filho d'este Tristão da Cunha, foi o grande Vice-Rei da India. D. Affonso VI fez conde de S. Vicente, de jure e herdade, a João Nunes da Cunha, gentil homem da casa do principe D. Theodoro, do conselho de guerra e d'estado, por Carta de 2 d'Abril de 1666, ao mandal-o á India por vice-rei. D. Maria Caetana de Vilhena e Cunha, filha herdeira do 1.^o conde, casando com Miguel Carlos de Távora, almirante da Armada Real, do conselho d'El-Rei D. Pedro II, fez entrar n'esta casa a varonia de Távora, de que usam o brazão.

Casa do Alvação.

Esta casa está em Cabeceiras de Basto, e alli gozou sempre a consideração de casa antiga e de boa nobreza. Está incorporada á casa do Alvação a da torre d'Alvite.

Casa de Formachão.

Era d'esta casa, de não só antiga, mas de muito illustre e notavel familia, D. Frei Antonio do Desterro Malheiro, monge de S. Bento, bispo de Angola e depois do Rio de Janeiro.

Casa de Tilhó.

Casa nobre em Basto. Antonio de Moura Teixeira de Carvalho foi senhor d'esta casa, e capitão, mór de Basto: e seu neto Antonio de Moura Coutinho da Cunha e Vasconcellos foi brigadeiro das Ordenanças na invasão do general Soult.

Casa do Castanheiro.

Casa nobre na villa da Ponte da Barca. E' d'ella senhor D. Francisco Eugenio de Noronha Faro e Menezes de Lucena e Almeida, da illustre familia dos senhores d'Avellôso e de S. Gemil.

Casa do Paço-Vedro.

Esta illustre casa está situada na freguezia de Magalhães, perto da Barca: e é actualmente seu senhor e representante João Gomes d'Abreu de Lima de Magalhães e Menezes. A fundação do Prazo de Paço-Vedro é de 1546. Longa e nobilissima é a serie dos fidalgos d'esta familia, ramo puritano dos senhores de Regalados, que, além da representação d'esta casa, tem a da Portagem em Coimbra,

e a do Outeiro em Ponte do Lima, assim como teve durante seculos a da casa do Anquião. D'esta casa de Paço-Vedro celebraremos os dous cavalleiros de Malta, que digna e bisarramente serviram grandes postos. São elles: Frei Gonçalo d'Abreu, commendador da Corcoveira, e Frei Antonio d'Abreu, tenente general das armas da Religião Hospitaleira, e commendador de differentes commendas.

Casa da Silva.

Esta casa está situada em S. Julião do Calendario de Tamel, junto a Barcellos. Os senhores d'esta casa são tambem senhores da torre d'Alcoforado, na freguezia de Lordello no concelho d'Aguiar de Sousa. É' muito illustre esta familia. N'esta casa cazaram: D. Margarida Izabel de Lencastre, filha de Gonçalo d'Almeida e Sousa, senhor da villa do Banho e casa da cavallaria, junto a S. Pedro do Sul, alcaide-mór d'Alfaiates, moço fidalgo com exercicio, e de sua mulher D. Anna Joaquina de Lencastre, filha de D. Rodrigo de Lencastre, camarista do infante D. Manuel, irmão d'El-Rei D. João V, e D. Antonia Bernarda de Lobera, filha de D. Petronilha de Sotto-Maior, filha de D. Pedro Marinho de Lobera, senhor da Serra em Galliza. Egualmente casou n'esta casa D. Maria Engracia d'Almada e Mendonça, filha do 1.^o visconde de Villa Nova de Souto d'El-Rei, ministro plenipotenciario d'El-Rei D. José I junto á côrte de Roma, e commendador de Christo. Francisco de Sousa da Silva Alcoforado, que escreveu a *Vida de Soror Ignez de Jesus*, e a *Vida e morte tragica de Maria Stuart, rainha de França e Escocia*, nasceu n'esta casa a 25 d'Outubro de 1697.

Casa do Avellar.

Diogo Jacome, fidalgo distincto d'este appelli-

do, senhor da Honra da Villa de Vimieiro, Cav. da C. R., veio para Braga em 1396 em companhia do seu parente o arcebispo D. Martim Afonso Pires da Charneca, que lhe fez mercê da alcaidaria-mór d'Ervêdo, e lhe fez construir umas casas junto do seu palacio archiepiscopal, denominadas Honra da Ramada, primitivo solar d'esta nobre familia do Avellar. O arcebispo D. Diogo de Sousa, por escriptura de 10 d'Abril de 1509, que fez com Duarte Jacome d'Araujo, bisneto de Diogo Jacome, troca a Honra da Ramada pelo casal do Avellar. D'esta casa é actualmente senhor e representante Francisco Jacome de Sousa Pereira de Vasconcellos.

Casa de Bretiandos.

Ruy Lopes Cerveira, padroeiro da egreja do Mangoeiro, descendente dos alcaides-móres de Villa Nova de Cerveira, foi pae de Lopo Rodrigues Cerveira Pereira, que casou com D. Brites Gomes Pinheiro, filha de Martim Gomes Lobo, ouvidor das terras do 1.^o duque de Bragança, e de sua mulher D. Mayor Pinheiro, da casa solar de Pinheiros em Barcellos, de quem teve Fernão Pereira, 1.^o senhor de Bretiandos.

Esta casa veio a dividir-se em dous morgados em tempo d'El-Rei D. Sebastião, divisão que fez D. Ignez Pinto, viuva de Lopo Pereira. Esta divisão terminou com o casamento de Damião Pereira da Silva de Sousa de Menezes, avô da ex.^{ma} D. Joanna Pereira da Silva, a actual 2.^a condesa e 2.^a viscondessa com grandeza de Bretiandos, e dama do paço, com D. Maria Angelina Pereira da Silva Forjaz e Monte-Negro, senhora da casa dos Biscainhos e do 2.^o morgado de Bretiandos. Um notavel genealogico, diz-nos ser Ruy Lopes Cerveira de que acima fallamos, casado com uma D. Maria Pereira, filha bastarda do condestavel D.

Nuno Alvares Pereira, dando assim a rasão, porque os senhores de Bretiandos abandonaram o appellido de=Cerveira, e tomaram o de=Pereira, que nos primeiros tempos d'esta casa era de grande fama e muita nobreza. Foram entre outros varões distinctos n'esta familia, estes cinco Maltezes: Frei Antonio Pereira de Lima, Frei Diogo de Mello Pereira, Frei Lopo Pereira de Lima, prior titular do Crato, Frei Antonio Pereira de Lima, (estes ultimos dous Bálhos de Leça), e Fernão da Silva. Na Africa serviu com muita distincção Francisco Pereira, que foi depois capitão de cavallos na acclamação de D. João IV. Gonçalo Pereira da Silva Sousa de Menezes, commendador de Christo, vedor da casa real, foi 1.º visconde com grandeza e 1.º conde de Bretiandos.

Casa de Pindella.

Morgado instituido em 1523 por Luiz de Carvalho e Prado em seu sobrinho Simão Pinheiro, escudeiro fidalgo da casa d'El-Rei D. João III, bisneto de D. Branca Pinheiro, neta de Tristão Gomes Pinheiro, tronco d'esta familia, e fundador do seu solar em Barcellos.

Entre os fidalgos mais distinctos d'esta casa contaremos: Gaspar Pinheiro que serviu na India, vivendo em companhia de seu tio Martim Affonso de Sousa, então vice-rei, onde teve os maiores empregos e honrarias. Estevão Pinheiro, que com grande numero de soldados seus, com patentes e creados de farda, acompanhou á Africa a El-Rei D. Sebastião. Distinctos foram igualmente os sacerdotes: Miguel Pinheiro Figueira, conego na Sé Primaz e seu vigario capitular, D. Diogo Figueira, Deão da mesma Sé, Xisto Figueira, comendatario da Villa de Muía, que escreveu a *Arte de resar conforme o Rito Bracarense*. João Machado Pinheiro Correa de Mello, fidalgo cavalleiro com

fôro da casa real, é o 12.^o morgado de Pindella, e 1.^o visconde do mesmo titulo.

Casa d'Azenha.

Foi fundador d'esta casa o intrepido cavalleiro Pedro Alvares d'Almada, que, depois de se distinguir valorosamente nos Estados Portuguezes d'alem mar, foi servir Henrique III rei d'Inglaterra e de França, e senhor da Hybernia. Este monarcha, por Carta de 2 de Março de 1501 dada na côrte de Ricomonte, recompensa-lhe os seus serviços, não só acrescentando-lhe ao seu brasão d'Almada *uma parte determinada das nossas armas reaes, ametade d'uma flor de liz d'ouro e ametade d'uma rosa vermelha em campo dividido em duas côres, a primeira de verde e a segunda de prata*, senão elevando-o ainda á alta dignidade de cavalleiro da Jarreteira. D. Gracia Xavier Leite d'Almada, Gran-Cruz da ordem de Santa Izabel, senhora herdeira d'esta casa, cazou com Martinho Correia de Moraes Madureira, que foi 1.^o visconde de Azenha, commendador de Christo, e brigadeiro dos Reaes Exercitos. Bernardo d'Almada Correia Leite de Moraes e Castro, foi 2.^o visconde e 1.^o conde d'Azenha, conde commendador de Palatino, e commendador das ordens da Torre Espada, Conceição, e Christo.

Representa hoje esta casa Ignacio Correia d'Almada, 2.^o conde d'Azenha.

Casa de Mulhundes.

D'esta casa no concelho dos Arcos, é visconde Antonio Pereira Sotto-Maior, d'uma das familias mais illustres d'aquelle concelho.

Casa das Chozas (Sá).

Casa nobre, que tem annexas as egualmente

nobres e antigas de Sá e Prova, na Barca. D'ella foi senhor Francisco Antonio d'Araujo e Azevedo, do conselho d'El-Rei, brigadeiro dos Reaes Exercitos, commendador de Christo, fidalgo da casa real e capitão general dos Açores. Era este fidalgo irmão de Antonio d'Araujo e Azevedo, 1.º conde da Barca, ministro e secretario d'Estado, embaixador plenipotenciario á côrte de França, e de João Antonio d'Araujo e Azevedo, commendador de S. Pedro do Sul, e conselheiro da fazenda.

Torre de Soutello.

Casa antiga com torre nobre na freguezia de Soutello, perto de Braga, de que é senhor e representante João Feio de Magalhães Coutinho, fidalgo da casa real, tenente coronel de caçadores, 1.º barão e 1.º visconde da Torre, irmão de Antonio Feio de Magalhães Coutinho, commendador da Conceição, e 1.º barão de Soutello.

Casa d'Arrochella.

Familia antiga da cidade de Guimarães. Foi d'ella senhor ultimamente Nicolau d'Arrochella Vieira d'Almeida Sodré, 1.º conde d'Arrochella. Sua filha D. Leonor d'Arrochella é actual senhora, e representante d'esta casa.

Casa da Taipa.

Esta casa está situada em Cabeceiras de Basto, e é das mais antigas e nobres de todo o Basto. Esta casa acha-se hoje incorporada á de Vallada e Caparica.

Castello de Lindozo.

El-Rei D. João I deu ao mestre da Ordem de Christo Paio Rodrigues d'Araujo, o *cavalleiro*, a al-

caidoria-mór do castello de Lindozo. D. Maria Nathalia d'Araujo e Souza, herdeira d'esta alcaidaria, causou com Martim de Tavora e Souza, que foi alcaide pelo seu casamento. D'este casamento houve D. Leonor Maria de Tavora Menezes e Aragão, senhora herdeira, que, casando com Joaquim Leite d'Azevedo Vieira Carvalhaes e Valle, superintendente das caudelarias, mestre de campo dos Auxiliares, e familiar do santo officio, fez entrar a alcaidaria-mór de Lindozo na illustre casa do Cano em Guimarães. Gaspar Leite d'Azevedo e Araujo, neto d'este Joaquim Leite, foi o ultimo alcaide-mór de Lindozo. Esta casa herdou D. João Peixoto da Silva d'Almeida Portugal, hoje visconde de Lindozo.

Casa da Carreira.

Casa pertencente á antiga familia dos Tavoras, commendatarios de Villa Verde. Os seus ultimos senhores passaram a chamar-se Abreus de Lima, deixando o nobre appellido de Tavora, em razão da perseguição do marquez do Pombal que então movia aos fidalgos d'esta familia. João Gomes d'Abreu e Lima, filho de Diogo Gomes de Tavora, commendador de Santo Apolinario de Villa Verde na Ordem de Christo, mestre de campo dos Auxiliares, foi o 1.^o que assim se chamou, tomando os appellidos de sua avó D. Archangela d'Abreu de Lima, filha de Diogo Gomes d'Abreu, fidalgo da casa real. D'esta casa foi illustre fidalgo Antonio Luiz d'Abreu de Lima, 1.^o conde da Carreira, que entre muitas dignidades e titulos era conselheiro d'Estado effectivo, e preceptor e camareiro-mór dos Reis D. Pedro V e D. Luiz I.

Casa de Villa Pouca.

Morgado antigo na cidade de Guimarães, instituido por Diogo Machado, fidalgo da casa real.

«João de Souza Alcoforado, moço fidalgo da casa real, deixando sua mulher, filhos, morgado, e casa de Villa Pouca, obrigado mais do amor de Deus que do mundo, embarcou-se para a India, levando em sua companhia a seus filhos Manuel de Souza da Silva e Francisco de Souza Alcoforado, que, servindo-lhes de exemplo o valor do pae, o tivessem para perder a vida na defeza da honra de Deus, e na exaltação do seu nome: no que pae e filhos tanto trabalharam, até que elles entregaram a vida a seus inimigos, e as almas a sua piedade, para que lhes desse o premio da gloria, accrecentando, com a valentia de suas façanhas, excellencias na nobreza de seus descendentes». Assim commemora o Padre Carvalho, no Cap. dos varões insignes de Guimarães, na sua *Corographia*, estes fidalgos distinctos da casa de Villa Pouca. Uma das grandes honras d'esta illustre casa, é o d'ella ter sido a fidalga poetisa D. Catharina Michael de Souza Cezar e Lencastre, dama da Ordem de S. João de Jerusalem, casada com o 1.^o visconde de Balsemão, Luiz Pinto de Souza Coutinho.

Rodrigo de Souza da Silva Alcoforado, do conselho d'El-Rei, alcaide-mór, commendador de Christo, tenente general, governador das armas do Porto, foi 1.^o barão de Villa Pouca. Sua filha D. Maria Antonia, senhora herdeira, foi mulher do visconde do Pêzo da Regua, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, commendador das Ordens de Christo e Torre Espada, tenente general, e governador das armas de Traz-os-Montes. Rodrigo Teixeira de Souza da Silva Alcoforado, filho do visconde do Pêzo da Regua, foi o 2.^o barão e 1.^o conde de Villa Pouca, par do Reino, commendador da Conceição, e governador civil de Braga. D'este é filho Rodrigo Teixeira da Silva Alcoforado, moço fidalgo, commendador da Conceição, 2.^o conde de Villa Pouca, actual senhor e representante d'esta casa.

Casa d'Azevedo.

Este solar é dos mais antigos, não só da provincia do Minho, mas de todo o Portugal: fica na freguezia de S. Salvador de Lamas perto de Barcellos.

Teve esta casa os privilegios de Couto e Honra. O conde D. Pedro, quando no seu Nobiliario trata dos fidalgos companheiros de Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, diz-nos ser tronco da familia dos Azevedos D. Affonso Cominges, cavalleiro valoroso descendente do rico-homem D. Arnaldo Baiam. Pedro Mendes d'Azevedo foi o 1.^o que assim se chamou, tirando o appellido do seu solar. Lopo Dias d'Azevedo, senhor do Couto e casa d'Azevedo, foi armado cavalleiro em Aljubarrota por El-Rei D. João I, que lhe deu o senhorio do concelho de S. João de Rei, pelo valor e honra com que se houve no serviço da patria. D'esta casa foi tambem o Beato Ignacio d'Azevedo, cuja fama e virtudes celebram as chronicas da companhia de Jesus. O sabio e illustre fidalgo Francisco Lopes d'Azevedo Velho da Fonseca, 1.^o visconde e 29.^o senhor da casa e Couto d'Azevedo, ex-governador civil de Braga, deputado ás côrtes em 1851, associado provincial da Academia Real das Sciencias, e fidalgo da casa real, é hoje o senhor e representante d'esta nobilissima familia.

Casa de Cavalleiros.

Illustre e afamada entre as primeiras casas do Minho é esta de Cavalleiros, de que é hoje conde D. Rodrigo José de Menezes. Muito nobre é a estirpe d'esta antiga casa; e fidalgos distinctos por merecimentos proprios lhe avultam muito a sua nobreza. Martim Ferreira foi heroe do nosso exercito contra os de Castella: e tanto o foi n'um recontro junto a Guimarães, que, recebendo n'esta

victoria uma cutilada na face e no nariz, mereceu que as nossas chronicas o cognominassem de Martim Narizes. Fr. Gualter Machado, e Fr. Martim Ferreira d'Eça, cavalleiros professos na Ordem de S. João de Rodes, foram fidalgos distinctissimos; e grandes serviços fizeram á Religião, que serviram sempre com assignalada honra.

Casa do Hospital.

Este antigo morgado fica no concelho de Valadares, no Alto Minho; e é hoje o barão do Hospital o seu representante. N'esta casa ha o fôro de fidalgo da casa real. D'ella foi ultimamente senhor Estevão de Queiroz Machado e Vasconcellos, tenente coronel d'infanteria, governador de Melgaço, cavalleiro da Ordem d'Aviz, e fidalgo da casa real.

Casa da Capella de S. Francisco.

Francisco da Rocha Páris, varão de quem os nossos Nobiliarchistas erradamente não fazem menção, deu principio a esta familia, que tem nobreza conhecida e brazão proprio. Foi este varão esquecido Francisco da Rocha Páris, cavalleiro da Ordem de S. Thiago e ministro embaixador á côrte de Londres. Representa hoje esta familia, por varonia, seu septimo neto Antonio Alberto da Rocha Páris, que tem sido deputado da nação e é commendador da Conceição.

Casa de Redrufe.

Morgado de familia nobre em Cabeceiras de Basto, de que é senhor e representante José Falcão de Magalhães.

Casa de Sezim.

Este morgado, junto a Guimarães, foi institui-

do a 17 de Dezembro de 1451 por Affonso Vasques Peixoto, fidalgo da casa d'El-Rei. N'esta casa entrou depois a varonia de Freitas, que procede de Martim de Freitas, e onde parece estar a representação de tão leal cavalleiro, em virtude de no seu testamento dizer querer ser enterrado na sua capella de S. Braz na Collegiada de Guimarães, que pertence a este morgado: vontade esta que se não effectuou, não sabemos pelo que. Martim de Freitas está enterrado na capella de S. Geraldo na Sé de Braga. E' hoje senhor e representante d'esta casa de Sezim, por fallecimento de sua mãe D. Anna Margarida de Freitas do Amaral Castello Branco, Paulo de Mello e Sampaio de Freitas do Amaral, 1.^o barão de Pombeiro de Riba de Vizella.

Casa da Roda.

Este morgado fica no termo da Barca. D'esta casa foram mais modernamente senhores: Rodrigo Antonio da Costa Pereira de Gouvêa, mestre de campo dos Auxiliares, governador de Melgaço, e fidalgo da casa real; e Gaspar José da Costa Pereira de Gouvêa, alcaide-mór d'Ervêdo, cavalleiro de Christo, e fidalgo da casa real. Hoje é representada pela exc.^{ma} D. Guiomar da Costa Pereira de Vilhena Coutinho.

Casa do Amendo.

Morgado antigo na freguezia de Magalhães, perto da Barca. N'esta casa ha o fôro de fidalgo cavalleiro de jure; e é hoje representado por Manuel de Brito Furtado de Mendonça Cação e Lima.

Casa da Gandarella.

E' senhor e representante d'esta casa Manuel de Magalhães d'Araujo Pimentel, filho de Francisco

de Magalhães d'Araujo Pimentel, fidalgo da casa real, coronel de milicias da Barca, e condecorado com differentes medalhas honorificas. Francisco de Magalhães serviu tambem no exercito nas guerras contra a invasão franceza, onde deixou assignalados os seus serviços. A casa da Gandarella está situada na freguezia de S. Clemente de Basto: e a sua nobreza data de 1640, epocha em que os senhores d'esta casa se distinguem notavelmente pelejando pela independencia da patria. El-Rei D. João IV premiou os patrioticos serviços de tão honrados portuguezes concedendo-lhes carta de braço, e fazendo instituir o vinculo da casa da Gandarella. Esta familia acha-se hoje enlaçada com as principaes casas da provincia. Manuel Alves de Magalhães e Araujo, mestre de campo dos Auxiliares de Basto, e fidalgo da casa real, (bisavô do actual representante d'esta familia), cazou com D. Antonia Vicira da Maia Pimentel, da casa de S. Pedro e S. Paulo; e seu filho Manuel Alves de Magalhães, tambem mestre de campo e fidalgo da casa real, cazou com D. Anna Josepha da Fonseca Barboza, da illustre casa solar de Paço de Marrancos. Francisco de Magalhães, filho d'este Manuel de Magalhães, e de quem já fallamos, foi casado com D. Francisca Julia de Noronha de Menezes e Portugal d'Athaide e Almeida, filha de D. Manuel de Noronha, cavalleiro de Christo e moço fidalgo, senhor da casa da Prelada.

Casa da Tojeira.

Casa antiga de familia nobre na freguezia de Santa Senhorinha em Cabeceiras de Basto, representada hoje por Lourenço Pereira de Castro.

Senhores dos Arcos de Val-de-Vez.

D. Filippe III, por Carta de 8 de Fevereiro

de 1620, fez conde dos Arcos a D. Luiz de Lima e Brito de Noronha. A varonia d'esta casa é dos Noronhas, que procedem de D. Henrique II rei de Castella, por seu filho bastardo conde de Gijon e de Noronha nas Asturias. D'esta familia foi D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, bem como Thomaz de Noronha, embaixador a França. D. Marcos de Noronha, captivo em Alcacerquivir, e o camarista do principe D. Theodoro, D. Thomaz de Noronha, conselheiro d'Estado, presidente do conselho Ultramarino, e 3.^o conde dos Arcos, foram ainda illustres fidalgos d'esta casa.

Senhores de Valladares.

Foi 1.^o conde da villa de Valladares, na provincia do Minho, D. Miguel Luiz de Menezes : mercê que lhe fez El-Rei D. Pedro II por Carta de 20 de Junho de 1702. A varonia d'esta casa é de Menezes, e a mesma que a da casa de Cascaes (marquezes), por ser ramo 2.^o dos antigos marquezes de Villa Real. Foi o 1.^o conde de Valladares commendador de S. Julião de Montenegro e da Granja, junto á Loires, no termo de Lisboa.

Casa dos Vasconcellos das Carvalheiras.

Affonso da Costa, cavalleiro de S. Thiago, veio para Braga, onde foi alcaide-mór em 1488, acompanhando seu tio o arcebispo D. Jorge da Costa, irmão do cardeal d'Alpedrinha. Affonso da Costa cazou com D. Brites Annes Vellozo, filha de D. João Gomes Pereira, e neta do arcebispo D. Lourenço Pereira; e foi o fundador da casa dos Vasconcellos das Carvalheiras, senhores do Paço d'Ançariz na Veiga de Penso. Affonso da Costa era tambem senhor da Vinha de Santa Eufemia, hoje campo de D. Luiz I em Braga, a qual trocou com o arcebispo D. Diogo de Souza em 3 de Dezembro de

1508, pelo Paço d'Ançariz e casaes da Veiga de Penso. D. Maria da Costa, sua filha, casou com Duarte Mendes de Vasconcellos, filho de Alvaro Mendes de Vasconcellos, que descendia de Martim Moniz.

E' actual representante d'esta casa, a exc.^{ma} D. Angelica Augusta da Costa de Vasconcellos de Brito Roby, casada com Jeronimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcellos.

Casa de Regalados.

D'esta casa, foram os antigos Abreus de Lima, que foram senhores e condes de Regalados, antes que este senhorio passasse aos Camaras. Ultimamente ligaram-se ao ramo d'esta familia que possue hoje esta casa, os Silvas e Coutos.

Torre de Real.

Estevão Falcão Cotta, fidalgo da casa real, bisneto de João Falcão, fidalgo inglez que veio a Portugal com o duque de Lencastre, pae da rainha D. Filippa, tronco dos fidalgos d'este appellido em Portugal, veio estabelecer-se em Braga em 1460. Manuel Falcão, filho d'este Estevão Falcão, foi instituidor do morgado de N. S. da Graça no convento dos Remedios, primitivo morgado d'esta familia em Braga. Seu neto Manuel Falcão Cotta, fidalgo cavalleiro, foi o primeiro senhor do morgado da Torre de Real. Estes dois morgados, e o da casa da Madre de Deus, formam a casa vulgarmente conhecida pelo nome de casa dos Falcões de Braga, de que é actual senhor e representante Francisco Falcão Cotta d'Azevedo e Menezes.

Casa de Pias.

Casa antiga e muito nobre perto de Monção.

Casa dos Pereiras da Bandeira.

Familia antiga na cidade de Vianna do Castello, e muito nobremente aparentada com muitas das principaes casas de Portugal. E' senhor e representante d'esta casa Antonio Pereira de Castro da Silva Bezerra Fagundes.

Casa de Torrados.

Vinculo antigo pertencente á familia da casa do Costeado em Guimarães, de que foi barão Antonio de Napoles Vieira de Mello, fidalgo da casa real, ex-governador civil de Braga, por casar com D. Anna de Faria, senhora herdeira das casas de Torrados e do Costeado. Os senhores de Torrados eram padroeiros do convento de Santa Clara de Guimarães.

Casa d'Infiás.

A casa de Val de Flores em Braga, pertence a uma das mais antigas familias d'esta cidade.

N'esta casa ha de jure o foro de fidalgo da casa real, e d'ella foi distincto fidalgo Diogo Borges Pacheco, que escreveu o *Triumpho do Amôr Divino*, e extracto das festas que na cidade de Braga consagrou ao SS. Sacramento o ill.^{mo} e exc.^{mo} snr. D. Rodrigo, arcebispo de Braga, assim como escreveu igualmente o *Espelho d'um Peccador*.

Representa hoje esta casa João Borges Pacheco Pereira.

Casa do Vinhal.

Morgado antigo junto a Villa Nova de Famalicão. D'esta casa foi senhor Manuel do Couto de Azevedo, Cav. professo na Ordem de S. Thiago, e fidalgo da casa real. Serviu na guerra da accla-

mação d'El-Rei D. João IV, com armas, creados, e cavallos á sua custa. Outro fidalgo distincto d'esta casa foi Francisco do Couto d'Azevedo, Cav. professo na Ordem de S. Thiago, que serviu com honroza distincção 12 annos nos Estados da India, achando-se nas conquistas de Ceilão, Candia, e Ormuz. Este bravo capitão cazou com D. Angela Alvares da Costa, filha de Antonio Alvares da Costa, armado cavalleiro n'um acto militar na India por D. Manuel Pereira, a 27 de Dezembro de 1609.

E' senhor representante d'esta casa José de Azevedo e Menezes Cardozo Barreto, moço fidalgo com exercicio no Paço.

Paço d'Ayró.

Os senhores d'esta casa são igualmente senhores do solar de Villas-Boas em Ayró, termo de Barcellos. N'esta casa de Villas-Boas está a representação d'esta muito illustre familia, que em antiguidade, nobreza, e lustre de seus maiores, rivalisa com a primeira nobreza de Portugal. Foi seu fundador Diogo Fernandes de Villas-Boas, descendente dos velhos fidalgos senhores do castello de Villas-Boas, de que já ha memoria em 1328, em tempos d'El-Rei D. Pedro I. Entre os fidalgos distinctos d'esta casa, avulta o afamado, e em verdade notavel nobliarchista, o Dr. Antonio de Villas-Boas e Sampaio, provedor de Coimbra, e desembargador do Porto.

Casa de Santa Luzia.

Morgado antigo e nobre no Alto Minho.

Casa do Arrabalde.

Casa antiga e nobre em Cabeceiras de Basto.

Casa da Caldeirôa.

Esta casa está situada na rua da Caldeirôa, de que toma o nome, em Guimarães. João Carlos Pereira Lobato d'Azevedo, filho de João Pereira d'Arrochella Machado e Couros, e de D. Augusta Eduarda de Sousa Lobato, filha de Joaquim José de Sousa Lobato, guarda roupa e porteiro da camara d'El-Rei D. João VI, e 1.º visconde de Magé, é o actual senhor d'esta casa e representante d'esta familia.

Casa de Paços.

Casa nobre e de familia antiga perto de Braga, de que foi senhora herdeira D. Maria Candida de Araujo e Antas da Mesquita, que, cazando com Antonio de Araujo e Vasconcellos Pereira Leite de Sousa e Alvim, se uniu á casa de Lamas em Cabeceiras de Basto.

Casa de Lanhêzes.

Casa nobre perto de Vianna do Castello, que passou para a familia dos condes d'Almada, em virtude do casamento de D. Maria Francisca d'Abreu Pereira Cirne, senhora herdeira, com D. Antão de Almada, conde d'Almada, mestre-sala e ajudante de campo d'El-Rei.

Casa da Tapada.

Esta casa fica no concelho d'Amares, e pertence aos senhores de S. João de Rei, illustre ramo dos nobres Azevedos. E' actualmente senhor d'esta casa, e seu representante, D. Rodrigo d'Azevedo de Sá Coutinho, 16.º senhor de S. João de Rei. N'esta casa casou o nosso afamado poeta Francisco de Sá de Miranda, com D. Briolanja d'Azevedo, senhora

herdeira d'esta casa. D. João d'Azevedo de Sá Coutinho, irmão do actual representante d'esta nobilissima familia, foi fidalgo illustre, e grande ornamento da casa da Tapada. D. João d'Azevedo nasceu em Vianna do Castello a 15 d'Outubro de 1811; formou-se na faculdade de canones na universidade de Coimbra em 1831; foi deputado ás cortes em 1842; e morreu em Lisboa d'idade de 43 annos a 18 de Dezembro de 1854. Escreveu differentes obras que Innocencio Francisco da Silva enumera no seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*.

Torre d'Aguião.

Casa antiga no concelho dos Arcos, pertencente a uma das familias mais nobres da provincia do Minho. Foram mais modernamente senhores da Torre d'Aguião: Jacomé de Brito da Rocha, Cav. de Christo, capitão-mór dos Arcos, e fidalgo da casa real; João da Rocha e Brito, Cav. de Christo, capitão-mór dos Arcos, e fidalgo da casa real; Simão Antonio da Rocha e Brito, Cav. de Christo, alcaide-mór do Castello da Nóbrega, caudel-mór de Vianna, e fidalgo da casa real. Simão da Rocha e Brito é actualmente o senhor e representante d'esta illustre casa.

Casa de Santão.

E' senhor e representante d'esta casa Gaspar Lobo de Sousa Machado e Couros. D'esta casa foram senhores: Simão Lobo de Sousa Machado Pereira, Cav. de Christo, familiar do Sancto Officio, e seu neto Simão Lobo de Sousa Machado e Couros, tenente coronel de milicias, fidalgo da casa real, que casou com D. Rita Bernardina de Moraes e Castro, açafta honoraria, filha de Bernardo de Moraes Madureira, fidalgo d'antigo solar, e de sua mulher D. Maria José Correia de Moraes e Castro,

dona da camara de D. Carlota Joaquina, princeza do Brazil.

Casa da Brejoeira.

Casa nobre em Monção, e muito notavel pelo modo, já tradicional, com que os senhores d'este palacio costumam receber opulentamente os seus hospedes, e viajantes que visitam o Alto Minho.

Casa da Bôca.

Esta nobre casa está situada no lugar da Bôca na freguezia de S. Pedro de Esqueiros, comarca de Villa Verde. E' vinculo instituido pelo Revd.^o Dr. Thesoureiro-mór da Sé de Braga, Francisco de Carvalho Pereira. Gaspar Pereira d'Abreu é actualmente o seu senhor e representante.

Casa de Santa Magdalena.

Esta casa fica em Pedregaes no concelho de Villa Verde: e d'ella é hoje senhor e representante João Feio Soares d'Azevedo. A familia d'esta casa é um 2.^o ramo da casa de S. Bento de Prado. O actual senhor da casa de Santa Magdalena, ou simplesmente Magdalena, é filho de João Feio Soares d'Azevedo, bacharel formado em Direito, Cav. de Christo, deputado ás côrtes em 1852, 1853, e 1855, neto de Francisco Xavier Soares d'Azevedo, Cav. da Conceição, conselheiro de Prefeitura, e deputado ás côrtes em 1820 a 1836, e de sua mulher D. Maria Joaquina Feio d'Azevedo Barboza d'Andrade e Athaide, senhora herdeira das casas de Magdalena e Burgeiros.

Paço de Villa-Fria.

Esta casa é a principal da familia d'Alpoim,

cuja nobreza é conhecida n'este reino desde a conquista de Santarem por El-Rei D. Affonso Henriques, onde muito se distinguio o fundador d'esta notavel geração. São os Alpoins d'esta casa senhores da de = Merece, solar dos Regos em S. Pedro de Calvello no concelho de Penella, de que trataremos no 2.^o Quadro e Folheto que concluirá esta obra.

Casa de N. Senhora d'Aurora.

Casa antiga junto a Ponte do Lima, de que é actualmente senhor João de Sá Coutinho, fidalgo cavalleiro da casa real, e commendador da Conceição, filho do illustre general José de Sá Coutinho. No numero dos ultimos senhores d'esta casa contam-se João de Sá Sotto-Maior, desembargador da Relação do Porto, Cav. da Ordem de Christo, e fidalgo da casa real; Felix Barreto de Sá Sotto-Maior, Cav. da Ordem de Christo, e fidalgo da casa real; João Pedro de Sá Coutinho, fidalgo da casa real, que casou com D. Maria Antonia da Costa de Sousa de Macedo, filha de D. José Francisco da Costa, pelo seu casamento 2.^o visconde de Mesquitella, 4.^o varão da Ilha Grande, armeiro-mór do reino e da casa real, commendador d'Aviz, governador e capitão general do Algarve.

Casa das Eiras.

Casa nobre em Basto, de que é senhora e representante a exc.^{ma} D. Francisca Xavier Machado d'Azevedo Barboza.

EXPLICAÇÃO D AS ARMAS DE CADA APPELLIDO, POR
ORDEM ALP HABETICA, QUE ENTRAM NA COMPOSI-
ÇÃO DOS B RAZÕES DAS CASAS DE QUE TRACTA
O PRIMEIRO QUADRO.



Abreu. — Em campo vermelho cinco côtos d'aguia, d'oiro, em haspa. Timbre: um dos côtos estendidos.

Almada. — Em campo d'oiro uma banda azul, com duas cruces d'oiro floridas entre duas aguias vermelhas estendidas. Os Almadadas da casa d'Azenha trazem sobre este escudo outro partido em pala: a primeira de verde, e n'ella meio lyrio d'oiro; e a segunda de prata, e n'esta meia flôr vermelha.

Alcoforado. — Campo enxequetado de prata e azul, de sete peças em faixa. Timbre: uma aguia azul, voante, armada e enxequetada, da parte direita, de prata.

Almeida. — Em campo vermelho tres besante d'oiro, entre uma dupla cruz, e bordadura do mesmo oiro. Timbre: uma aguia vermelha besentada d'oiro.

Alpoim. — Em campo de prata cinco flores de liz d'ouro, em aspa. Cerca o escudo a legenda: Notre dame de Puy. Timbre: uma Aden de sua côr, com os pés vermelhos e bico d'ouro.

Alvim. — Escudo esquartellado, em dois, em xadrez vermelho e amarello: nos contrarios cinco flores de liz d'ouro, em campo azul.

Amaral. — Em campo d'ouro seis crescentes d'azul, em duas palas. Timbre: um leão d'ouro com uma faxa nas mãos e cauda azul.

Andrades. — Em campo verde uma banda vermelha com filetes d'ouro, entre duas cabeças de serpe de prata. Cerca o escudo a legenda: Ave Maria.

Antas. — Em campo vermelho seis lisonjas de prata em cruz, as quatro em palla. Timbre: uma Anta de sua côr.

Araujo. — Em campo de prata uma aspa azul, com cinco besantes d'ouro n'ella. Timbre: um meio mouro com braços, vestido d'azul, com turbante d'ouro.

Azevedo. — Escudo esquartellado: o primeiro e o quarto d'ouro, e n'elle uma aguia de preto estendida: o segundo e terceiro d'azul, com cinco estrelas de prata em aspa, e uma bordadura de vermelho, cheias d'aspas d'ouro. Alguns trazem só a aguia de preto em campo d'ouro. Timbre: uma estrella de prata no peito.

Bacellar. — Em campo d'ouro um bacello verde de duas vergontes retorcidas, postas em palla, com quatro caxos de purpura. Timbre: meio leopardo d'ouro com uma folha de parreira na cabeça.

Barbozas. — Em campo de prata uma banda azul, com tres crescentes d'ouro, entre dois leões de purpura, batalhantes, armados de prata. Timbre: meio leão de purpura, armado de prata, com um crescente das armas na espadua.

Barretos. — Em campo de prata desoito arminhos. Timbre: meia donzella vestida d'arminhos, em cabello, e sem braços.

Barros. — Em campo vermelho tres bandas de prata, e sobre o campo nove estrellas d'ouro, uma na cabeça do campo, seis no meio, e duas no fim. Timbre: uma aspa de vermelho, com cinco estrellas de prata.

Benevides. — Em campo d'ouro uma faixa de vermelho, e em cima d'ella um leão d'ouro, coroadado, com uma banda que lhe rodeia o corpo. Orla de prata com cinco caldeirões negros.

Borges. — Em campo vermelho um leão de ouro armado de preto, com uma bordadura d'azul, semeada de flores de liz. Timbre: meio leopardo d'ouro com uma flôr de liz vermelha sobre a testa.

Bezerras. — Em campo verde duas bezerras d'ouro. Timbre: uma bezerra sem cornos.

Britos. — Em campo vermelho nove lisonjas, em tres pallas, e em cada uma um leão de purpura. Timbre: um leão das armas com uma lisonja de prata.

Cabral. — Em campo d'ouro duas cabras de vermelho, passantes.

Calheiros. — Em campo azul cinco vieiras de prata, e em chefe tres estrellas, em faixa, de

cinco pontas cada uma—as vieiras estendidas de preto. Timbre : dois bordões de prata, em aspa, com uma vieira das armas, atados com um torçal, e ferrados d'azul.

Caldas. — Em campo de prata cinco ciprestes de verde, em aspa. Timbre : um cipreste.

Camaras. — Em campo verde uma torre de prata, com ameias e corucheo, que remata uma cruz d'ouro ; e dois lobos de sua propria côr, em pé, rompendo contra a torre. Timbre : um dos lobos.

Camões. — Em campo verde um pescoço de serpe d'ouro, sahindo d'entre duas rochas de prata, toucadas de vermelho. Timbre : o mesmo pescoço.

Cardozo. — Em campo vermelho dois cardos de verde floridos, com flôr e raizes de prata, entre dois leões d'ouro, batalhantes, armados de vermelho. Timbre : uma cabeça de leão d'ouro, sahindo-lhe pela bocca um cardo verde, florido, de prata.

Carvalho. — Em campo azul uma estrella d'ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata. Timbre : um Cysne de prata, com uma estrella de ouro no peito, armado d'ouro.

Castello-Branco. — Em campo azul um leão d'ouro, rompente, armado de vermelho. Timbre : o mesmo leão.

Castro. — Os que procedem de D. Alvaro Pires de Castro, sénior, trazem em campo d'ouro treze arroellas d'azul, em tres pallas. Os que procedem de D. Alvaro Pires de Castro, filho, trazem em campo vermelho seis arroellas brancas, em duas pallas. Timbre : um Caranguejo de prata realçado d'azul, com os dentes grandes pegados n'uma truta.

Coelho. — Em campo d'ouro um leão de purpura, faxado de tres faxas, empequetado d'ouro e azul, armado de vermelho; e uma bordadura azul com sete coelhos de prata malhados de preto. Timbre: o Leão com um coelho nas unhas. Trazem a legenda: *Nos à sanguine Regum venimus, et nostro veniunt à sanguine Reges.*

Cogominho. — Cinco chaves mouriscas de prata, assentadas em aspa, em campo vermelho. Timbre: duas chaves em aspa, atadas com um torçal vermelho.

Correia. — Em campo d'ouro correias de vermelho, repassadas umas por outras. Timbre: dois braços armados em aspa, atados com uma fivella vermelha. Os senhores de Farelaens trazem este escudo no peito d'uma aguia de negro, estendida, em campo vermelho. Timbre: a Aguia.

Costa. — Em campo vermelho seis costas de prata, postas em tres faxas. Timbre: duas costas em aspa, atadas com uma fita vermelha. Os Costas d'Alpedrinha trazem n'este escudo a roda de Santa Catharina.

Cotta. — Em campo de prata uma cotta de armas manchada de sangue, com a legenda: *Sine sanguine non est victoria.*

Coutinho. — Em campo d'ouro cinco estrellas de vermelho, com cinco pontas cada uma, postas em aspa. Timbre: um Leopardo de vermelho, com uma estrella d'ouro na espadua, armado de vermelho.

Couto. — Em campo vermelho um castello d'ouro, fundado sobre ondas, a primeira de prata, a segunda d'azul, e assim as mais. Timbre: um castello.

Cunha. — Em campo d'ouro nove cunhas de azul, postas em tres pallas. Timbre: um meio Grifo d'ouro, acunhado d'azul.

Cyrne. — Em campo de prata um cysne de sua côr sobre a agua: e em chefe azul sete estrelas d'ouro, de oito pontas, em faxa. Timbre: um Cysne.

Coimbras. — Em campo de prata um ramo verde com uma estrella d'ouro em chefe, da parte direita, cercado com uma corda d'ouro. Escudo inquirente.

Cordas. — Em campo vermelho uma corda d'ouro, enroscada em fórmula de roda.

Eça. — Em campo de prata as quinas de Portugal, cercado o escudo um cordão de S. Francisco. Timbre: uma Aguia de azul, aberta, estendidas as azas, armadas d'ouro, com cinco besantes de prata nos peitos.

Fagundes. — Em campo d'ouro cinco chaves d'azul em aspa. Timbre: duas chaves atadas com um torçal de prata.

Falcão. — Em campo azul tres bordões de S. Thiago, de prata, postos em palla, com os nós vermelhos e os ferros d'ouro. Timbre: um Falcão de sua côr, com um bordão no bico, e pé direito.

Faria. — Em campo vermelho um castello de prata, com portas e frestas de preto, entre cinco flores de liz de prata, tres em chefe, e duas em facha. Timbre: a mesma torre do escudo.

Faro. — Em campo de prata uma aspa de

vermelho com os cinco escudos das quinas, sendo a do centro entre quatro cruzes d'ouro. Timbre: meio cavallo d'ouro.

Feio. — Em campo azul tres bandas de vermelho, perfiladas d'ouro. Timbre: um Leão de prata, bandado e armado de vermelho, rompente.

Ferreira. — Em campo vermelho quatro faxas d'ouro. Timbre: uma Ema de sua côr, com uma ferradura d'ouro no bico.

Ferraz. — Em campo vermelho seis arroellas d'ouro, e em cada uma tres riscos pretos pelo meio.

Figueira. — Em campo d'ouro cinco folhas de figueira verde, com uma corrente de prata fechada por duas estrellas d'ouro por bordadura.

Freitas. — Em campo vermelho cinco estrellas d'ouro, de seis pontas cada uma. Timbre: dois braços de leão d'ouro em aspa.

Gama. — Dez escaques d'ouro e vermelho, tres peças em faxa e cinco em palla: as peças vermelhas acoticadas com duas faxas de prata. Timbre: uma Gama d'ouro, faxada com tres faxas vermelhas.

Gomes. — Um pelicano ferindo com o bico o peito, e dando a seus filhos o sangue que d'elle corre.

Gusmão. — Escudo partido em aspa, com duas caldeiras jaquetadas d'ouro e sangue em campo azul; e nos outros dois angulos, cinco arminhos negros em campo de prata.

Jacome. — Escudo partido em palla: o pri-

meiro d'azul com um castello de prata coberto, com portas e frestas de preto ; o segundo d'ouro com uma meia aguia de preto, estendida, picada d'ouro e armada de vermelho. Timbre: um meio castello das armas.

Lacerda. — Escudo esquartellado : no primeiro e ultimo as armas de Castella e Leão ; no segundo e terceiro as armas reaes de Franca, as antigas.

Lagos. — Em campo vermelho uma torre de prata sobre um lago, com tres peixes nascentes, e sobre ella uma donzella vestida d'azul, acompanhada de tres flores de liz d'ouro. Timbre : a donzella com uma flôr de liz na mão direita.

Leite — Em campo d'ouro tres flores de liz d'ouro, em roquete. Timbre : a cruz dos Pereiras entre duas flores de liz, de verde.

Lencastre. — Trazem as armas reaes de Portugal com a quebra de bastardia. Timbre : um Pelicano ferindo o peito.

Lima. — Escudo partido em tres pallas : a primeira d'Aragão, e as duas esquartelladas de Silva e Sotto-Maior. Alguns trazem apenas as quatro barras d'ouro em campo vermelho.

Lobo. — Em campo de prata cinco lobos de preto, em aspa, armados de vermelho. Timbre : um Lobo do escudo.

Lopes. — Em campo azul uma palmeira d'ouro, com um corvo pousado n'ella, com azas estendidas. Timbre : o mesmo Corvo, voante, com um ramo de palma no bico.

Lucena. — Em campo azul um sol d'oiro, com uma bordadura cheia de cruces verdes d'aviz. Timbre: uma aspa d'oiro com cinco cruzetas das armas.

Machado — Em campo vermelho cinco machados em aspa, com cabos d'oiro e folha de prata. Timbre: dois machados em aspa, atados com torçal verde.

Maciel. — Escudo em palla: na primeira, em campo de prata duas flôres de liz, d'azul; na segunda, em campo de prata igualmente uma meia aguia de vermelho. Timbre: uma flôr de liz d'azul, acompanhada de uns ramos de macieira verde com maçãs de prata.

Magalhães. — Escudo enxequetado de prata e vermelho, em tres bandas, sobre campo de prata. Timbre: um Abutre de prata armado de vermelho.

Malheiros, de Pormachão. — Em campo vermelho uma ponte de prata, com tres arcos e dois castellos, sobre um rio de sua côr; e no meio da ponte uma palmeira de verde.

Marinho. — Em campo verde cinco flôres de liz de prata, em aspa. Timbre: uma Serêa de sua côr com cabellos d'oiro.

Mello. — Em campo vermelho seis besantes de prata, entre uma dupla cruz e bordadura d'oiro. Timbre: uma Aguia de preto abesantada de prata.

Menezes. — Os de Tarouca trazem escudo repartido em seis: no primeiro um estoque em campo d'oiro; no segundo quatro barras vermelhas, em campo d'oiro; e no terceiro dois lobos em campo d'oiro: na ordem debaixo, as barras, os lobos,

e as barras, e no meio d'este o escudo dos Menezes, que é em campo d'ouro um anel com um rubim. Os Menezes que não são das casas de Cantanhede e de Ericeira, que teem escudos especiaes, usam do anel de rubim em campo d'ouro, tendo por timbre uma meia donzella vestida d'ouro, com um escudo na mão.

Moscôso. — Em campo de prata tres cabeças de lobo de vermelho, em palla, com a legenda: *Non nos à sanguine Regum venimus, et nostro veniunt à sanguine Reges.* Timbre: uma cabeça de lobo, do escudo.

Moura. — Em campo vermelho sete castellos d'ouro em tres pallas, ficando tres pelo meio, com as portas dos castellos lavradas de preto. Timbre: um castello das armas.

Nogueira. — Em campo d'ouro uma banda empequetada de prata e verde, com cinco peças em faxa, e sobre ella uma correia vermelha. Timbre: um pescoço de Serpe d'ouro empequetado de verde, com um ramo de nogueira na bocca, com ouriços da sua mesma côr.

Noronha. — Escudo esquartellado: no primeiro quartel, as armas de Portugal; no segundo as de Castella; mantelado de prata, e dois leões de purpura batalhantes, com uma bordadura composta d'ouro e veiros; e assim os contrarios. Timbre: meio leão de purpura.

Peixoto. — Escudo enxequetado d'ouro e azul, de cinco peças em faxa. Timbre: um Corvo marinho de sua côr, com um peixe na bocca.

Páris. — Em campo de prata um escudo em palla, sobre um dragão de verde: a primeira palla

do escudo em campo azul, tendo em chefe duas estrellas de prata, e ao fundo um crescente também de prata; a segunda de prata, com uma aspa de vermelho.

Pereira. — Em campo vermelho uma cruz de prata, aberta e florida. Timbre: a mesma cruz do escudo, entre duas azas d'ouro.

Pinheiro. — Em campo vermelho um pinheiro de sua côr, com raizes de prata e pinhas d'ouro, com um leão d'ouro rompente, combatendo o pinheiro. Timbre: o Leão das armas. Os de Pindella trazem por timbre, em differença, uma cruz de cruzado de que procedem.

Pinto. — Em campo de prata cinco crescentes de vermelho, em aspa. Timbre: um leopardo de prata armado de vermelho, com um crescente das armas na espadua.

Porto Carreiro. — Quinze escaques d'ouro e azul.

Queiroz. — Escudo esquartellado: no primeiro quartel, em campo d'ouro seis crescentes de vermelho; no segundo, leão de purpura sobre campo de prata; e assim os contrarios. Timbre: o Leão das armas, com um crescente d'ouro na espadua.

Reimão. — Escudo esquartellado: no primeiro quartel, em campo azul uma flôr de liz, de prata; no segundo, em campo de prata uma arvore de preto sem raizes; e assim os contrarios. Timbre: um Reimão de sua côr, com um ramo da arvore na bocca.

Ribeiro. — Escudo esquartellado: no primeiro quartel, o escudo d'Aragão, que são quatro bar-

ras de vermelho em campo d'ouro ; no segundo, o escudo de Vasconcellos ; e assim os contrarios. Timbre : um lyrio florido d'ouro.

Rocha. — Em campo de prata uma aspa de vermelho, e sobre ella cinco vieiras d'ouro guarnecidas d'azul. Timbre : a aspa das armas, com uma vieira no meio.

Sampaio. — Escudo esquartellado : no primeiro, em campo d'ouro uma aguia de purpura, estendida e armada de preto : o segundo enxequetado d'ouro e azul, com uma bordadura vermelha, cheia de S. S. ; e assim os contrarios. Timbre : a Aguia do escudo.

Sá. — Escudo enxequetado de prata e azul, de seis peças em faxa. Timbre : meio Bufo de sua côr, enxequetado de prata, com uma argolla de prata nas ventas.

Soares. — Em campo vermelho duas albaradas de prata, de duas azas cada uma, cheias de açucenas de sua côr, abertas, entre uma banda real d'ouro.

Sodré. — Em campo azul uma asna de prata, entre tres gomís do mesmo metal, descobertos, com duas azas cada um ; e sobre a asna tres estrellas vermelhas. Timbre : a mesma asna.

Silva. — Em campo de prata um leão de purpura, armado d'azul. Timbre : o mesmo Leão.

Sousas, d'Arronches. — Escudo esquartellado : no primeiro, em aspa, cinco escudos das quinas de Portugal ; no segundo, em campo vermelho, uma quaderna de crescentes de prata ; e assim os contrarios. Timbre : um castello d'ouro lavrado de preto.

Sousas Chichorros. — Escudo esquartellado : no primeiro, em campo d'ouro, leão de purpura ; no segundo, em campo de prata, a aspa dos cinco escudos das quinas de Portugal ; e assim os contrarios. Timbre : um Leão das armas.

Tavora. — Em campo d'ouro cinco faxas d'azul ondeadas d'agua, e no centro um Delphim. Timbre : um Delphim de sua côr, sobre uma pannela de ramos vermelhos, floridos, de flores de liz. Os Tavoras dos condes de S. Vicente, e dos marqueses de Tavora, trazem a legenda : *Quascumque fundit.*

Telles. — Escudo esquartellado : no primeiro, em campo de prata, leão preto ; o segundo, sómente o campo d'ouro : e assim os contrarios.

Vasconcellos. — Em campo preto tres faxas veiradas e contra-veiradas de prata e vermelho. Timbre : um Leão preto, faxado de tres faxas das armas.

Velho. — Em campo vermelho cinco vieiras d'ouro, empequetadas de preto. Timbre : um chapéo pardo com uma vieira.

Vieira. — Em campo vermelho seis vieiras d'ouro, em duas pallas, realçadas de preto. Timbre : dois bordões de S. Thiago, de vermelho, em aspa, com uma vieira das armas entre elles, e atados com um torçal de prata.

Villas-Boas. — Escudo esquartellado : no primeiro quartel um castello de prata de tres torres, com portas, lavrado de preto, em campo vermelho, sahindo da torre do meio um ramo de palma verde ; no segundo quartel um dragão de prata, voante, armado de vermelho, com o rabo retorcido, sobre campo azul ; e assim os contrarios. Timbre : meio Dragão das armas, com um ramo de palma na bocca.

INDEX

	PAG.
Uma satisfação.	3

NOTICIA HISTORICA

Cidades e villas.

Braga	11
Guimarães	55
Vianna	65
Arcos de Val de Vez	99
Barcellos	77
Caminha	97
Monção	103
Ponte da Barca	89
Ponte do Lima	85
Povoa de Lanhoso	91
Valença (praça)	93
Villa Nova de Cerveira	107

DO RESUMO GENEALOGICO DAS CASAS NOBRES

Abbadim e Negrellos (Coutos de).	112
Aguião (Torre de)	137
Airó [Paço de]	135
Alvação (casa do)	120
Ameal (casa de)	114
Amendo (casa do)	130
Anquião (casa do)	118
Arcos de Val-de-Vez (snrs. dos).	131
Arrabalde (casa do)	135
Arrochella (casa de)	125
Avellar [casa do].	121
Azenha (casa de)	124
Azevedo (casa de)	128
Barreiros (casa de)	113
Bretiandos (casa de).	122
Bóca (casa da)	138
Brejoeira [casa da]	138
Caldeirôa (casa da)	136
Calheiros (Paço de)	117
Carreira (casa da)	126

	PAG.
Castanheiro (casa do)	120
Cavalleiros (casa de)	128
Cazaes (casa dos)	115
Chozas, Sá [casa dos]	124
Cunha (Torre da)	116
Eiras (casa das)	139
Farelães (Honra de)	114
Fontes das Gatas (casa das)	115
Gandarella [casa da]	130
Gestaço (Couto de)	119
Hospital (casa do)	129
Inflas (casa de)	134
Lamôso (casa de)	113
Lindozo (castello de)	125
Lanhezes (casa de)	136
Magdalena (casa de Santa)	138
Moscocos (casa dos)	113
Mulhundreds (casa de)	124
Nespereira [Paço de]	118
Nogueira (couto de)	118
Oliveira (Paço de)	116
Paço-Vedro (casa de)	120
Paços (casa de)	136
Pouzada [casa de]	113
Pormachão (casa de)	120
Passagem (Torre da)	114
Pereiras da Bandeira [casa dos]	134
Pias (casa de)	133
Pindella (casa de)	123
Pinheiros (solar dos)	111
Quintella (Torre de)	115
Real (Torre de)	133
Redrufe [casa de]	129
Regalados (casa de)	133
Roda (casa da)	130
Santão (casa de)	137
Semelhe (casa de)	117
Sende (casa de)	129
Sezim (casa de)	129

	PAG.
S. Francisco (casa da capella de)	129
Santa Luiza (casa de)	135
Senhora d'Aurora (casa de N.)	139
Senhora da Conceição (casa de N.)	116
Silva (casa da)	121
Soutello (Torre de)	125
Taipa (casa de)	»
Tapada (casa da)	136
Tojeira (casa da)	131
Torrados [casa da]	134
Tresmonde (casa de)	116
Tilhó (casa de)	120
Valladares (snrs. de)	132
Vasconcellos, das Carvalheiras (casa dos)	132
Victorino das Donas (Paço de)	115
Vieira (snrs. de)	112
Villa Pouca (casa de)	126
Villa-Fria (Paço de)	138
Vinhal (casa de)	134

DAS ARMAS DE CADA APPELLIDO.

Abreu.	141
Almada	»
Alcoforado	»
Almeida	»
Alpoim	142
Alvim.	»
Amaral	»
Andrades.	»
Antas.	»
Araujo	»
Azevedo	»
Bacellar	»
Barbosas	143
Barretos	»
Barros	»
Benevides	»
Borges	»
Bezerras	»

	PAG.
Britos.	143
Cabral.	»
Calheiros	»
Caldas	144
Camaras	»
Camões	»
Cardozo	»
Carvalho	»
Castello-Branco.	»
Castro	»
Coelho	145
Cogominho	»
Correia	»
Costa	»
Cotta	»
Coutinho	»
Couto.	»
Cunha.	146
Cyrne.	»
Coimbras.	»
Cordas	»
Eça	»
Fagundes.	»
Falcão.	»
Faria	»
Faro	»
Feio	147
Ferreira	»
Ferraz	»
Figueira	»
Freitas	»
Gama	»
Gomes	»
Gusmão	»
Jacome	»
Lacerda	148
Lagos.	»
Leite	»
Lencastre	»

	PAG.
Lima	148
Lobo	»
Lopes.	»
Lucena	149
Machado	»
Maciel	»
Magalhães	»
Malheiros, de Pormachão	»
Marinho	»
Mello	»
Menezes	»
Moscôso	150
Moura.	»
Nogueira	»
Noronha	»
Peixoto	»
Páris.	»
Pereira	151
Pinheiro	»
Pinto	»
Porto Carreiro	»
Queiroz	»
Reimão	»
Ribeiro	»
Rocha.	152
Sampaio	»
Sá.	»
Soares.	»
Sodré	»
Silva	»
Souzas, d'Arronches	»
Souzas, Chichorros	153
Tavora	»
Telles.	»
Vasconcellos.	»
Velho.	»
Vieira.	»
Villas-Boas	»

biblioteca
municipal
barcelos



3755

Noticia historica das cidades,
villas e casas ill